



NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Campinas

ANO XVII

Nº 119

p. 191 – 278

julho/setembro/85

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

D. Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Eduardo José Pereira Coelho

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Antonio José de Pinho

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Ersio Lensi

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Profa. Maria Helena Degani Rocha

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Departamento de História da Pontifícia

Universidade Católica de Campinas

ANO XVII – Nº 119

ISSN-0101-4919

JULHO/SETEMBRO/1985

SUMÁRIO

Artigos

Roquette Pinto no seu centenário	193
Odilon Nogueira de Matos	
O Barão de Goicana e o seu diário	199
Fernando da Cruz Gouvêa	
Paraíba: síntese histórica e evolução cultural	204
José Octávio	
A Zona da Mata em discussão	212
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
Nova versão da História do Brasil	213
Francisco Iglésias	
Memória da vida e das lutas sociais	220
Marco Aurélio Garcia	
O centenário de Toledo Malta	223
Ernani Silva Bruno	
Reflexões sobre a luta de classes	225
João Ribeiro Júnior	

"Fratelli Italiani Uniti"	234
Renata Maria Moschen e Tércio P. Di Gianni	
O pensamento econômico e social de Calvino	238
S. Lalli	
A saga de Landell de Moura	240
Rodrigues Till	
Registro Bibliográfico	243
Periódicos	248
Noticiário	
Grupo de Estudos de História Regional	252
J. R. do Amaral Lapa	
Um pouco de Música	
O pitoresco e o musical no Rio de Janeiro	255
O Álbum de Música de Rossini	256
Odilon Nogueira de Matos	
Memória Campineira	
Prelados de Campinas	258
Lycurgo de Castro Santos Filho	
Textos	
O tratamento de escravos no Brasil	264
A. W. Sellin	
A Irlanda e a América Latina	265
João XXIII	
Vultos da Historiografia Brasileira	
José Carlos de Macedo Soares	268
Seleta	
O reconhecimento da Independência	271
J. C. Macedo Soares	
Rabiscos de um Escrevinhador	
A propósito da "Cabanagem"	275
O dever da verdade	276
Nísia Floresta	277
Odilon Nogueira de Matos	

ROQUETE PINTO NO SEU CENTENÁRIO*

Odilon Nogueira de Matos

Roquette Pinto é um dos nomes mais conhecidos no Brasil, especialmente porque serviu para designar importante prêmio nos domínios do rádio e da televisão. Todo ano dezenas de artistas são “roqueteados”, pois até este neologismo já se criou... Todavia, se perguntarmos às pessoas que têm feito jus ao troféu quem teria sido o patrono da significativa láurea, o mais que poderão saber — e isto, sem dúvida, encerra boa dose de verdade — é que ele foi um dos pioneiros, no Brasil, do rádio e da televisão (e ainda do cinema educativo) tendo lutado denodadamente para o reconhecimento do valor cultural destes importantes meios de comunicação. Porém, por muito significativo que isto seja, não é deste Roquette Pinto que desejo me ocupar, associando nossa Academia às comemorações do centenário de seu nascimento, mas do **outro** Roquette Pinto, inegavelmente uma das glórias da ciência brasileira.

Nascido no Rio de Janeiro a 25 de setembro de 1884 e na mesma cidade falecido a 18 de outubro de 1954, Edgard Roquette Pinto diplomou-se pela Faculdade de Medicina da antiga Capital Federal em 1905. Todavia, em vez da clínica, enveredou pelo campo da pesquisa nas ciências naturais. Seus primeiros trabalhos, nesta área, referem-se aos sambaquis do Rio Grande do Sul, região que visitou em 1906 e sobre a qual publicaria em 1912 o livro **Excursão à região das lagoas do Rio Grande do Sul**. Ingressou para o quadro do Museu Nacional em 1906, como assistente da seção de Antropologia, e ao Museu continuaria ligado por toda a vida.

Profundo conhecedor da física, da química, da fisiologia e da antropologia, especializou-se nesta última, embora produzisse trabalhos sobre as demais, e ainda sobre mineralogia, matéria sobre a qual elaborou um dos primeiros, talvez mesmo o primeiro livro didático publicado no Brasil, levando-nos, assim, a dispensar o clássico manual francês de Langlebert. Isto, em 1918. Eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1927, na vaga de Osório Duque Estrada, tomou posse a 3 de março do ano seguinte, tendo sido recebido por Aloísio de Castro. Dois anos depois, na mesma Academia, caber-lhe-ia receber a Afonso de Taunay.

O exercício da medicina entre os indígenas da América, de 1906, abre sua valiosa embora não muito numerosa bibliografia. Bibliografia, na qual, excetuados os trabalhos de circunstância, produzidos a propósito de comemorações significativas, demonstra profundo interesse

(*) Conferência proferida na Academia Campinense de Letras, em dezembro de 1984.

para com os mais variados temas da cultura brasileira, notadamente nas áreas da antropologia e da etnologia. O depoimento de Américo Jacobina Lacombe, que bem o conheceu, é bastante expressivo e não me furto ao prazer de transcrevê-lo: “Quem teve a felicidade de conhecer e lidar com Roquette Pinto, guardará sempre a lembrança da impressionante capacidade de atração e a sensação profunda de respeito por uma alma cujo idealismo transparecia em todas as suas manifestações. Uma aura de simpatia envolvia todas as suas pregações, jamais contundentes nem agressivas. É este sentimento de cordialidade e amor ao diálogo, como hoje está na moda dizer, que transparece em todas as páginas deste livro”. Este depoimento foi feito a propósito de uma nova edição de **Rondônia**. Mas poderia ser adequado a tudo quanto o mestre escreveu, mesmo nos seus trabalhos menores, meramente circunstanciais, a que me referi. Naturalmente — é óbvio — nem todos se revestem do sentido de permanência que há em **Rondônia**, e mesmo este encerra páginas que precisariam ser revistas à luz de uma nova metodologia ou de novas pesquisas no campo da etnologia e da antropologia, as quais revolucionaram em muito estas ciências.

Roquette Pinto foi um pioneiro neste campo de estudos, como o foram, em áreas próximas ou afins, Sílvio Romero, Manuel Bonfim, Teodoro Sampaio, Oliveira Viana e Alfredo Ellis Júnior, para citar apenas os mais conhecidos. Nenhum deles teve formação específica que os habilitasse a serem antropólogos ou etnólogos. Mas, interessaram-se por estas matérias e num milagre de autodidatismo, fizeram grandes coisas. Aliás, isto era uma contingência das condições da cultura brasileira da época, quando ainda não tínhamos formação especializada. “Engenheiros que se tornavam geólogos ou mineralogistas — escrevi de certa feita — médicos que se faziam de químicos, botânicos, zoólogos, antropólogos, bacharéis em direito que se improvisavam em sociólogos, geógrafos ou historiadores, resultavam de uma contingência a que se não podia furtar; numa época em que a formação especializada era praticamente inexistente em nosso País. Mas, tal a capacidade de dedicação desses homens de ciência, que se revelaram grandes geólogos, mineralogistas, químicos, botânicos, zoólogos, antropólogos, mesmo sem terem recebido formação universitária específica. Foram os grandes pioneiros que sustentaram a ciência brasileira até que os especialistas aparecessem e, não raro, foi com eles que os novos especialistas aprenderam...”¹ Isto posto, ou melhor, isto dito, permito-me passar a uma rápida análise da obra de Roquette Pinto.

De 1927 é o volume **Seixos Rolados**. O autor explica, à guisa de moto, o porque da associação geológica que lhe forneceu o título: “Quando se fragmentam grandes blocos de rochas ígneas, ao embate das

(1) São Paulo na obra de Teodoro Sampaio, em “Revista da Academia Paulista de História, nº 1, p. 57. São Paulo, 1981.

forças que vivem torturando a terra, nos remoinhos das aluviões, seguem de roldão os estilhaços para o fundo dos rios. A água corrente vai, aos poucos, atritando-os, desgastando-os, polindo-os: são simples seixos rolados..." Todavia, o autor deixou de explicar talvez o mais importante: entre esses seixos rolados não há dois iguais, embora na forma e mesmo ao olhar dos não especialistas em geologia, sejam todos semelhantes. Assim o seu livro: reunião de numerosos pequenos estudos, alguns já publicados anteriormente. Tão diversos, tão diferentes quanto ao assunto, mas tendo em comum o sentido de brasilidade, bem polidos, tais como os "seixos rolados" da imagem geológica que o autor evocou. Neste volume, talvez como peça mais importante, Roquette Pinto incluiu a conferência **Euclides da Cunha, naturalista**, publicada em opúsculo alguns anos antes.

De 1933 são os **Ensaio de antropologia brasileira**, que abrange tópicos variados, desde migrações do Nordeste para as fazendas do Sul, até uma página comemorativa do centenário de Gall, na qual, aliás, trata mais do neurologista Clauss, cujo trabalho, publicado em Munich em 1929 pareceu-lhe "uma ressurreição das idéias frenológicas de Gall", o homem de gênio "que a ciência oficial tanto combateu e a sátira dos contemporâneos quase inutilizou". Entre esses dois temas, encerra o livro uma nota sobre os estudos antropológicos em Portugal, um estudo sobre os fatores biológicos da mortalidade entre os negros, outros tópicos sobre problemas de povoamento no Brasil e de cruzamentos da espécie humana; uma série de comentários a um congresso de eugenia realizado no Rio de Janeiro em 1929 e uma nota a propósito de um concurso de beleza. É-me grato evocar este livro, pois foi por ele que travei conhecimento com Roquette Pinto. Não só passei a apreciá-lo, como de então por diante interessei-me em ler o que encontrei de sua autoria. Estava terminando o curso secundário quando o livro apareceu, integrando a preciosa coleção "Brasílica", da Companhia Editora Nacional. Tomei-me de interesse por essa coleção e com as poucas economias que podia fazer comprava todos os volumes à medida que iam aparecendo. A coleção despertou enorme receptividade. Parece que se estava à espera de algo desse tipo: uma coleção que apresentasse temas brasileiros nas mais diversas áreas do conhecimento. A partir dos **Ensaio de antropologia brasileira**, Roquette Pinto passou a usar a expressão "brasílico" ou "brasiliense" em vez de "brasileiro". Américo Jacobina Lacombe diz, em certo momento da apresentação da segunda edição deste livro: "o autor recusava-se a empregar a expressão **brasileiro**, designativa de profissão e não de nacionalidade". Ocorre, entretanto, que tal aconteceu apenas a partir dos **Ensaio de antropologia brasileira**, de 1933, Até então, e em todos os seus escritos

anteriores, Roquette Pinto utilizava, como, aliás, todo mundo, a expressão “brasileiro”. De 1933 em diante, e até o seu falecimento, vinte anos depois, de fato ele nunca mais a utilizou, preferindo sempre “brasiliano”.

De 1929 é o opúsculo **Glória sem rumor**, conferência proferida em Blumenau na inauguração da bela estátua de Fritz Müller, no dia 20 de maio daquele ano. A publicação foi promovida pelo Museu Nacional. É aventurosa, quase cinematográfica, a vida de Fritz Müller. Nascido na Alemanha em 1822, doutorou-se em filosofia e em medicina, dedicando-se ao estudo da botânica e da zoologia. Emigrou para o Brasil em 1852, fixando-se na colônia fundada pelo dr. Blumenau, no vale do Itajaí-açu. Dedicou-se a trabalhos árduos na lavoura, enquanto, nas horas vagas, correspondia-se com Haeckel e Darwin e realizava pesquisas que lhe permitiram escrever memórias valiosíssimas, reunidas, após seu falecimento, em quatro alentados volumes. De sua obra, escreveu Roquette Pinto: “Pela sua originalidade e alcance filosófico, pela repercussão que teve, a obra de Fritz Müller é um dos maiores monumentos científicos criados na América do Sul”. E acrescenta: “Seu nome não é citado correntemente como os de Martius, Saint-Hilaire ou Bates, apenas por ter espalhado seus escritos em publicações periódicas, técnicas e científicas, nada populares; e por outro lado, a maior parte de suas pesquisas pertence ao que há de mais especializado em matéria de biologia”. Desentendendo-se com o dr. Blumenau, Fritz Müller foi para Desterro (Florianópolis) e ali por dois anos foi professor no Liceu Catarinense. Viveu depois muitos anos em Itajaí, onde também foi professor. Retornando a Blumenau em 1876, ali viveu até o seu falecimento em 1897. O opúsculo de Roquette Pinto é uma bela biografia do sábio alemão, contendo, inclusive, a transcrição de alguns de seus trabalhos literários. Foi incorporado ao livro **Ensaio brasileiro**, do qual, a seguir, me ocuparei, e mais recentemente (1979) foi reeditado pela Fundação Casa Dr. Blumenau, da importante cidade catarinense.

Ensaio Brasileiro foi publicado também na coleção “Brasiliiana”, em 1941. Trata-se, tal como **Seixos rolados**, de um livro-miscelânea, em que o autor reuniu numerosos escritos, sobre os mais variados assuntos, porém todos dentro de uma temática “brasiliiana” e alguns deles publicados anteriormente em jornais e revistas culturais. À primeira parte do livro, Roquette Pinto deu o mesmo título da conferência sobre Fritz Müller — **Glória sem rumor**. E além de reproduzir a mencionada conferência, acrescentou-lhe mais páginas sobre Frei Leandro, Alberto Torres, Henrique Morize, Tobias Mõscoso, Amoroso Costa, Ferdinando Laboriau, Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Carl von den Steinen, Emile Schnetlage, Manoel Bonfim, Cláudio Manuel da Costa, Ferreira da Silva, Miguel Couto, Charles Frederick Hartt, Louis Agassiz e Orville Derby. A segunda parte — **Inspirações da terra** — compreende crítica de livros, com capítulos dedicados a Euclides da Cunha, Tobias Barreto, ao livro de

nomes de nosso mundo científico: Alberto José de Sampaio, Álvaro Osório de Almeida, Melo Leitão, Olímpio da Fonseca Filho, Fábio Werneck, Heloísa Alberto Torres e Raimundo Lopes. As numerosas edições de **Rondônia** atestam não apenas o seu valor, mas igualmente o seu sentido de perenidade, o que, infelizmente, não acontece com a maior parte de seus trabalhos anteriores, em grande parte superados. Eis porque pareceu-me fora de propósito a reedição dos **Ensaio de antropologia brasileira**, em 1978, por ser exatamente o mais superado de seus trabalhos. Com **Rondônia** acontece justamente o oposto: o interesse em torno do livro tem crescido com o correr dos anos. E mais ainda: justificou sua tradução para a língua alemã, pela Dra. Etta Becker-Donner, publicada pela casa de Wilhelm Braunmüller, de Viena e de Stuttgart, com o título **Rondônia: eine Reise in das Herzstück Südamerikas**.

Pode-se afirmar, sem medo de erro, que **Rondônia** foi o primeiro livro científico de autor brasileiro sobre o centro-oeste de nosso País, área sobre a qual até então só se tinham as monumentais obras de Carl von den Steinen e de Fritz Krause, quase inacessíveis ao leitor brasileiro, embora traduzidas para a nossa língua. Publicadas em revista científica, ao longo de mais de vinte volumes, nunca foram tiradas em livro. Apenas uma das obras de von den Steinen — **Brasil Central** — encontra-se publicada na coleção “**Brasiliana**” (grande formato), mas nunca foi reeditada e é hoje extremamente rara, quase tanto quanto a edição original alemã, de 1886. **Rondônia**, de Roquette Pinto, faz boa figura entre estes clássicos de nossa etnografia.

O BARÃO DE GOICANA E O SEU DIÁRIO

Fernando da Cruz Gouvêa

A venda do engenho Goicana, outrora um dos mais importantes da zona da mata sul de Pernambuco, caído em decadência por força do esgotamento do ciclo do “banguê”, e, no caso, até pela falta de herdeiros válidos, deu margem à descoberta de um fragmento do diário — 1886/1890 — que o seu proprietário durante a segunda metade do século passado, Sebastião Antônio de Acioli Lins, Barão de Goicana, escreveu com a regularidade e simplicidade que pareciam marcar a sua personalidade.

O Professor Murilo Guimarães, advogado da usina açucareira que incorporara ao seu patrimônio as terras do velho engenho, levou o documento ao historiador Gil de Metódio Maranhão, e o fundador do “Museu do Açúcar” percebendo a sua importância, microfilmou o manuscrito antes de devolvê-lo, pensando em publicá-lo através daquele órgão, o que não foi possível. A oportunidade surgiu 20 anos depois, quando o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano acolheu nas páginas de sua revista estas notas que, mesmo incompletas, são extremamente sugestivas e valiosas pelo que conta o autor acerca do universo açucareiro, das coisas do clã que ele integrava com destaque, dos problemas familiares de saúde sempre precária, dos seus trabalhadores que ele se orgulhava em frisar que eram todos livres, do estado sanitário, como se dizia então, da zona canvieira, da província e do país, oferecendo, neste particular, muitas informações sobre a medicina da época, que ele, como senhor de engenho, praticava com o Chernoviz à mão.

Além disso, são muito interessantes os comentários sobre as disputas políticas entre conservadores e liberais, bem como acerca de questões sociais que agitavam o País, como foi o caso da campanha abolicionista, idéia que o autor apoiava sem posicionamentos extremados, como fazia o seu irmão Prisciano de Barros Acioli, homem dominado, ao que parece, por um temperamento impetuoso.

São freqüentes as críticas a pessoas e coisas da política pernambucana, e, por vezes, da vida nacional, então com os conservadores no poder, sendo compreensível a insistência com que se referia Goicana, no costumeiro tom pessimista, às crises da economia açucareira. Nas suas notas há muitas informações sobre a agricultura que se praticava então nos engenhos, o fabrico e transporte do açúcar, melaço e aguardente para o Recife, todo um sistema de produção e comercialização que o advento das usinas modernizou, com exceção das crises...

Embora não seja livro de memórias de político, ou de um homem de letras, mas de um senhor de engenho que, obtido o título de

bacharel, seguiu o caminho dos seus ancestrais, isto é, retornou à sua propriedade e dedicou-se por inteiro à atividade de agricultor e produtor de açúcar, o diário que se vai ler não é banal, antes documenta o estado de espírito de uma época, as ressonâncias de fatos importantes da vida brasileira. No engenho, então distante do Recife, sem transporte rápido e direto, o Barão de Goicana sofreu as consequências desse seu isolamento, o bacharel esqueceu progressivamente os ensinamentos transmitidos pelos lentes de Olinda, a sua linguagem reflete o prejuízo do convívio sobretudo com a gente iletrada e simples do interior, enquanto no recesso doméstico o ambiente era dominado pelas doenças, criando no espírito do senhor um estado pessimista e hipocondríaco. Todavia, nota-se que o Barão era leitor assíduo dos jornais liberais que o seu correspondente no Recife enviada pelo trem da **Great Western**, pelas barcaças ou pelos vapores da Companhia Pernambucana. Neles inspiravam-se os severos julgamentos externados sobre figuras do governo conservador, na província praticando desmandos e sempre dominados pela rotina, enquanto na corte corria solta uma politicalha que o Barão, liberal independente, responsabilizava pela decadência em que resvalava o País. Era nas folhas oposicionistas recifenses — **A Província** e o **Jornal do Recife** —, que Goicana acompanhava o movimento que levaria à substituição do trabalho escravo pelo livre, e os acontecimentos que indicavam de modo bem claro o fim do Império.

Implantadas estas modificações sociais e políticas, a primeira, a abolição, ele comentaria com o júbilo natural de quem há anos se engajara naquela “causa justa e santa”, embora nos seus primeiros tempos de proprietário rural se servisse do braço cativo para aumentar a sua riqueza. A República foi ela recebida tranquilamente, e pelos reparos que amiúde fazia ao regime monárquico, repetindo acusações infundadas, sabe-se hoje, sobre gastos e desfrutes da família imperial, o Barão estava, ao que parece, próximo daqueles senhores de engenhos que, depois da vitória do movimento emancipacionista, eram favoráveis a uma nova ordem de coisas que substituísse o sistema político que envelhecera e se esgotara historicamente.

A quase inexistência de memórias ou diários, entre os brasileiros, tem sido lamentada por mais de um estudioso do nosso passado, convencidos todos de que tais escritos permitiriam revelações do maior interesse sobre a formação social do País. Tais papéis, assim como as correspondências privadas, seriam da maior utilidade, como os raros exemplares comprovam, para a reconstituição da época e o comportamento de uma sociedade hoje desaparecida.

A propósito de um trabalho que lhe fora dado ler sobre João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, Senador do Império e uma das maiores figuras de estadista do Segundo Reinado, exemplo raríssimo

de senhor de engenho e de homem público brasileiro a organizar seus papéis, escrevia Oliveira Lima: "As cartas privadas dão imenso valor a qualquer estudo histórico, não porque elas revelem tudo, mas porque o deixam perceber, e a verdade nelas transparece mais facilmente do que nos papéis oficiais; são, portanto, indispensáveis para a compreensão exata de uma época, e das suas personagens, contanto, bem entendido, que as utilize o intérprete com o necessário critério." Mais adiante, observava o autor de **Dom João VI no Brasil**: "Faltam igualmente a quem quer escrever sobre história do Brasil os subsídios representados pelas memórias dos contemporâneos, que tão viva podem tornar a evocação de um dado período e dos seus tipos representativos".¹

Homem simples, Sebastião Antônio de Acioli Lins, sem ter a dimensão intelectual do político baiano, foi, entretanto, um dos poucos senhores de engenho de Pernambuco a escrever, nos longos vagares passados na bela casa grande de Goicana, um diário contendo revelações sobre o seu mundo íntimo, suas inquietações provocadas pela caprichosa economia açucareira e da sociedade patriarcal que ele, Goicana, pressentia em fase de decadência, o que, de fato, aconteceu, a partir de 1880. Quando as circunstâncias da vida e condições de saúde menos sua do que da família, cada vez mais precárias, aconselharam a mudança para o Recife, o velho senhor de engenho continuou escrevendo o seu "diário", mas, agora nota-se o homem dominado pela nostalgia do engenho, abafado naquela vidinha de arrabalde, onde nada havia a fazer, apenas algumas ordens para dar no pequeno sítio da Torre que substituíra o universo de Goicana. Sucediã-se as queixas, ora do calor recifense, dos costumes da capital, da saúde de todos, e uma novidade passou a atormentar o Barão no limiar da velhice: o temor provocado pelos gastos decorrentes da mudança para a capital. O diário pára em fevereiro de 1890, supondo-se que o Barão tenha prosseguido suas anotações durante o período que lhe restou de vida, apreciando os primeiros tempos do regime republicano que, ingenuamente, ele acreditava que seria a salvação do Brasil. Sebastião de Acioli Lins, diziam seus desafetos, ostentava vaidosamente o título de Barão, mas a verdade é que nos registros, pelo menos do livro que milagrosamente chegou aos nossos dias, sente-se que ele nutria pelas idéias republicanas uma simpatia tornada mais franca após o 15 de novembro. Crítico severo dos políticos do Império, inclusive daqueles por algum tempo seus correligionários do Partido Liberal, o Barão de Goicana revelar-se-ia muito compreensivo para com o novo regime, meu moralismo seria tolerante para com os primeiros "desmandos desta dama", como diria Oliveira Lima da República, e conquanto escrevesse a 30 de novembro de 1889, que "não há alteração, com nua a pasmaceira", mais à frente observaria que "corrigir os vícios, m is hábitos, purificando os caracteres, é missão

(1) Cotegipe, em "O Estac de S. Paulo", 6 de agosto de 1907; repr. em Oliveira Lima — obra seleta, Rio de neiro, Instituto Nacional do Livro, 1971, p. 732.

espinhosa e difícil”, e, por isso mesmo, não poderia ser levada a cabo “sofregamente”. Em janeiro de 1890, ele achava que no governo militar predominavam elementos de tendência conservadora, mas agora pareciam-lhe patriotas. Pelo que deixa ver do seu caráter, Acioli Lins, confiando que a República devia proceder profundas reformas sociais, por ele enunciadas naquele começo de ano, se não tivesse desaparecido cedo, possivelmente teria alargado as críticas apenas esboçadas a 31 de janeiro de 1890, sobre o que chamava de “tropeços” e naturais desgostos causados pela ação dos novos donos do poder. Com o seu temperamento inclinado ao pessimismo, os atos do governo provisório e sobretudo daquele que se seguiu, sem dúvida, seriam desalentadores para o modesto observador político que em registros íntimos temia as incertezas que cercavam o começo da velhice.

O Barão de Goicana foi um perfeito exemplo daqueles senhores de engenho que, na fase final do patriarcalismo rural, abandonaram as propriedades que lhes emprestavam poder e foram com as famílias viver seus derradeiros dias no cotidiano indistinto da cidade grande.

(...)

O preparo deste diário para publicação, começou com a leitura cuidadosa do texto — 196 páginas manuscritas —, tarefa um pouco dificultada não pela caligrafia do Barão, relativamente nítida, mas porque feita em cópia fotográfica, ampliada, que torna, por vezes, ilegíveis, palavras que aparecem mais claras no original. Houve, portanto, que decifrar ao longo de leituras sucessivas e até mesmo durante a revisão das provas tipográficas, nomes próprios e expressões hoje raras, ou caídas em desuso com o passar do tempo e pelo aparecimento de novas técnicas, como aconteceu com a agricultura canavieira e a fabricação do açúcar, com certas doenças que grassavam na época, hoje praticamente eliminadas, e nomes de remédios, então quase sempre franceses. Na maioria dos casos, as palavras difíceis foram decifradas, preferindo-se considerar ilegíveis aquelas que, *sem uma inteira confirmação, poderiam alterar o original quase centenário, agora divulgado na íntegra*, depois de ter sido mencionado por Gilberto Freyre no seu livro *Ordem e Progresso*. Procedeu-se à atualização ortográfica, e algumas notas de pé-de-página foram elaboradas com a intenção de melhor esclarecer sobre pessoas e fatos mencionados por esse senhor de engenho destituído da arrogância comum a tantos grandes proprietários, e que, sem pretensões literárias, legaria um valioso documento sobre a sua vida familiar e o seu tempo. O comportamento e valores que marcavam a gente da sociedade patriarcal, são algumas das muitas sugestões que a leitura destas notas poderá provocar entre os estudiosos da nossa história social. Melancolicamente, o engenho que em vida de Sebastião de Acioli Lins era uma propriedade de primeira grandeza, que parecia tão sólido, degradou-se, a bela casa grande de outrora, que num

fim de tarde de verão chamou a atenção do Imperador, se ainda existe, está por certo reduzida a um pardieiro perdido nas terras agora incorporadas ao latifúndio de uma empresa açucareira.

(Excertos do prefácio a *O Barão de Goicana e seu diário*, separata do vol. 50 da Rev. do Inst. Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, 1978, que nos foi enviada por cortesia do ilustre historiador que preparou e promoveu a edição do precioso códice).

PARAÍBA: SÍNTESE HISTÓRICA E EVOLUÇÃO CULTURAL

José Octávio

Criada **de direito** em 1575, quando da constituição da capitania real desmembrada de Itamaracá, a Paraíba, somente começou a existir **de fato** em 1585, com a fundação da cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves que depois se chamaria Frederica, cidade da Paraíba e, finalmente, João Pessoa.

O retardamento da conquista explica-se pela resistência dos índios potiguaras, aliados aos franceses traficantes de pau-brasil. Os potiguaras, primitivos habitantes da terra, somente foram vencidos depois de aliança celebrada pelo ouvidor de Olinda, Martim Leitão, com os recém-chegados tabajaras, do cacique Piragipe, o braço de peixe. João Tavares e Frutuoso Barbosa tornaram-se então os primeiros capitães-mores, denominação emprestada aos atuais governadores. A partir daí, a Paraíba compôs verdadeira epopéia de lutas desdobradas na insurreição contra os holandeses no século XVII, resistência dos índios da Confederação dos Cariris no século XVIII, rebeliões liberais e populares no século XIX, liderança nacional na Revolução de 1930 e atuação das Ligas Camponesas em prol da reforma agrária no período 1958/64.

GEO-HISTÓRIA e REGIÕES

Cortada ao meio pelo maciço da Borborema que lhe singulariza a feição geográfica, a Paraíba integrou seu território através da ocupação das regiões do litoral e sertão, em épocas e condições diversas. Se o litoral seria colonizado a partir do século XVI, com as fortificações militares e engenhos, responsáveis pelo povoamento da zona canavieira, a conquista do sertão, centrada na pecuária e no algodão, somente ocorreria a partir das últimas décadas dos anos seiscentos. À região de Borborema, em cima da qual se encontra o chamado **Brejo**, com a relativa altitude de suas terras úmidas, caberia interligar essas duas áreas de colonização, o que explica o surto de urbanização aí verificado, na passagem da segunda metade do século XIX e início do XX, mediante a formação de cidades como Areia, Bananeiras, Alagoa Grande e, finalmente, Campina Grande. Esta, a partir da inauguração da via férrea, em 1907, tornar-se-ia o grande empório comercial-algodoeiro dos sertões nordestinos.

ZONA AÇUCAREIRA E INVASÕES HOLANDESAS

Os holandeses dominaram a Paraíba de 1634 a 1654, quando desenvolveram novas técnicas de extração do açúcar e firmaram sobre

a capitania excelentes relatórios assinados por Adrien van der Dussen, Servaes Carpenter, Vandonek e, sobretudo, Elias Herckman. O deste último, considerado o mais importante, intitula-se **Descrição geral da Capitania da Paraíba**. Na resistência que sobreveio, animada por competições que colocavam frente a frente senhores de engenho e representantes da burguesia mercantil flamenga, destacou-se o jovem André Vidal de Negreiros que chegou a incendiar os canaviais do próprio pai a fim de manter viva a insubmissão nativista nas terras do baixo Paraíba.

A CONQUISTA DO SERTÃO

A conquista do sertão da Paraíba situa-se na expansão da fronteira geográfica do Nordeste, nos séculos XVII e XVIII. Trata-se de um processo somente definido em 1730, com o esmagamento da Confederação dos Cariris que reuniu as tribos indígenas do vale do Piranhas, desde o Rio Grande do Norte. Data dessas lutas a penetração dos chamados **currais** e, com eles, a criação das primeiras povoações sertanejas, lideradas pelo Arraial da Nossa Senhora do Bonsucesso do Piancó (futura Pombal) onde, em 1711, seria edificada a capelinha da Igreja do Rosário. Ao domínio, apenas nominal da Casa da Torre, senhora de vastas propriedades, desde a Bahia até o Piauí, sucedeu a penetração de cruéis bandeirantes e entradistas contra quem se rebelaram os índios. A colonização do sertão paraibano teve como elemento básico os chamados **sesmeiros**, geralmente mamelucos, dedicados à criação de gado e plantio do algodão nos vales do Taperoá, Espinharas, Piancó e Peixe.

CRISE E INCORPORAÇÃO A PERNAMBUCO

O século XVIII seria um dos mais importantes da Paraíba e, nele, a capitania, às voltas com as conseqüências do domínio holandês, mergulhou em seriíssima crise, agravada pela Inquisição, expulsão dos jesuítas e dura exploração econômica da Companhia de Comércio de Pernambuco e da Paraíba. Em razão do sistema do monopólio adotado pela Companhia, a Paraíba perdeu sua autonomia, mediante anexação à vizinha capitania de Pernambuco, situação que perdurou de 1756 a 1799. A crise paraibana do século XVIII explica as revoluções liberais do século seguinte e será analisada em relatório do governo Fernando Delgado, no ano de 1799.

DAS REVOLUÇÕES LIBERAIS

Na passagem do século XVIII para o XIX novas idéias de caráter liberal e enciclopedista, animadas pela maçonaria, penetraram na

Paraíba, responsabilizando-se pelo surto revolucionário que sucederá. Foi essa a época em que o padre Arruda Câmara, formado em medicina na França, procurou transportar para o ensino o chamado naturalismo, baseado, sobretudo, em pesquisas da flora nordestina. Imediatamente sobrevieram as revoluções de 1817, 1824 e 1848, de tendências republicanas, democráticas e federalistas. Em 1817, a liderança da revolução, na Paraíba, pertenceu aos oficiais da milícia Peregrino de Carvalho e Amaro Gomes Coutinho, enforcados pelo crime de pretenderem a emancipação da pátria em formação. Em 1824, depois de indecisos combates travados na região de Itabaiana, o eixo da Confederação do Equador deslocou-se para Areia, onde a liderança republicana caiu nas mãos do sargento-mór Félix Antônio, cujo assassinato seria vingado pela esposa. Em 1848, com Areia mais uma vez no centro dos acontecimentos, a liderança pertenceria aos chefes revolucionários Borges da Fonseca, Joaquim dos Santos Leal e o futuro historiador Maximiano Machado que sobre o evento escreveria o livro **Quadro da Revolta Praieira na Província da Paraíba**.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E REBELIÕES POPULARES

Apesar da rigidez da estrutura econômico-social baseada no latifúndio e no trabalho escravo, as massas populares sempre procuraram assinalar intensa participação na História da Paraíba. Enquanto os escravos formaram quilombos no Cumbe, Catucá e região do Piancó, os índios potiguaras e cariris resistiram aos que lhes disputavam as terras. No século XIX, a par do abolicionismo de professores, estudantes, jornalistas e sociedades emancipadoras, o chamado povo miúdo reagiu mediante movimentos intitulados Ronco da Abelha, Serra do Lagomar e Quebra-Quilos. No século atual, as primeiras manifestações de protesto social assumiram a forma de messianismo e cangaço. Depois é que sobrevieram manifestações mais articuladas, contra o nazi-fascismo em 1943/45 e pela reforma agrária na fase culminante do populismo, de 1958 a 64. Ainda mais recentemente, coube à Igreja, sob a liderança do Arcebispo Dom José Maria Pires, assumir a defesa dos posseiros e pequenos sitiantes, despojados de suas terras, em Alagamar, Tabu, Lameiro, Mucatu e Mata de Vara, por força da penetração do capitalismo no campo.

OLIGARQUISMO E ANTI-OLIGARQUISMO

Na Paraíba, como de resto no Brasil, durante a República Velha (1889/1930), o poder esteve nas mãos de oligarquias organizadas por Venâncio Neiva, Álvaro Machado e Epitácio Pessoa, responsáveis pela chamada "política dos governadores" nos limites do Estado. Contra essas oligarquias levantaram-se, porém, nos planos político, jornalístico e doutrinário, vários paraibanos de tendências democráticas como o histo-

riador Irineu Joffily, o senador Coelho Lisboa e o presidente Castro Pinto. A mais veemente tentativa de desoligarquização da Paraíba verificou-se no governo João Pessoa (1928/1930), ao transferir para o Estado as funções de arrecadação fiscal, segurança, construção de estradas, crédito bancário e administração municipal, até então exercidas pelos coronéis. Daí decorreram o levante armado de Princesa e o assassinato do presidente do Estado, emocionalmente convertido em bandeira da Revolução de 1930.

A PARAÍBA E A REVOLUÇÃO DE 30

A liderança regional e até nacional exercida pela Paraíba, na Revolução de 30, representou o mais importante acontecimento de toda a história paraibana. Embora não se devam esquecer as questões econômicas, institucionais, sócio-culturais e militares do Brasil da época, a liderança paraibana positivou-se a partir da recusa do governo João Pessoa em aceitar o candidato à presidência da República Júlio Prestes, imposto pelo Catete. Constituiu-se então pela Aliança Liberal a chapa Getúlio Vargas/João Pessoa, o que motivou violenta reação do governo federal cujos serviços públicos foram utilizados para pressionar o governo João Pessoa e sufocar a autonomia estadual. A situação agravou-se com o levante de Princesa (fevereiro/março de 1930) que, liderado pelo coronel José Pereira, contou com o apoio do coronelato estadual do açúcar e do algodão, governo dos Estados vizinhos, comércio pernambucano e complacência do governo federal que dificultou a importação de armas pelo governo paraibano. Nesse contexto, o assassinato do presidente paraibano, a 26 de julho, em Recife, ensejou franca pregação revolucionária, na imprensa, praças públicas e Assembléia do Estado. Deflagrada a 3 de outubro, a Revolução de 1930 espraiou-se pelo Nordeste, do Maranhão à Bahia. Isto tornou-se possível pela adesão das tropas federais do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe e Bahia, então estacionadas em território paraibano.

EPITÁCIO PESSOA

Paraibano de Umbuzeiro, que secretariou o governo Venâncio Neiva (1889/90), em seguida ao que se converteu em deputado federal, quando se notabilizou pelos discursos proferidos contra a ditadura de Floriano Peixoto, Epitácio Pessoa é considerado uma das maiores figuras da vida pública paraibana de todos os tempos. Procurador e ministro do Supremo Tribunal Federal, retornou à política em 1911, quando seu prestígio junto ao presidente Hermes da Fonseca impediu que o Estado caísse sob dominação militar. Derrotando em 1915 os seguidores do Monsenhor Valfredo Leal, Epitácio passou a eleger todos os presidentes da Paraíba, o que lhe ensejou chegar à presidência da República em 1919, quando

da eventual divergência entre as oligarquias paulista e mineira. Também senador da República e representante do Brasil junto à Corte Internacional de Haia, Epitácio muito contribuiria para a Revolução de 1930 que, paradoxalmente, eliminaria sua influência política. O Instituto Nacional do Livro publicou-lhe as **Obras Completas** em trinta e dois volumes, enquanto a Câmara dos Deputados coletou seu discurso no volume 7 da coleção **Perfis parlamentares**.

SINOPSE ECONÔMICA

A coleta de pau-brasil nas matas litorâneas de Mamanguape e Baía da Traição constituiu a primitiva motivação para os estrangeiros aportarem às costas da Paraíba, em meados do século XVI. Logo em seguida, as várzeas paraibanas próximas à costa encheram-se de canaviais, razão por que caberia ao açúcar a condição de suporte da economia paraibana, na colônia. No sertão, marcado, por menores distâncias sociais, a pecuária tornou-se a atividade fundamental, com o algodão, todavia, assumindo maior expressão graças à expansão de suas lavouras a outras regiões do Estado e associação aos mercados internacionais. Como no restante do Brasil, a economia paraibana desenvolveu-se por ciclos que assinalavam a predominância de um produto que logo cairia. Tal o caso do café que, na passagem do século XIX para o atual, chegou a gerar fortunas em Areia, Alagoa Nova, Bananeiras e Umbuzeiro. Em torno da segunda guerra mundial, a economia paraibana, onde de há muito o fumo e o abacaxi ocupava, com o milho e o couro, relativos espaços, apoiou-se no sisal, produzido principalmente na caatinga litorânea e Curimataú. De 1960 para cá, graças em grande parte aos incentivos da SUDENE, a Paraíba enveredou pela industrialização, do que resultaram os distritos industriais de João Pessoa e Campina Grande. Contudo, o setor terciário, assinalado por grandes empresas públicas prestadoras de serviços, ainda representa o principal gerador de renda e empregos, tanto mais porque o complexo têxtil que chegou a dispor de representativos pólos em Santa Rita e Rio Tinto, acha-se em profunda crise.

O PROBLEMA DAS SECAS

As constantes secas que incidiram sobre o sertão paraibano, forçando as tribos indígenas a buscarem o litoral e acarretando, posteriormente, maciços deslocamentos de população, impuseram, desde o século passado, política de açudagem convertida no principal fator de civilização sertaneja e integração desta com o litoral. Essa política, iniciada com a construção do açude Poços, na serra do Teixeira, alcançou larga expressão durante a presidência da República Epitácio Pessoa, de 1919 a 1922. Sus-pensas durante o quadriênio Artur Bernardes (1922/26), as obras contra

as secas retomaram impulso com a ação de outro paraibano, José Américo de Almeida, discípulo de Epitácio e ministro da viação de 1930 a 34 e de 1952 a 54. Presentemente, embora tal potencial ainda se ressinta de melhor aproveitamento, a Paraíba faz-se um dos Estados nordestinos de maior volume d'água represada, graças, em grande parte, aos açudes de Curemas, Boqueirão de Cabaceiras, Engenho Avidos, São Gonçalo, Sumé, Condado e Pilões. Atentando para esse dado, é que o governador Wilson Braga criou a Secretaria de Recursos Hídricos, à qual se encontra subordinado o Projeto Canaã, cujo objetivo consiste em incrementar a pequena e média açudagem em áreas ainda delas carentes.

HISTORIOGRAFIA E REALIDADE PARAIBANA

Desde o jesuíta Simão Travassos, cuja narrativa sobre os primeiros eventos da Paraíba recebeu a denominação de **Sumário das Armadas**, a historiografia paraibana contraíu compromisso de apreensão crítica da terra e do homem. Nessa linha é que os fundamentos da História da Paraíba encontram espaço em dois livros portentosos que são a **História do Brasil**, de Frei Vicente do Salvador, testemunha ocular da conquista da Paraíba, e os **Diálogos das Grandezas do Brasil**, de Ambrósio Fernandes Brandão, judeu português, senhor de engenho na várzea do Paraíba. No século XVII, os cronistas holandeses, liderados por Elias Herckman, firmaram importantes relatos sobre a Paraíba, antecedendo em mais de um século o relatório do governador Fernando Delgado, que é de 1799. Na seqüência de observações firmadas por viajantes estrangeiros como o inglês Henry Koster e autoridades como o governador provincial Henrique Beaurepaire Rohan, a moderna História da Paraíba delinea-se na passagem do século XIX para o atual, com os estudos de Irineu Joffily, Maximiano Machado e Irineu Pinto. No século XX, José Américo, com **A Paraíba e seus problemas** (1923) e o francês Jean Blondel com **As condições de vida política na Paraíba** (1957) estabelecem dois marcos de estudos histórico-políticos, continuados, segundo José Honório Rodrigues, pelos trabalhos de Coriolano de Medeiros, Celso Mariz, Adhemar Vidal, Delmiro de Andrade, Elpídio de Almeida e os mais novos Geraldo Joffily, Archimedes Cavalcanti, Deusdedit Leitão, Eduardo Martins e José Octávio.

LITERATURA E CONSCIÊNCIA SOCIAL

O poeta Augusto dos Anjos e os ficcionistas José Vieira, José Américo e José Lins do Rego representam os maiores expoentes da literatura paraibana, que significa importante polo para conhecimento da realidade que exprime. Originária do jornalismo, a que se associou, a literatura paraibana refletiu, inicialmente, as transformações sócio-culturais do período posterior a 1920, quando a liderança de Carlos Dias Fernandes fermentou inclinações modernistas em Américo Falcão, Raul Machado, Pe-

rilo de Oliveira e Silvino Olavo na poesia, Álvaro de Carvalho, Alcides Bezerra e monsenhor Pedro Anísio na crítica, Adhemar Vidal no folclore e Orris Soares no teatro. A inspiração da dupla José Américo/José Lins, mais que o classicismo castiço de José Vieira inspirará os mais recentes romancistas paraibanos como Manuel Octaviano, Permínio Asfora, Ernani Satyro, Nelson Lustosa Cabral, Francisco Pereira e Flávio Satyro, a que se associarão, na crítica, Alyrio Wanderley, Juarez Batista, Virginius da Gama e Melo, Ascendino Leite, Geraldo Carvalho, Jurandy Moura, Gemy Cândido e Hildeberto Barbosa Filho. Na poesia, Félix Araújo, Vanildo Brito, Figueiredo Agra, Jomar Souto, Celso Novaes, Sérgio Castro Pinto, Marcos Tavares e Eulajose Dias de Araújo são nomes de peso, tanto quanto Rubens Campos, Gonzaga Rodrigues, Wellington Aguiar e Natanael Alves na crônica, Adalberto Barreto, Maria José Limeira, José Leite Guerra e Políbio Alves no conto e Altimar Pimentel, Paulo Pontes, Lourdes Ramalho, Iracles Pires e Fernando Teixeira no teatro. Entre os principais animadores da cultura paraibana ressaltam-se Jomar Moniz de Brito em João Pessoa, Elizabeth Marinheiro em Campina Grande e o cônego Ruy Vieira em Areia, além do Grupo José Honório em todo o Estado.

UNIVERSIDADE E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

A transposição histórica de uma sociedade agrária e patriarcal, para uma outra, de feição urbana e terciária, trouxe consigo o surgimento da Universidade, hoje convertida no pivô da vida cultural do Estado. Com seus **campi** de João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras, a Universidade Federal da Paraíba é a principal delas, seguida pela Universidade Regional do Nordeste em Campina Grande e a Universidade Autônoma de João Pessoa. Escolas superiores isoladas existem ainda em Patos e Guarabira, mantidas pela Fundação Francisco Mascarenhas e Prefeitura Municipal. O fenômeno significou o fortalecimento de atividades culturais específicas, nas áreas das artes plásticas, música e folclore, hoje cientificamente tratadas. Na pintura, a Paraíba dispunha da tradição de Pedro Américo, Aurélio Figueiredo e Santa Rosa, atualmente revivida por artistas do nível de Raul Córdula Filho, Flávio Tavares, Miguel dos Santos e José Altino. A música que chegou a produzir os irmãos João e José Batista Siqueira, além do maestro Joaquim Pereira, desenvolve-se a nível universitário com as pesquisas e criações de Pedro Santos, Marcos Vinicius, Domingos Ribeiro e José Alberto Káplan, além de outros artistas pertencentes à chamada música popular. Já o folclore, onde Rodrigues de Carvalho pontificou no início do século com seu **Cancioneiro do Norte**, vitaliza-se com as colocações de Sabiniano Maia, Oswaldo Meira Trigueiro, José Nilton, Tereza Aquino e Valdélia Barros. No conjunto dessas manifestações artísticas, merece especial registro o cinema, convertido durante o período 1955/65 em setor de ponta da cultura paraibana. Foi es-

sa a época do documentário **Aruanda**, de Linduarte Noronha, ponto de partida para intensa atividade cine/clubística, crítica e documentarista de que resultaram filmes, curtas-metragens e estudos de, entre outros, Vladimir Carvalho, Machado Bittencourt, Jomard Moniz de Brito, João Ramiro F. de Melo, Paulo Melo, Ipojuca Pontes e Wills Leal.

(*Presença Literária*, ano 2, nº 5, João Pessoa, jul./set. de 1984).

A ZONA DA MATA EM DISCUSSÃO

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
(UNESP, Franca – SP)

Interessante abordagem a feita por João Heraldo Lima em **Café e Indústria em Minas Gerais, 1870 – 1920** (Petrópolis, Vozes, 1981), quando analisa os segmentos da economia mineira (Zona da Mata), ligados à atividade cafeeira, iniciando, desta forma, uma ampla e proveitosa discussão sobre tal problemática.

Demonstra (p. 15/16) que a expansão da cafeicultura ocorreria ao mesmo tempo nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, “configurando um único processo, que entretanto marcaria diferencialmente a economia cafeeira de Minas. E, o que é mais importante, essa expansão tem lugar no seio de uma economia escravista, com grandes dificuldades de transporte, de beneficiamento do café, etc. Definitivamente, não é essa expansão a que irá dar origem à industrialização, e sim aquela que se verificaria um pouco mais tarde em direção ao Centro-Oeste paulista”.

Por outro lado, enfatiza que o caso mineiro, na região especificamente abordada por ele, torna-se **sui generis**, principalmente com relação a São Paulo, uma vez que os variados setores da atividade econômica na área em questão, ainda são pouco ou quase nada explorados, a começar pela implantação e expansão ferroviária ligada à acumulação cafeeira e o próprio desenvolvimento do capital cafeeiro no setor.

Analisa, outrossim, com muita propriedade, a transição do trabalho escravo ao assalariado, demonstrando a forma frágil em que ocorreu, desde que houve a predominância de formas arcaicas da parceria, o que determinou um baixo nível de rentabilidade, impedindo, obviamente, o desenvolvimento de relações capitalistas de produção. Acredita o A. que neste tipo de desenvolvimento a economia cafeeira da Zona da Mata não ofereceu as articulações necessárias com o espaço econômico mineiro, e, decorrentemente, no próprio avanço industrial predominou a pequena e média indústria, com produtividade reduzida frente à média nacional. Seria apenas após 1920, portanto, fora do período de análise do A., que maiores modificações ocorreriam na economia mineira, com a retomada cafeeira e com uma expressiva expansão industrial (calcada na metalurgia).

NOVA VERSÃO DA HISTÓRIA DO BRASIL

Francisco Iglésias

A historiografia deve ser revista de tempos em tempos, de modo a permitir que novas visões se apresentem, de acordo com o processo social em contínua mudança e as sucessivas gerações que tentam captá-lo e entendê-lo. O romantismo teve a sua, embora aí se vissem o sentimento reacionário e o revolucionário ou o tradicionalista e o liberal. No Brasil ela foi, nesse momento e quase sempre, eminentemente conservadora. Há uma orientação monárquica e outra republicana. Como aguçamento das ideologias em nosso século, a historiografia extrema-se em reacionária e revolucionária ou mantém-se conservadora ou liberal. Cada período com sua fisionomia própria, tenta escrever ou reescrever a história do mundo, de seu país, de sua região. As gerações que pensam ter algo de particular dão um balanço de suas características, bem como de suas conquistas e das perspectivas que se abrem.

É justo, portanto, que apresentem seu modo de apreensão do processo social. Hoje, com a renovação do alcance mais dilatado do horizonte histórico, outra metodologia, interdisciplinaridade das ciências sociais, dificilmente uma obra de história geral ou nacional pode ser escrita por um autor só. Impõem-se então as realizações de grupos, conjunto de autores.

Lembre-se a existência de várias coleções, inspiradas por certas formas de explicar e interpretar. Na historiografia francesa, bem mais conhecida, algumas iniciativas poderiam ser lembradas ao longo do século atual, com trajetória acidentada de realização, concluídas ou a meio caminho em seus propósitos. Lembrem-se, por exemplo, as vicissitudes de uma coleção como a de Henri Berr, mais de uma vez começada e interrompida.

Relativamente ao Brasil, assinale-se a existência de várias coleções que não eram só de História, mas de ciência social no sentido amplo. Caso das famosas **Brasiliana** e **Documentos Brasileiros**, da Companhia Editora Nacional e da Livraria José Olympio — aquela paralisada, esta recomeçando, depois de frágil sustentação.

Tais empreendimentos não têm unidade, não pretendem dar uma visão do País, mas incluir títulos com o objetivo de informar. Daí terem de tudo. Pelo êxito das iniciativas, outras aparecem depois, já em nosso tempo: quase todas as grandes editoras querem ter a sua,

multiplicando-se os nomes. Nenhuma, porém, teve o alcance das duas citadas. O desenvolvimento das universidades brasileiras verifica-se sobretudo na década de 30, quando se criam algumas de maior relevo, como a de São Paulo e a do Distrito Federal. Ampla reforma é feita no ensino, em todos os níveis, acionada pelo ministro Francisco Campos. O País redescobria-se e inventava-se, era necessário aprofundar o conhecimento de suas várias expressões.

Impunha-se levar avante a análise que vinha da década de 20 decorrente do sentido crítico que levava a geração mais atuante a repensar a realidade, como se vê com o centenário da Independência, o modernismo, a política ideológica, as reivindicações de grupos médios traduzidas pelo tenentismo, a crítica mais profunda da República e suas distorções, a busca de orientação que levasse em conta as diferentes manifestações da sociedade — a burguesia agrária, a industrial, a comercial, a financeira; as classes médias; o proletariado urbano e o rural. Devia-se superar a ordem tradicional, em função de um modelo moderno, com mais justiça e igualdade, com o sentido de colocar-se o País ao nível das grandes nações.

Essa é a linha que o Brasil persegue, pelo menos de 30 aos dias atuais, com êxito diverso, avanços e recuos, com as conhecidas dificuldades do ideal democrático. A Nação cresceu e se desenvolveu, assimilou grande parte do que o mundo tem de mais avançado, mas ainda tem de abafar ou suprimir muito de obsoleto e retrógrado a impedir-lhe a marcha normal. Esta é a grande tarefa de hoje, quando se verifica a proximidade do primeiro centenário da libertação do escravo e da instituição da República, dos duzentos anos da Revolução Francesa, de significado universal, quando se sente a proximidade de um novo século e a passagem para o terceiro milênio da era cristã. É preciso fazer o balanço do que se é para o grande salto, que representará não só o aspecto quantitativo, mas também o qualitativo. Desenvolve-se no País, como em outros, mais sólida consciência crítica, a chamada mentalidade de inventário, bem mais viva agora, quando se pretende a passagem para o Estado de Direito, após o arbítrio instituído em 1964, que muito destruiu e nada realizou.

Neste momento termina um dos mais grandiosos planos intelectuais e editoriais no Brasil — a coleção da **História Geral da Civilização Brasileira** —, começada por Sérgio Buarque de Holanda e concluída por Boris Fausto. Deve-se a iniciativa à Difusão Européia do Livro, com o ânimo, a lucidez e a coragem de Paul-Jean Monteil, francês que aqui viveu, movimentando bem montada livraria e criando uma editora que já desempenhou e desempenha notável papel na vida intelectual de São Paulo e do Brasil. A editora incumbiu-se do lançamento da tradução da **História Geral das Civilizações**, obra bem conduzida por Maurice Crouzet em vários volumes, com a colaboração de alguns dos historiadores mais

eminentes de seu país. É o último empreendimento do gênero, de grande repercussão. A série francesa foi adotada em nossas Universidades, elevando o nível do ensino.

O editor pensou em realizar trabalho equivalente no Brasil, convocando para dirigi-lo o historiador Sérgio Buarque de Holanda. Pareceu ao responsável dividir a obra em três grandes grupos, que se subdividiriam em livros: de acordo com critério convencional, mas de conhecida funcionalidade, falou em época colonial (dois volumes), Brasil monárquico (cinco volumes) e Brasil republicano (quatro volumes). O conjunto de 11 volumes consta de 5.310 páginas e 162 capítulos (907 páginas e 39 capítulos para a primeira, 2.282 páginas e 79 capítulos para a segunda e 2.121 páginas e 44 capítulos para a terceira). Iniciada em 1960, completa-se em 1984, marcando do princípio do século XVI até 1964. Imaginada na época de Juscelino Kubitschek, sob o signo da confiança, crença no desenvolvimento e até certo otimismo, atravessou os governos de Jânio Quadros e João Goulart, de perplexidade e instabilidade. Os oito outros volumes foram pensados e escritos já sob o regime militar, em cujo ocaso é publicado o último da série.

Como se disse, as duas primeiras partes foram dirigidas por Sérgio Buarque de Holanda, assessorado por Pedro Moacyr Campos; a terceira coube ao historiador Boris Fausto. Os dois diretores não pretenderam fidelidade dos vários autores a determinada linha de pensamento; a obra não espelha uma ideologia; liberais, revolucionários e até reacionários colaboram juntos. Os coordenadores justificam a heterogeneidade de opiniões lembrando o primeiro que assim é nos grandes trabalhos historiográficos de equipe, alguns ainda em andamento. O segundo é mais incisivo, ao dizer do “propósito de alcançar um razoável grau de homogeneidade e não de unanimidade. Uma das razões pelas quais a homogeneidade não pode ser maior reside no fato de que a coleção se define como conjunto de trabalhos individuais e não como obra coletiva”.

Os autores foram livremente escolhidos pelos diretores, entre pessoas supostamente conhecedoras da História do Brasil. As escolhas foram quase sempre felizes, embora houvesse grande diversidade entre os nomes, como acontece em geral em promoções do gênero. Parece-nos que havia mais rigor no critério na obra francesa que na brasileira. Aquela reúne em cada volume dois, três, quatro ou cinco nomes, havendo mesmo um volume com um só (caso do admirável século XX, redigido pelo coordenador Maurice Crouzet), enquanto esta usa número maior: a primeira parte, em 39 capítulos, tem quase 30 autores; a segunda tem mais algumas dezenas; a terceira já é mais sóbria, ganhando com tratamentos mais amplos e seguros.

Se é bom convocar mais de um escritor, chamando diversos há uma certa atomização dos assuntos, como se dá por exemplo no primeiro

volume da primeira parte. Tudo indica que as convocações foram feitas menos por uma estrutura sólida da obra que pelo fato de serem os responsáveis conhecidos dos coordenadores ou por serem autores de obras sobre o assunto. Evidentemente há mais critério no segundo caso.

Em linhas gerais, há equivalência nas três partes. A segunda e a terceira são mais equilibradas e de melhor acabamento. A primeira, sobre a Colônia, não tem a mesma harmonia, apesar de ser o coordenador profundamente versado na matéria; sabe-se que Sérgio Buarque de Holanda tinha carinho especial pela época, sobretudo pelo século XVII, sobre o qual escreveu algumas de suas páginas mais importantes. Conhecia muito também o Império, como se vê em alguns capítulos e sobretudo no quinto volume da segunda parte, ponto mais alto da série e dos mais admiráveis estudos dedicados ao Império. Conhecia bem a República, é claro, pela sua cultura universal e em ciências sociais. O seu estilo e formação, contudo, condiziam mais com a história dos primeiros séculos que com o atual; esta bem menos lhe atraía a atenção, embora estivesse sintonizado com o mais novo e mesmo com as vanguardas artísticas e políticas, como convinha ao grande historiador que foi.

O período republicano coube a Boris Fausto. O jovem historiador é bem representativo do que há de melhor na historiografia nacional. Íntimo de mais de uma ciência social, já escreveu textos valiosos sobre a Revolução de 1930, sindicalismo e movimento operário e publicou há pouco **Crime e Cotidiano (1880 — 1924)**, marco significativo na bibliografia, pois se trata de uma das primeiras realizações no campo superior de temática da nova historiografia. A pesquisa acurada, a formação de cientista social e o conhecimento do Direito, a serviço de uma inteligência clara e objetiva, contribuem para a alta categoria do livro. A coordenação da empresa deve ter-lhe valido muito. Nela comparece também com dois capítulos, que perfazem 81 páginas (Sérgio Buarque de Holanda escreveu 33 capítulos, no total de 797 páginas, sendo mais da metade do volume quinto da segunda parte — **Do Império à República**).

O certo é que o conjunto transmite uma visão rica e abrangente do processo nacional. Com dois coordenadores, as partes equivalem-se nas qualidades e nos defeitos. As duas primeiras, até 1889, pela própria natureza do período, são mais acadêmicas. Já a terceira é mais livre e provocativa. Trata de assuntos ainda hoje vivos, de enorme riqueza pela abundância de fontes e tradição oral. O pesquisador fica afogado em um mar de documentos de todo tipo, ainda não organizados. Só recentemente a República desperta o cuidado dos historiadores. Antes era relegada, por equívocos de preconceitos que negavam a possibilidade da história recente ou presente. O tratamento dos temas por não-historiadores ou pelos chamados “brazilianists” fez a imposição da República, chegando-se já ao exagero. Antes, nada de contemporâneo; agora, só o contemporâneo, em modo distorcido de ver.

Nota a ser destacada no período republicano é o apelo à colaboração de diversos cientistas sociais — economistas, sociólogos, politicólogos, antropólogos, filósofos, críticos de literatura e de arte em geral. A participação desses nos períodos anteriores é pequena. A presença de Fernando Henrique Cardoso, Maria Isaura Pereira de Queiroz, José C. Gnacarini, Paul Singer, Francisco de Oliveira, Duglas Teixeira Monteiro, José Murilo de Carvalho, Heloísa Fernandes, Alfredo Bosi, Bolivar Lamounier, Hélgio Trindade, Leôncio Martins Rodrigues, Sérgio Miceli, Marcelo Paiva Abreu, Pedro Malan, Tamás Szmrecsányi, Cândido Procópio, Guilhermino César, Maria Rita Galvão, Décio Almeida Prado valoriza bem a terceira parte. Se essa colaboração já existia nas duas anteriores, era bem menor: Aziz Ab'Sáber, Florestan Fernandes, Antônio Cândido, Lourival Gomes Machado, Dorival Teixeira Vieira, Cruz Costa, Célia B. Barreto, Paula Beiguelman, Otávio Iani, Mário Barata, Egon Schaden.

O questionamento de se essa presença é nota positiva ou negativa já não tem procedência. É claro que é mais positiva, pois o cultor de área diversa traz para a história outra perspectiva. Se quase nunca ou nunca tem alguma pesquisa, a originalidade está no seu enfoque, freqüentemente diverso daquele da historiografia consagrada. Pode-se alegar que o assunto seria mais esclarecido com a abordagem de um historiador que tivesse feito longa pesquisa, só ele é capaz de dar à análise a perspectiva da história, enquanto os mais diversos cientistas sociais não a conseguiram. Pode ser, mas o certo é que os temas históricos considerados por outros têm quase sempre um tom de novos, com alguma coisa que os historiadores não costumam ter. Lembre-se que alguns dos textos mais ricos de substância e sentido históricos, entre nós, são feitos por não-historiadores: para citar casos de autores ainda em produção, Vítor Nunes Leal e **Coronelismo, Enxada e Voto** (1949), Raimundo Faoro e **Os Donos do Poder** (1958), Celso Furtado e **Formação Econômica do Brasil** (1959), Florestan Fernandes e **A Revolução Burguesa no Brasil** (1975). São textos de política, sociologia e economia, mas são também — diria até sobretudo — de história. Outro tanto se dá na historiografia universal.

Caracteriza esses estudos uma análise com a aplicação dos modelos explicativos de diversas áreas, às vezes até com o gosto de experiências e mesmo de exercício intelectual. É claro que os últimos não seriam razoáveis em uma obra da natureza da **História Geral da Civilização Brasileira**, na qual se pretende traçar um amplo quadro do processo evolutivo de mais de quatro séculos. Na medida em que são feitos, como nos diversos capítulos considerados aqui, são legítimos. Parece-nos válido traçar uma linha, como se faz freqüentemente — sobretudo no período republicano —, com pequena base

empírica e ampla conclusão. Seria o caso de textos como os de Paulo Sérgio Pinheiro no segundo volume do período republicano — classes médias urbanas e proletariado industrial.

Outros ficam mais ajustados no trato por especialistas de área diversa: caso dos capítulos do primeiro volume — Maria Isaura Pereira de Queiroz, o coronelismo numa interpretação sociológica; Paulo Singer, o Brasil no contexto do capitalismo internacional; Francisco de Oliveira, a emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha. Ou, no volume dois, texto de Bolívar Lamounier, interpretação do pensamento político autoritário. Enriquecem uma obra de história.

Poder-se-ia alegar que teria mais propriedade e eficácia no livro o tratamento desses assuntos por um historiador: qual ou quais os nomes a serem convocados então por Sérgio Buarque de Holanda e Boris Fausto? É temática que faz bem aos livros de história, a ser melhor considerada um dia. Valem muito essas apresentações do material, mesmo no estado em que se encontram. Se vierem a ser revistas, tanto melhor. Por certo retratam a fase presente dos estudos de ciência social.

Essa História, escrita por dezenas de autores, é uma espécie de balanço do que se sabe da trajetória brasileira. Evidentemente em alguns capítulos está aquém do conhecido, pois historiador mais habilitado poderia realizar melhor. Vários não acrescentam nada ao já sabido. O importante é que sentem a dimensão do domínio da área. Por ela se vê que há muito ainda a ser investigado, muita revelação a ser feita. Se a história do Brasil já não é mais a casa construída na areia, com perigo de desabamento se alguém encosta nela, como escrevia Capistrano de Abreu, ainda não é o edifício sólido desejado. Há dezenas de assuntos ainda não objeto de análise, sobretudo alguns elementos básicos pouco conhecidos e essenciais para a compreensão da estrutura da dinâmica. Tem-se a impressão de conjunto harmonioso, pelo esquema da historiografia oficial, tão falado e ligeiro. Há uma historiografia política que ilude os incautos. Conhecida nos dados aparentes, ignora a verdadeira máquina de interesses. Mais faltas há ainda na história social e econômica, na vida intelectual. Pouco se sabe do cotidiano.

Muito, porém, já se obteve, com o aprimoramento das técnicas de trabalho, com a assistência às fontes, aos arquivos, ao patrimônio histórico e artístico; com o estudo regular e seguido de História nos cursos universitários de ciências sociais; a justa compreensão da História como estudo necessário e eficaz na condução da vida pública. Desde os anos 30 se determina esse objetivo, cada vez com mais clareza e rigor. A denúncia das precariedades ou mesmo falsidades do conhecimento histórico deixa alerta quem a ele se dedica. Todo esse esforço renovador começa a dar

frutos, como se vê na edição agora comentada. Seu efeito será cada vez mais notável, colocando a História no lugar de relevo entre as ciências do homem, que já teve e depois perdeu para outras, mais ousadas e requeridas de imediato pela presente ordem.

Dentro de alguns anos outra obra no gênero será feita. Não poderá deixar de ter em conta o esforço e o resultado da presente. Desafio para o historiador é a obra de síntese, uma história do Brasil. Já algumas tentativas foram anunciadas e não apareceram. As últimas devem ser as de Pedro Calmon e Hélio Viana: ao esforço meritório não correspondeu o efeito esperado, pois muito lhes faltou para a compreensão do Brasil novo. Apegadas a fórmulas oficiais antigas e gastas, não acrescentaram nada. Outras, de radicalismo esquerdista, também não tiveram resultado ponderável.

Dessa massa de pesquisas, novos elementos e correntes explicativas, deverá sair uma outra visão da matéria. A tarefa é difícil, é desafio para o historiador. Não se vê ainda no horizonte a obra desejada. Sabe-se que Sérgio Buarque de Holanda pretendia fazer livro do gênero, como confessou mais de uma vez. Entregava-se à coordenação da iniciativa ora encerrada com o objetivo de amadurecer o plano de trabalho. Não o escreveu, por falta de tempo e disposição — o que se lamenta, pois nenhum historiador o faria com igual competência e estilo.

Da inquietação, do sentido crítico, do desejo de acertar e mais ainda é que deve surgir algo como foi feito no início do século passado por Robert Southey, em meados do mesmo século por Francisco Adolfo de Varnhagen. O monumento do historiador oficial desempenhou o seu papel. É necessário outro, pois há mais de cem anos a serem considerados. Ao longo deles muito se reviu de quanto se escrevera e centenas de obras foram produzidas. Síntese equivalente não foi tentada. É desse conjunto feito pelo desejo de conhecer que vai nascer outro livro de síntese. Desafio, provocação, atração. Todo historiador nacional deseja apresentar a sua versão totalizante. Os cursos de História das Faculdades de Filosofia ainda não deram o recado que se esperava deles, mas já o anunciam, como se vê na presente obra. É continuar o trabalho. Da contribuição de milhares é que um dia surge alguém com mais força, garra, lucidez e reúne o esforço dos antecessores, englobando-os e superando-os.

MEMÓRIA DA VIDA E DAS LUTAS SOCIAIS

Marco Aurélio Garcia

Foi em 1974. O “Brazilianist” John W. Foster Dulles, que havia acabado de publicar nos Estados Unidos seu **Anarquistas e Comunistas no Brasil**, traduzido para o português pela Nova Fronteira, realizava uma operação através da qual pretendia levar para a biblioteca de Austin, na Universidade do Texas, o que ele mesmo qualificou na introdução de seu livro de “valiosa coleção de jornais proletários acumulados ao curso de longos anos por (...) Edgard Leuenroth”.

Dulles sabia o que queria. Seu livro, é ele mesmo que admite, havia sido feito fundamentalmente a partir do monumental acervo de Leuenroth, combatente e, ao mesmo tempo, testemunha de mais de meio século de lutas sociais no país.

Graças à decisão de intelectuais como Paulo Sérgio Pinheiro, Aziz Simão e tantos outros, a coleção Leuenroth não foi para os Estados Unidos e acabou por ser adquirida pela Universidade Estadual de Campinas, a Unicamp. Dois anos depois ela estaria à disposição dos pesquisadores.

Leuenroth, nascido em 1881 e falecido em 1968, é um caso clássico de militante e intelectual do movimento operário. Extremamente ativo nas décadas de 10 e 20 — ele foi um dos dirigentes da greve de 1917 em São Paulo — entrevistou ativamente nos grandes debates do movimento operário brasileiro do pré-30, não só nas páginas da imprensa proletária de então, como através de livros, como **O que é o maximismo ou o bolchevismo** escrito com Hélio Negro, e **Anarquismo, roteiro da libertação social**. Mas, ao mesmo tempo, Leuenroth revelou uma saudável disposição de juntar jornais, revistas, panfletos por toda sua vida, legando-nos uma imensa quantidade de publicações brasileiras e do resto do mundo que são um registro insubstituível dos conflitos sociais no século XX.

O acervo de Leuenroth permitiu um extraordinário desenvolvimento das pesquisas sobre o movimento operário, e teve o poder de atrair outras coleções de documentos, que transformaram o Arquivo da Unicamp no principal centro de documentação operária do Brasil e numa das instituições mais significativas neste terreno no mundo inteiro.

Pouco a pouco, foram sendo incorporados os acervos de Otávio Brandão, um dos principais dirigentes do PCB nos anos 20, parte do acervo de Astrojildo Pereira, fundador e ex-secretário geral do PC, de

homens ligados ao movimento operário como Maurício Lacerda e Evaristo de Moraes, de Lourenço Moreira Lima, que foi secretário da Coluna Prestes, para citar as coleções mais expressivas nesse campo.

O arquivo do presidente Artur Bernardes, composto de dezenas de milhares de documentos, permitirá aos pesquisadores uma visão mais abrangente da história republicana, não só pela importância que teve durante seu governo a questão operária, como pelos conflitos políticos e sociais (como a Coluna Prestes, por exemplo) que transcorreram naqueles turbulentos anos.

Mas a documentação do Arquivo Edagrđ Leuenroth não se resume aos temas político-ideológicos, que permitam estudar os movimentos sociais do ângulo de seus partidos, sindicatos e outras organizações ou correntes de pensamento. Encontra-se no centro da Unicamp uma significativa coleção de fontes que permite o estudo das condições materiais de existência da classe operária e dos movimentos sociais em geral durante este século. Documentos relevantes sobre a imigração italiana no Brasil se encontram aí depositados, da mesma forma que uma enorme massa de fontes sobre a industrialização no Brasil, cobrindo desde questões relacionadas com a legislação trabalhista até temas como condições de vida dos trabalhadores e o processo de trabalho. Têm especial importância, nesse particular, os documentos que foram transferidos para a Unicamp e que pertenciam ao Idort, ou o acervo pessoal do eng^o Roberto Mange, doado por sua família , e que permite traçar a trajetória do taylorismo no Brasil.

A transferência para Campinas do acervo do falecido jornalista e militante Hermínio Saccheta permitirá uma percepção mais completa da história social brasileira, sobretudo nos anos 30.

O Arquivo Edgard Leuenroth abre-se igualmente para os períodos mais recentes da história do Brasil e busca incorporar outros temas que inquietam os pesquisadores que acorrem a Campinas. Nessa linha, o Arquivo reúne coleções da imprensa alternativa que proliferou no Brasil a partir dos anos 70 e incorporou milhares de documentos relacionados com o movimento operário e outros movimentos sociais atuais. Além de suas próprias coleções nesse terreno, a Unicamp microfilmou a documentação do Centro Pastoral Vergueiro.

Recentemente vêm sendo ampliadas e sistematizadas fontes para o estudo do movimento estudantil, da mesma forma que sobre outros movimentos sociais, como os de mulheres, por exemplo.

Há dois anos, com a doação pelo historiador argentino Liborio Justo de seu arquivo pessoal, o centro da Unicamp pôde reforçar sua vocação latino-americana. A coleção de Justo permite estudos sobre enormes períodos não só da história argentina, como do Peru, Chile e

Bolívia. Foi, igualmente, microfilmado o acervo do sindicalista paraguaio Francisco Gaona e incorporadas outras coleções latino-americanas cobrindo períodos mais recentes.

O Arquivo Leuenroth tem tido a preocupação de adquirir no Brasil e no exterior microfilmes de publicações fundamentais para melhor contextualizar períodos de nossa história.

(De **Leia**, dezembro de 1984, p. 19). São Paulo.

O CENTENÁRIO DE TOLEDO MALTA

Ernani Silva Bruno

José Maria de Toledo Malta, cujo centenário de nascimento transcorreu a 27 de março do corrente ano, não foi apenas o engenheiro especializado na técnica do cimento armado que trabalhou na construção de muitos prédios paulistanos, inclusive o edifício Martinelli. Foi também um humanista e um erudito, tradutor dos **Ensaio**s de Montaigne. E que, escondido sob o pseudônimo de Hilário Tácito, escreveu **Madame Pommery**, crônica bem humorada da alta prostituição em São Paulo nas primeiras décadas deste século.

Contava o escritor Leo Vaz que, às vésperas da publicação de **Madame Pommery**, que ocorreu em 1920, anunciava-se este livro como algo escandaloso, denunciando contravenções conjugais de conhecidíssimos figurões da alta sociedade paulistana no tempo. E que por isso, quando ele apareceu nas livrarias, teve rapidamente esgotada sua primeira edição. Mas não tardaram as decepções dos compradores, porque **Madame Pommery** não revelava, na dosagem esperada, o “sal grosso” aguardado pelos apreciadores do chamado “gênero livre”.

Era, de resto, o que dava a entender o registro bibliográfico da “Revista do Brasil”, de junho de 1920. Que o assunto era escabroso: “Por manhas e artimanhas de tal matrona (Madame Pommery) formou-se uma escola nova de extorquir dinheiro aos homens por meio de pele feminina e eflúvios de champanha”. Mas que, por parte do autor, “o mais arrepiado moralista” poderia ler o livro, sem cara feia.

O tema da obra de Hilário Tácito era mais especificado em um artigo de Lima Barreto. A personagem que dava nome ao livro — explicava o escritor — com o auxílio de um “coronel” ricaço montara em São Paulo uma espécie de usina central produtora e transformadora da prostituição. Chamou-a de “Au Paradis Retrouvé” e banuiu dali a popular cerveja, substituindo-a pela sofisticada champanha. “Iniciava sua missão heróica nas terras do Tietê...” Porque se converteu em educadora e afinadora do comportamento dos jovens ricos. Cursar o “Paradis Retrouvé” ficou sendo, no conceito geral da gente fina, um título de merecimento e “remate indispensável de toda a educação aprimorada”.

Funcionava tal pensão — nas palavras de Hilário Tácito — em vistoso e largo sobradão da Praça Paesandeu e canto da rua D. João

(obviamente, o Largo do Paissandu e a avenida São João), “bem no alto da zona dos teatros e demais antros noturnos”.

O livro valia sobretudo — na opinião de Lima Barreto — pela suculenta ironia de que estava recheado, uma ironia muito complexa, “que ia de simples malícia ao mais profundo humor em que assentava o fundo de sua inspiração geral”.

Outro crítico da época — o rio-grandense João Pinto da Silva — notava que o livro seduzia menos pelo assunto em si que pela habilidade do autor em criar situações cômicas e desencontradas. Mas errava, provavelmente, (o crítico) ao escrever que “seu aparente amoralismo cínico”, a obra se configurava também como “forte lição de moral” — o que não parecia ser o propósito de Hilário Tácito.

Ao prefaciá-lo, há oito anos, a reedição desse livro, promovida pela Academia Paulista de Letras, o crítico Osmar Pimentel recolocou a obra de Toledo Malta em suas exatas proporções, observando que **Madame Pommery** não tem a estrutura tradicional do romance, afigurando-se mais um misto de crônica e de memorialismo, ambientado na capital de São Paulo nas primeiras décadas do século. “Livro exemplar pelo estilo, pela riqueza de observação psicológica, pela densidade de anotações sociológicas e até por certa feição de ironia compassiva que se pode tornar, às vezes, em metáforas poéticas”. A personagem principal — diz Pimentel — é apenas pretexto para que venha à tona uma crítica bonachona, mas contundente, da sociedade dos coronéis e políticos da chamada civilização do café.

Na verdade, o livro reflete uma faixa muito restrita da vida paulistana. A qualidade maior está no estilo muito pessoal do autor, cuja linguagem se reveste em geral de um arcaísmo virtuosístico que, no entanto, não faria discípulos na ficção paulista ou brasileira, já então em busca de uma expressão renovadora. Mas é evidente que o livro de Tácito ficou inscrito com destaque na história da prosa literária de São Paulo, como forte componente da etapa pré-modernista assinalada também pelas obras de Valdomiro Silveira, de Leo Vaz e de Monteiro Lobato.

(De Folha de São Paulo, 27-3-1985)

REFLEXÕES SOBRE A LUTA DE CLASSES

João Ribeiro Junior

O **Manifesto Comunista** começa dizendo que “A história de todas as sociedades que existirem até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e oficial, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das suas classes em luta”.

O que influenciou na mente de Marx para fazê-lo conceber esta doutrina básica do seu sistema? Sabemos que Karl Marx viveu num contexto histórico em que se desenvolvia de modo evidente o prelúdio de uma violenta luta de classes que, ao que parece, tendia a tornar-se mais desesperada e implacável. Essa luta era natural, ainda que não inteiramente inevitável, naquelas circunstâncias.

Geralmente, as transformações e problemas que sobrevêm em tempos de crise ultrapassam, no primeiro momento, às previsões, à capacidade e preparação dos responsáveis pela direção social. Assim foi que a pressão da angústia econômica e o desmantelamento produzidos pelo aparecimento de problemas e situações praticamente inesperadas, deram origem ao mau entendimento, mútua desconfiança, crescente separação, e, finalmente, ao choque violento entre as duas classes surgidas com a Revolução Industrial: a capitalista e a proletária, que, como irmãs siamesas em discórdia, vieram ao mundo, ao mesmo tempo e intimamente vinculadas uma à outra, mas que não achavam meios de se entenderem e de estarem unidas.

Marx se educara nas doutrinas de Hegel, para quem a história nada mais era do que uma sucessão de **conflitos** de idéias e suas respectivas soluções.

Toda idéia, ao ser apresentada como verdade (tese), traz consigo e faz surgir fatalmente a sua própria negação (antítese); do conflito entre ambas, resulta uma nova idéia que lhes é superior (síntese) e que, por seu turno, desperta a sua própria negação e é por ela combatida e derrotada, para dar lugar a uma nova síntese. E, assim, sucessivamente. Este perpétuo jogo de teses, antíteses e sínteses se denomina **dialética**, e constitui, para Hegel, a essência e o processo **único** da marcha histórica.

Mas, Hegel também não é tão original assim. Sua dialética entronca-se na corrente filosófica nascida na Grécia, que estuda os fenômenos como um processo (realidade em movimento) na onda tumultuosa da vida, num constante vir-a-ser. Um homem, dizia Heráclito, não pode atravessar duas vezes o mesmo rio, porque ou muda o rio ou muda o homem. Esse sistema se distingue da filosofia tradicional, filosofia do ser, ou metafísica, que considera as coisas como objetos fixos, e estuda-lhes as qualidades intrínsecas.

A filosofia do vir-a-ser apoia-se, principalmente, na dialética, ou seja, método de raciocínio que induz à idéia de movimento e de contradição, que teve em Sócrates o cultor máximo na antigüidade. Este sistema propiciou o surgimento de vultos ilustres na história do pensamento, como Francis Bacon.

Hegel, retomando o processo dialético, estabeleceu então a famosa tríade das idéias: tese, antítese e síntese. Nesse sentido, as idéias evoluem, impulsionadas pelas suas próprias tradições, gerando novas idéias que contenham as qualidades das outras que se opunham entre si.

Levando o processo dialético para o campo da história, Hegel se tornou um dos inspiradores de Marx. Havia, porém, uma diferença: Hegel era idealista, acreditava na idéia absoluta como propulsora do mundo real; já Marx enveredou por caminho oposto, apoiando-se no monismo, corrente que então se formava, em contraste com o dualismo dos antigos filósofos.

Em suma, Marx aceitou o método dialético, mas numa textura materialista. **Materialismo Dialético e Histórico**, eis a síntese de sua doutrina.

Todavia, estabelecendo sensível diferença entre o materialismo histórico e o materialismo contemporâneo, discorda do materialismo mecanicista de Feuerbach, que vê a atividade humana estática, suscetível de explicação pela descoberta de sua causa física, ao mostrar que tal atividade é objetiva, um objeto em movimento; e à semelhança de Hegel, estuda o homem e a história, porém, partindo do homem real (total) e das condições econômicas e sociais em que ele tem de viver, e não, primordialmente, das idéias dele.

Assim, Karl Marx erigiu seu pensamento considerando o mundo material como única realidade. Os fenômenos da natureza são simples aspectos da matéria em movimento, enquanto que o espírito não tem existência fora do corpo.

O objetivo de Marx era o de mostrar a necessidade de transformação revolucionária do mundo em oposição à submissão do homem à entidades supraterras, já que, assim como o conhecimento das

leis físicas permite ao homem o domínio da natureza, o conhecimento das idéias da evolução social lhe permitirá conduzir as relações sociais.

Para Marx, a verdadeira história do homem é a dos diversos estágios da evolução dos sistemas criados para satisfazer as necessidades de produção. A estrutura econômica é necessariamente a base real da sociedade, a **infra-estrutura** sobre a qual se constrói toda uma estrutura política, cultural e ideológica.

Substituindo o conflito de idéias de Hegel pelo conflito de formas econômicas, Marx visualizou o predomínio da classe que detém as forças de produção. O poder político e o próprio Estado se colocam, assim, a serviço da classe opressora. Mas, quando uma classe começa a governar, atrai à cena uma classe antagonista. Daí a sucessão das classes, que lutam e se revezam no poder, formando a tessitura da história.

Assim, Marx, saturado profundamente pela filosofia idealista de Hegel, fatalmente inclinado às generalizações extremas, inflamado de uma simpatia intensa para com os sofrimentos dos trabalhadores, e insuflado pelo ódio feroz ao sistema capitalista, que considerava responsável por estes sofrimentos — ao meditar sobre o quadro contemporâneo de uma incipiente, porém violenta luta de classes (luta que era um fenômeno vital da época) lança-se a uma tempestuosa generalização e afirma que a história de toda sociedade tem sido sempre a história de lutas de classes; que a luta de classes é absolutamente essencial e inevitável para o progresso da sociedade; que, de acordo com essa fatal (determinista) lei histórica, o capitalismo, ao assumir a direção da indústria e da sociedade, tem feito surgir, ineludivelmente, uma classe antagonista, o proletariado, à qual explora para poder manter e aumentar o seu poder; que, porém, esta classe proletária, também, por uma lei fatal, irá criando consciência, organizando-se, adquirindo forças e, consciente de seus destinos históricos, se defrontará com o capitalismo para arrancar-lhe o poder, aniquilá-lo como classe e estabelecer uma nova sociedade sobre bases comunistas, uma sociedade homogênea, ou noutras palavras, constituída por uma só classe.

Como se vê, Marx toma de Hegel a dialética, porém, em vez de um combate de idéias, concebe uma luta de forças econômicas ou funções de produção que se encarnam nas classes sociais correspondentes. No mais, pode-se dizer que sua Filosofia da História se resume na fórmula seguinte: **Dialética hegeliana + tendência à generalização indébita + simpatia para com os trabalhadores + ódio ao capitalismo burguês = teoria marxista da luta de classes.**

Isto explica como Kar Marx concebeu a sua doutrina. Vejamos, agora, se está ela de acordo, realmente, com os fatos históricos e se é tão realista como o seu autor, e aqueles que o seguem, afirma dogmaticamente.

A evolução histórica ou, em outros termos, vida das sociedades humanas é, como toda a vida, um fenômeno complexo, misterioso, que dificilmente poderíamos reduzir a um só e exclusivo fator. Não resta dúvida de que, num sentido fecundo e profundo, a vida é luta, conflito, esforço militante e apaixonado. E, assim, na vida da sociedade, como na do indivíduo, não se pode negar a existência de conflitos e lutas fecundos, antagonismos criadores. Muitas vezes, a solução está, com efeito, no choque dos elementos opostos. As instituições libertárias e a justiça social têm surgido, muitas vezes, como resultado direto da luta entre opressores e oprimidos. Há, pois, certos elementos de verdade na concepção marxista da história.

Contudo, em primeiro lugar, não é verdade que a luta dos opostos seja o **único** processo vital e criador. Quando o encontro de dois elementos dá origem a um terceiro, os ditos elementos podem **não ser** necessariamente **opostos** ou **antagônicos**, senão simplesmente **diversos** e **complementares**. Neste caso, não se realiza propriamente uma **luta**, mas uma **conjugação**, uma **fusão**, um **complemento**. Este processo é o que descreve, em sua linguagem mitológica, algumas cosmogonias primitivas que supõe o mundo criado pela conjugação de dois elementos originários e eternos, um masculino e outro feminino. O ato criador pode consistir, com efeito, em um conflito, mas também e, talvez, mais amiúde, numa compenetração mútua, numa cooperação íntima, numa fusão vital. Isto se vê, mais claramente do que na esfera política, onde as paixões humanas acabam, às vezes, desnecessariamente em conflito, na criação científica, artística e religiosa.

De renhida controvérsia — que até pode degenerar em briga — entre sábios que sustentam opiniões contrárias, pode surgir, é certo, como a síntese luminosa que queria Hegel, uma verdade genuína ou um notável descobrimento. Inúmeras verdades, porém, e úteis descobrimentos têm-se obtido pela colaboração e pelo esforço unido de vários homens de ciência, que discutem entre si suas opiniões, porém não constrangidos por interesses pessoais, senão por amor à verdade, num processo de estudo, de cotejo de conclusões, de exame de hipóteses, de verificação de teorias, etc., que não pode ser chamado, propriamente, a menos que se dê aos termos uma significação falsa, nem **conflito** nem **luta**.

A criação artística ou religiosa tem vindo, também amiúde, como resultado de uma reação violenta contra a já existente, como por exemplo, o Renascimento e a Reforma. Porém, a arte de Fídias e a poesia de São João da Cruz se nutrem de fundas correntes espirituais de sua época, e não podem ser consideradas propriamente como a resultante de uma luta revolucionária.

Se na vida, pois, encontramos uma lei que torna fecunda a luta, encontramos também uma outra que prescreve a cooperação. E se,

porventura, na história humana, ocorrem com mais frequência as lutas, não deve isto ser interpretado como **lei fatal**. Não se deve nunca confundir o que é com o que deve ser. Nisto se distancia consideravelmente o cristianismo das doutrinas de Marx e seus seguidores. Pois enquanto este, em face de toda a luta, não usa de nenhum discernimento, senão que as aceita todas como lei fatal e iniludível da própria natureza; o cristianismo manda considerar as lutas violentas como um mal que devemos esforçar-nos por evitar e suprimir. Chocam-se, em rude conflito, os indivíduos ou as classes, ou as nações ou as raças, e nele se empinam as paixões e os ódios, se desenfreiam os instintos e se extravasam os rancores. O marxismo diz que tudo isto não é só inevitável, como preciso e necessário. Curva-se, assim, diante do que é, e o proclama como o que deve ser. O cristianismo, porém, sem fechar os olhos à realidade, sem negar que o ódio e a paixão existem, reclama uma transformação vital do que é em nome do que deve ser. E, para o cristianismo, o que deve ser nas relações sociais como na vida individual, é a compreensão, a fraternidade e o amor.

Tão pouco é certo que todas as lutas fecundas da história hajam sido lutas de classes, isto é, lutas ocorridas, como o pressupõe o **Manifesto Comunista**, entre setores contrários da mesma sociedade. Tem havido choques entre sociedades e sociedades, entre povo e povo, entre nação e nação, entre raça e raça, entre tipos diversos de civilização, e nestes casos não se trata, falando com propriedade, de conflitos entre duas camadas antagônicas da mesma coletividade. Por muito esforço que se faça e por muito disposto que se esteja a torcer o sentido da história, é impossível, exceto pondo-se os óculos do dogmatismo marxista, reduzir ao único denominador de mera luta de classes, fenômenos históricos de tanta transcendência social como os imperialismos assírio, macedônio, romano ou napoleônico; nem as grandes correntes migratórias dos nórdicos e dos mongóis; nem o impetuoso expansionismo do Islã. Qual era a “classe” opressora e qual a oprimida, naqueles choques ferozes da barbárie nórdica contra a decadência romana ou entre a belicosidade turcomana e a inépcia bizantina? Quais eram, na epopéia da Reconquista, os explorados ou quais os exploradores, as tropas mercenárias do El Cid ou os esquadrões dos Califas? Luta de classes quer dizer luta dentro da mesma sociedade, e não se pode chamar luta de classes quando toda uma sociedade luta contra outra sociedade inteira.

Tão pouco pode-se dizer, ainda, no caso de efetivas lutas de classes, que sempre hajam estas sido, no sentido cruamente materialista de Marx, uma opressora e outra oprimida. Uma das lutas mais fecundas em transformações históricas e sociais, foi, na antigüidade, a da realeza contra o sacerdócio. É verdade que os reis aspiravam à sua emancipação do sacerdócio dominador, porém esta emancipação era de ordem espiritual e

não econômica; e é para recordar-se que Marx não conhece mais opressão nem mais emancipação que as econômicas. Outras lutas realizaram-se realmente entre grupos diversos dentro da mesma classe social, semelhantes ao conflito moderno tão profundo entre comunistas e social-democratas.

Dizer que é o capitalismo que, para seu próprio proveito, divide as classes entre si, provocando estas lutas, é bom notar que lutas semelhantes ocorreram antes do aparecimento do capitalismo. Por outro lado, as lutas de morte entre interesses opostos dentro da própria classe capitalista são bastante evidentes e conhecidas para que necessitem de menção especial. Nenhuma destas lutas se dá entre opressores e oprimidos.

É, por igual, falso que as lutas de classes, quando verificadas, tenham terminado *sempre* numa reconstrução revolucionária da sociedade ou na ruína comum dos beligerantes. Para não tomarmos senão um dos mesmos exemplos que cita Karl Marx, a luta entre patrícios e plebeus romanos — que foi, verdadeira luta de classes — não terminou por nenhuma destas duas maneiras. Terminou, sim, mediante uma série de concessões e compromissos, isto é, em conciliação e não na extinção de uma nem de ambas as classes combatentes. Acabou, sobretudo, porque, ao contrário do conceito marxista, de que as classes em conflito tendem a se diferenciar e a se distanciar mais e mais, o certo é que as diferenças sociais entre patrícios e plebeus foram-se fazendo menos claras e graves, até que desapareceram quase por completo.

Precisamente em nossos tempos, estamos comprovando — mediante fatos irrefutáveis que não somente não entraram na previsão de Marx mas que desmentem as suas afirmações — quão equivocado se achava ao proclamar que as duas (porque para Marx sempre tem que ser duas) classes antagônicas de uma luta social se vão fazendo cada vez mais distintas e opostas, e que, se existe alguma outra classe, esta se vai desagregando e passa a engrossar um ou outro dos grupos em conflito. Karl Marx referiu-se à *classe média*, a qual consoante a sua doutrina e de acordo com as supostas leis econômicas, tinha necessariamente que se ir tornando cada vez menos numerosa e influente, até chegar a desaparecer, pois as suas camadas superiores se refundiriam na *burguesia*, ao passo que as inferiores viriam a submergir-se no *proletariado*. Naturalmente, Marx se aventurou a fazer esta profecia, porque a existência da classe média o *estorvava*, já que a dialética exige unicamente dois termos opostos. A maneira mais cômoda, pois, de se desembaraçar dela era declará-la de caráter transitório e prognosticar o seu completo desaparecimento.

Diz Marx em seu *Manifesto Comunista*: “Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado.”

Ao fazer tal profecia, que lhe era necessária para tapar um grave rombo de seu sistema, Marx tinha que correr o risco de que os acontecimentos futuros o desmentissem. E assim tem sucedido. Ao contrário do que ele prognosticou, têm-se produzido dois importantes fenômenos históricos sociais que de um modo categórico expõem a debilidade de sua construção dialética: 1º) A classe média, longe de se ir definindo e de ir-se desaparecendo para permitir que “sem interrupção e cada vez em maior medida”, a sociedade fique claramente enquadrada nas duas classes que Marx necessitava para fundar sua doutrina, tem-se feito ela cada vez mais forte e, o que é mais importante, cada vez mais consciente de si mesma.

Verdade é que há uma corrente incessante, como o previa Marx, da classe média à capitalista e à proletária: os que se enriquecem sobem e os que empobrescem, descem. Mas também existem, e igualmente incessantes, correntes inversas que mantêm mais ou menos constante o volume da classe média: os capitalistas que se quebram ou se enfraquecem, e os proletários que se educam ou aumentam seus recursos econômicos engrossam as suas fileiras e enchem assim os claros que vão deixando a tendência à desintegração. 2º) Pela organização das cooperativas e aquisição de pequenas e médias propriedades, o proletariado, longe de tender a afastar-se mais da burguesia, como o exige a hipótese marxista, mostra uma forte tendência a com ela se confundir e identificar.

Noutras palavras, o campo da realidade não se apresenta qual o exige a teoria marxista para justificar-se a si mesma. A não ser na mente dos fanáticos agitadores, não existe unicamente duas classes em conflito, tal como o reclama a dialética hegeliana de Marx, senão que há uma terceira em discordância e que se faz cada vez mais consciente e mais forte. A subsistência e crescente vitalidade desta classe intermediária lança por terra a compacta estrutura da teoria da luta de classes. Além disso, o proletariado parece aspirar mais do que a aniquilar a burguesia — a nela ingressar na primeira oportunidade. Fora das ardentes arengas dos marxistas ortodoxos, e mesmo dos leninistas, trotkistas, o proletário não aborrece o burguês, mas o inveja e deseja ser como ele, adquirindo sua propriedade privada, tendo seu carro, sua televisão, etc. Logo que pode, faz suas economias, forma “pequeno capital”, compra terrenos ou abre uma loja qualquer, estabelecendo-se por sua conta; movimenta o seu pequeno comércio e não despreza a menor oportunidade para melhorar e consolidar a sua situação econômica, longe do fervente desassossego que provocam os fomentadores da luta de classes.

O aparecimento das cooperativas e mutirões é outro golpe mortal na doutrina marxista. Contribuem para resolver o conflito, não por meio de lutas, mas sim, pela cooperação. Queria Marx que a classe patronal se tornasse cada vez mais forte e opressiva e o proletariado cada vez mais

desvalido e explorado. A cooperação, porém, converte o trabalhador em patrão e o patrão em trabalhador. Não há uns que possuam o capital e outros que o trabalham, mas todos possuem parte do capital comum e todos trabalham e o usufruem. A velha luta se resolve de modo inesperado para Marx, porque a cooperativa é uma demonstração, em pequena escala, da possibilidade de que capitalistas e trabalhadores se ponham de acordo e conciliem seus interesses, fazendo que termine a luta, não pelo aniquilamento de nenhuma das duas classes, mas pela aproximação e pela cooperação de ambas dentro de uma nova forma de organização econômica. É certo que, se o cooperativismo se fizesse extensivo a todo organismo econômico da coletividade, a sociedade resultante teria, em grandes traços, caracteres muito semelhantes à sociedade comunista que propugna o marxismo. Haveria, porém, uma enorme diferença: a de que não se chegaria à sociedade cooperativa pela luta e pela violência que são os métodos típicos do comunismo, mas pelo entendimento, pelo diálogo, pela cooperação. A nova ordem de cousas seria, assim, o resultado, não do combate em que uma classe, pelos seus próprios interesses, conquista e aniquila a outra, mas do acordo em que ambas se fundem pelo interesse comum. Surgiria um mundo novo, não da luta entre dois elementos opostos, mas sim da conjunção de dois elementos complementares. O cooperativismo teria, além do mais, a vantagem de não deixar fora do quadro social a **classe média**, a qual ficaria muito naturalmente incorporada na nova sociedade dos capitalistas que trabalham e dos trabalhadores que possuem parte do capital comum. E teria mais outra vantagem que não é a menor, na sociedade cooperativa, o capital seria comum, porém sem que ninguém perdesse o seu direito privado, já que os sócios seriam ao mesmo tempo proprietários e trabalhadores. E o direito social ficaria constituído, assim, não por uma entidade nova e abstrata, edificada sobre as ruínas do direito privado, mas pela coordenação, no interesse mútuo dos interesses e prerrogativas privadas. Quer o comunismo que a sociedade seja dona de tudo e que os indivíduos nada possuam. Neste sentido, porém, “a sociedade” é uma abstração. No cooperativismo, ao contrário, todos os indivíduos que formam a sociedade são proprietários efetivos, que pelo **bem comum** harmonizam, coordenam e reúnem os seus direitos de propriedade.

Temos visto, pois, quanto desfigura e deforma a realidade a doutrina marxista da luta de classes. Como um instrumento de agitação; como meio para dar-lhe caráter histórico e científico, e racional justificação à guerra do proletariado contra a burguesia; como pedestal, para erigir sobre ele a supremacia vitoriosa do proletariado; a teoria da luta de classes é uma concepção admiravelmente engenhosa. Empresta à agitação, um entusiasmo, um calor e uma certeza notáveis, como pode comprovar-se pela ardente propaganda dos seus líderes, e pela devoção, não raro heróica, de seus adeptos. À luz, porém, de uma serena crítica

histórica, de um exame desapaixonado dos próprios fatos, mostra-se um erro patente.

Supondo-se, porém, que “até aqui — como disse o **Manifesto Comunista** — a história de **toda** sociedade tivesse consistido efetivamente em lutas de classes, não significa isto necessariamente, que tais lutas sejam, intrinsecamente, o único e essencial método de evolução histórica. Outra vez, o que **tem sido** e é, não se deve tomar sempre como norma absoluta do que **deve ser**. Se o realismo consiste em erigir o modo como sucedem as causas em ideal último de como **devem suceder**, Karl Marx foi, de certo, o príncipe dos realistas. Se realismo, porém, quer dizer ser **fiel aos fatos reais**, é evidente que Marx, interessado em defender a causa dos trabalhadores, apartou-se freqüentemente da realidade histórica, pretendendo demonstrar e fortalecer suas teorias a **respeito** da realidade concreta.

Em suma, é verdade que as lutas de classes têm desempenhado **certo papel** na história e que este tem sido, às vezes, de grande importância; é certo também que, desde o tempo da Revolução Industrial, e ainda até o presente, desempenha **um papel**, ao que parece, predominante. É **FALSO**, porém, que as lutas de classes constituam a **essência** da história e o **processo único** da vida social, e é um **ERRO** criminoso pensar que o fomentar, agravar e aprofundar o conflito, convertendo-o em guerra de morte, seja uma necessidade absoluta ou uma lei fatal e ineludível do progresso histórico.

“FRATELLI ITALIANI UNITI”

Renata Maria Moschen e
Tércio P. Di Gianni *

O presente trabalho objetiva a análise das fontes para o estudo da “Società Italiana de Mutuo Socorso Fratelli Italiani Uniti” de Franca. A documentação utilizada foi a seguinte: atas do Conselho Diretor; atas da Assembléia; Estatutos Sociais; Regulamento Geral e Balancetes¹.

O período trabalhado abrange da fundação em 1892 até 1921; justifica-se esse corte pelo fato de que da fundação em 1892 até 1902, houve um período de consolidação dos Estatutos e desta data até 1921 pudemos sentir o processo de atuação da “FIU” como instituição.

A problemática levantada seria o confronto entre os objetivos explícitos e implícitos da mesma. Só através deste nível de problematização ou mesmo de confronto, poderemos compreender a atuação e a importância da “FIU” para a colônia italiana e para a sociedade francana de uma maneira geral.

A documentação analisada não dá margem para determinadas abstrações que poderiam ser chamadas de ousadas no que se refere ao plano de influências da “FIU”. Porém, nosso objetivo maior consiste em caminhar rumo a um melhor entendimento da mesma.

Essa análise insere-se no contexto político, social e econômico da época. Politicamente vivia-se o domínio do coronelismo, das oligarquias cafejeiras que constituíram uma fração da classe dominante no país. Ora, São Paulo é o Estado onde o café tinha encontrado toda sua tônica e, situada no nordeste paulista, Franca não poderia deixar de estar incluída neste contexto.

Conhecemos ainda, que o café necessitava de braços, braços que a extinção do tráfico e a abolição tinham feito escassear. No Brasil não havia disponibilidade de mão-de-obra suficiente para montar uma estrutura agrícola-comercial tão ampla quanto a do café, portanto, só a imigração poderia resolver esse problema. Assim, às custas do governo estadual e federal, promoveram-se programas de emigração na Europa

(*) Alunos do curso de pós-graduação em História, da Unesp, Franca, orientados da Profa. Thereza M. Malatian.

(1) Esse tipo de documento só aparece até 1901. Daí em diante não há notícia dos mesmos, sendo os existentes bastante confusos.

(principalmente na Itália), incentivando a vinda de colonos para o Brasil e, preponderantemente, para o Estado de São Paulo.

Os italianos, aqui chegando e, encontrando diante de si uma realidade nova, bastante hostil, de um país estrangeiro, sentiram a necessidade de se agrupar em sociedades que defendessem seus interesses e que se espalharam por todo o Estado².

Franca, por sua vez, organizou a sua sociedade italiana — pois também constituiu importante núcleo de imigrantes italianos — surgindo a “Società Italiana de Mutuo Socorso Fratelli Italiani Uniti”.

Na própria FIU encontraram-se várias informações sobre outras sociedades do mesmo tipo, havendo inclusive, propostas de integração por vezes institucionalizada, entre as sociedades existentes. É preciso inserir ainda, as sociedades italianas de uma maneira geral e em especial a “FIU”, na realidade associacionista da época. Com a inexistência de leis trabalhistas eficientes em relação à previdência social, havia a necessidade da conglomeração de operários ou de outras classes trabalhadoras, no sentido de suprir esta falta.

Nos Estatutos da FIU, consta que ela teria como princípio fundamental, a manutenção do espírito de nacionalidade, ordem e economia e, ainda, o estímulo à proteção recíproca.

Em decorrência desse princípio fundamental, teriam por objetivo prático, o mútuo socorro material e moral, além da união da colônia para fazer valer seus direitos frente às autoridades italianas e brasileiras.

A recíproca proteção anunciada no Estatuto, seria observada somente em determinados momentos. Tudo nos leva a pensar que as funções da FIU, tinham antes de tudo, cunho mutualista, pois sua principal preocupação era a de oferecer algumas vantagens aos associados, que logicamente, queriam um retorno de seu investimento (2 \$000 mensais).

É necessário que se faça uma ressalva, pois, em época de catástrofes naturais, de guerras (visto que a nação italiana estava saindo de seu processo de unificação política) envidavam-se esforços no sentido do envio de auxílios que eram oriundos das “sottoscrizioni” realizadas entre os membros da colônia local.

As garantias mutualistas (aviamento de receitas, consultas médicas, internações hospitalares) estavam explícitas no Estatuto, porém,

(2) Hutter, Lucy M., *Imigração Italiana em São Paulo*, p. 129. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros (USP), 1972.

com maior atenção, por parte dos sócios, estava a comemoração da festa da "Brecha da Porta Pia"³.

Na leitura detida da documentação observa-se a disputa pelo poder entre os membros da sociedade. Isso em vários momentos levou a instabilidades no quadro social, como as demissões voluntárias em massa. Toda essa problemática é gerada, tudo nos leva a crer, pela situação financeira administrativa, pois existiam indubitavelmente, variações inexplicáveis da contabilidade, como já se disse (nota nº 2), inexplicáveis pela inexistência e confusão com que são apresentados os dados, na documentação estudada e existente.

O preconceito existente na sociedade francana, era explícito ao que nos parece, por dois fatos:

- nacionalismo emergente italiano; e
- rejeição inicial aos imigrantes, pela sociedade brasileira.

O nacionalismo teve influência tônica porque estava arraigado no seio da comunidade italiana, enquanto nação em processo de unificação; assim, esse seria um entrave para a penetração de brasileiros na colônia italiana, ou, mesmo, nos quadros da FIU que congregava uma minoria.

Por outro lado, era vigente a rejeição da sociedade francana em relação ao imigrante italiano. Essa rejeição provém, provavelmente do fato de que para a tradicional sociedade paulista, o colono italiano não passava de um mero substituto do escravo no trabalho agrícola; além do medo da competição, principalmente, a nível de emprego e comércio que ocorria com a vinda destes elementos para os centros urbanos. Exemplificando temos o caso do Sr. Álvaro Abranches⁴.

Apesar de todos esses pressupostos que nos levariam a pensar que haveria uma segregação da colônia e da FIU, dentro do contexto da sociedade francana, isso não ocorreu na realidade, pois a mútua aceitação e cooperação era considerada proveitosa ou mesmo, indispensável aos interesses de ambas as partes.

Para a administração municipal era vantajoso contar com um órgão que regularizasse⁵ a vida dos italianos na cidade, evitando conflitos que a administração local não tinha condições para resolver, além do que,

(3) Tomada de Roma pelos garibaldinos em 20 de setembro de 1870. Carone. E. — **A República Velha: instituições e classes sociais**, p. 214. São Paulo, Difel, 1972.

(4) Autor de artigos que "ofendiam" a colônia italiana (no jornal "O Francano"), chegou a agredir fisicamente um dos membros desta colônia, constituindo-se num dos raros casos em que a sociedade cumpre efetivamente seus objetivos explícitos de defesa.

(5) A FIU constantemente, em discursos, nas reuniões festivas principalmente, chamava os italianos a zelar pela imagem da colônia como um todo, evitando desordens, trabalhando com afinco, etc.

foi vantajoso financeiramente, para a FIU, a penetração de brasileiros nos seus quadros sociais, a partir de 1894⁶.

No sentido de atrair o maior número possível de associados, a FIU criou outros órgãos para o lazer, esporte e outros fins sociais, que viriam suprir falhas estatutárias, como a "Cassa di Socorso alle Famiglie dei Soci Defunti", com regulamento, taxas e administração financeira em separado da FIU, entretanto, sujeita à diretoria da mesma⁷.

Percebemos que a "Società Italiana di Mutuo Socorso Fratelli Italiani Uniti" foi um órgão catalizador no processo de adaptação do imigrante italiano na sociedade francana, pela atuação conciliadora entre os interesses de ambas partes. Cumpre suas proposições formais até o momento em que estas não comprometem suas relações com as autoridades municipais.

A análise documental nos levou à compreensão da ação da FIU como instituição, porém, faltou-nos elementos concretos, para medir maiores reflexos sociais.

(6) O primeiro brasileiro a penetrar nos quadros da FIU foi Francisco de Paula Guimarães, por meio de doação.

(7) Vemos, ainda, o caso do "Palestra Italia Football Club", a "Escola Social" (de pequena duração) e constantes tentativas de manutenção de uma banda musical.

O PENSAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE CALVINO

S. Lalli

Quando se comemorou os quatrocentos e cinqüenta anos do nascimento de Calvino e o quarto centenário da Universidade de Genebra, que ele fundou, André Biéler publicou sua monumental obra **La pensée économique et social de Calvin**, como homenagem a Calvino e à **Alma Mater** genebrina, bem como à Igreja Reformada. No prefácio que faz à obra de Biéler, Antony Babel, antigo reitor da Universidade, fala de numerosas homenagens prestadas ao “ilustre Reformador” por “seus filhos espirituais, herdeiros de seu pensamento religioso”, bem como por aqueles “que reconhecem a grandeza do seu papel na história de uma cidade que ele marcou, poderosamente, com o sinal distintivo de seu caráter...”

No início do prólogo, Biéler cita Tawney, cujas palavras resumem a ação do Calvinismo:

“O Calvinismo foi uma força ativa e radical. Era uma força que procurava não só purificar o indivíduo, mas reconstruir a Igreja e o Estado e renovar a Sociedade, fazendo penetrar, em cada setor da vida pública e privada, a influência da religião”.

A influência de Calvino, “homem de qualidades tão variadas, foi tão poderosa e tão penetrante em tantos domínios, que ele continuará ainda, durante muito tempo, a produzir seus efeitos e a suscitar o interesse de uns e a hostilidade de outros”.

Ao respigar nas **Calvini Opera** (Obras de Calvino), constituídas de 59 alentados tomos, as bases teológicas do seu pensamento econômico e social, Biéler nos mostra não só o acerto do juízo de certos intérpretes, mas, também, o desacerto de outros como, por exemplo, Max Weber e Ernst Troeltsch, que julgaram o pensamento econômico e social de Calvino baseados “num Calvino posterior a Calvino”, e, não obstante, fizeram escola e criaram uma tradição que distorcem o pensamento do Reformador, sendo citados como autoridades nesta questão, no mundo da sociologia e economia contemporâneas.

A obra de Biéler, no dizer de Antony Babel, é uma “antologia calviniana”, especialmente na sua segunda parte. Na verdade, Biéler nos mostra, com base na obra original de Calvino, que separar o pensamento econômico e social de Calvino de seu pensamento religioso e de suas bases teológicas, é traí-lo! Não admira, pois, que andem por aí, atribuídos a

Calvino, pensamentos e princípios que não lhe pertencem. Biéler fez a sua parte na obra a que nos estamos referindo, e nós temos de fazer a nossa, em nosso país, não só levando ao conhecimento de nossas Igrejas e dos intelectuais o genuíno pensamento econômico e social do Reformador, mas mostrando-o à luz de sua teologia calcada nas Santas Escrituras e nos fatos aos quais se aplicava a sua doutrina.

Biéler nos diz, no prólogo, que “a ausência muito freqüente de questões materiais e sociais na Ética Cristã conduziu os fiéis a resignações trágicas ou a perplexidades insuperáveis”. Vale dizer que, afastando-nos de nossas tradições genuinamente calvinistas, perdemos a visão da responsabilidade social da Igreja, à luz da fé cristã, e permitimos, por omissão, que outras correntes de pensamentos e ideologias passassem a liderar os movimentos da história, criando no mundo ocidental, onde a influência do Calvinismo se fez sentir mais profundamente durante o período da Reforma, uma devastadora influência materialista, que alguns indivíduos ignorantes ou de má fé atribuem ao Reformador.

Por outro lado, em nossas Igrejas, ignorando injustificadamente as bases de nossa Fé Reformada, há pastores e jovens que, preocupados com os graves problemas sociais que assoberbam o nosso país, promovem soluções que não só acabam por negar os ensinamentos da Palavra de Deus, mas incentivam o progresso do já fantástico materialismo que nos domina.

Esperamos terminar, o mais breve possível, a tradução da obra de Biéler, que virá preencher enorme lacuna nas letras pátrias, pois dará a nossos pastores, a nossos jovens e aos intelectuais de nosso país meios para conhecerem a eficácia da Fé Reformada na solução dos problemas que afligem o nosso povo, uma vez que essa solução está patenteada nos ensinamentos claros da Palavra de Deus, viva e eficaz, se aplicada à época que estamos vivendo, como foi viva e eficaz aplicada na época de Calvino. (Brasil Presbiteriano, São Paulo, maio de 1985).

A SAGA DE LANDELL DE MOURA

Rodrigues Till

Ao permanecer três meses nos Estados Unidos, em 1876, D. Pedro II contribuiu de forma decisiva para celebrar, na ocasião, um jovem professor de crianças excepcionais que se dedicava a experiências científicas nas horas vagas. Graças à decantada bisbilhoteira imperial e a seu não menos propalado amor às ciências é que ocorreu um fato marcante na histórica Exposição de Filadélfia. O nosso Imperador, de um momento para outro, fez quebrar o gelo que cercava, por parte dos organizadores e dos jurados da mostra, o invento de Alexandre Graham Bell.

Um de seus mais autorizados biógrafos, Heitor Lyra, descreve o episódio, pondo em relevo a súbita notoriedade conquistada por aquele inventor que lá estava quase no anonimato: "Chamou para ele, calorosamente, a atenção dos jurados da Exposição, arvorando-se no maior propagandista do novo aparelho. Conseguiu, assim, tirar da obscuridade o jovem Bell, que ele conhecera pouco antes modesto e desconhecido professor numa escola de surdos-mudos de Boston, e torná-lo quase uma celebridade nos Estados Unidos" (*História de Dom Pedro II*, 1939, v.2, p. 375).

Mary W. Williams, autora de *Dom Pedro, The Magnanimous* (1937), salientou, por sua vez, que "o telefone ficou sendo uma das sensações, e, quando ele se tornou um objeto de comércio, o Imperador foi dos primeiros a utilizá-lo na prática", isto é, a primeira linha telefônica instalada no Brasil o foi no Paço Imperial em 1880, fazendo com que a novidade servisse diretamente aos caprichos do Mecenas Coroado por sua comunicação com os íntimos do círculo palaciano.

Pedro Calmon acrescenta um pormenor curioso à narração do acontecimento, quando D. Pedro deu um golpe publicitário de mestre, em alto estilo, para embasbacar a comitiva que o acompanhava. Diz o consagrado historiador: "Convidado a experimentar o aparelho, recitou, e foi ouvido a quinhentos passos, palavras de Shakespeare. Logo uma multidão rodeou o estranho homem, até então desprezado. O reclame imperial foi-lhe a fortuna. Graham Bell acabava de dar à humanidade o telefone" (*O Rei Filósofo* 2ª ed., 1975, p. 212).

Por aqueles idos do sucesso retumbante de Alexandre Graham Bell (1847/1922), escocês emigrado para a América, um menino porto-alegrense iniciava sua carreira sacerdotal no Colégio dos Jesuítas, em São Leopoldo. Não teria a mesma fortuna daquele professor de

surdos-mudos, mas lhe estava reservado, igualmente, um destino cheio de pioneirismo e de flama inventiva. Nasceria Roberto Landell de Moura a 21 de janeiro de 1861 e em 1879 seguiria para o Velho Mundo, terra de seus ancestrais pelo lado materno. Aliás, Roberto Landell foi o primeiro inglês com esse nome a pisar o solo brasileiro em princípios do século passado (V. **Registro de Estrangeiros**, 1823/1830).

Ordenando-se em 1886, após cursar filosofia e teologia no Colégio Pio Latino-Americano, assim como física e química na Universidade Gregoriana de Roma, o padre Landell de Moura retornou ao Brasil. Lecionou, a partir do ano seguinte, história universal do Seminário Diocesano de Porto Alegre. Aos trinta anos recebeu missão pastoral para o interior do Estado, naquela paróquia onde pontificara até então a sabedoria de outro sacerdote de escol: o Cônego João Pedro Gay. Não se demorou, porém, em Uruguaiana e já em 1892 era transferido para São Paulo, onde exerceria funções eclesiásticas em várias cidades. Entre estas estava Santos, berço daquele vulto de porte universal, Bartolomeu Lourenço de Gusmão, imortalizado em meio à glória e à desdita como o **Padre Voador**.

Seria Roberto Landell de Moura mais um gaúcho a galgar áspera ascensão no cenário nacional fora do campo de batalha ou da escalada política ?

(...) Se Graham Bell se notabilizara por criar um “telefone com fio”, prioridade que lhe seria contestada até na Corte Suprema americana, o gaúcho Landell de Moura lá mesmo nos **States**, onde trabalhou durante três anos em suas experiências, concluiu e patenteou três de seus inventos: o telefone sem fio, o telégrafo sem fio e o transmissor de ondas. Os meios científicos e a imprensa local lhe reconheceram o êxito, enquanto o governo de Tio Sam, após criteriosos exames, lhe concedeu as patentes de nº 771 917, de 11/10/1904, relativa ao transmissor de ondas, e de nºs 775 337 e 775 846, ambas de 22/11/1904, respectivamente para o telefone sem fio e para o telégrafo sem fio.

Como simples lenitivo, talvez, para tantos sacrifícios e incompreensões de que fora vítima em nosso país, Landell de Moura levava em sua bagagem uma patente brasileira sob nº 3279, conseguida em 1900, “para um aparelho apropriado à transmissão da palavra à distância, com ou sem fio, através do espaço, da terra e da água”.

Tendo escrito uma monografia singular em torno do legado científico e da vida do padre Landell de Moura, o poeta, ficcionista e teatrólogo rio-grandino Ernani Fornari (1899/1964) dirá a propósito e com muita convicção: “Essas experiências, algumas das quais levadas a efeito com a finalidade de interessar as autoridades e conseguir financiadores para o aperfeiçoamento e exploração industrial de seu

invento, tiveram lugar na capital paulista, do alto da Avenida Paulista ao alto de Santana, numa distância aproximada de oito quilômetros em linha reta, mais de um ano antes, portanto, da primeira e elementaríssima experiência realizada, por intermédio das ondas hertzianas, por Guilherme Marconi, em Pontecchio, perto de Bolonha, na primavera de 1895, e cerca de seis anos antes de seu primeiro radiograma...”

E na sua volta à pátria, encontraria o Padre Inventor o mesmo ambiente hostil que deixara anos antes? Sem dúvida, a situação era a mesma. Só não se repetiu a destruição total de seu laboratório e de seus equipamentos, como ocorrera em Campinas, ação desvairada de fanáticos que viam no bondoso e inspirado sacerdote “um louco, um bruxo, um feiticeiro perigoso, parte do demônio”, a exemplo de Bartolomeu Lourenço de Gusmão. O descaso com que foi acolhido pelas autoridades, cuja ignorância lhe impediu tivesse ele condições de continuar aqui suas experiências, levou-o à profunda frustração, restando-lhe apenas retornar, em definitivo, para sua ação pastoral até o dia de sua morte em 30 de junho de 1928, na terra natal. A Assembléia Legislativa reverenciou sua memória.

Entrevistado por um jornal porto-alegrense em novembro de 1924, o então cônego penitenciário Roberto Landell de Moura depôs sobre sua obra com estas palavras: “Deus serviu-se de minha humilde pessoa para levantar o véu que encobre os segredos da natureza, porquanto o sistema de radiotelefonia, atualmente em uso, é baseado no princípio da superposição dos movimentos ondulatórios elétricos e na aplicação de uma lâmpada semelhante à lâmina de Crookes, de três electródios, um pouco modificada, e a qual serve tanto para transmitir quanto para receber mensagens telefônicas e telegráficas, sem fio condutor” (*Última Hora*, 3/11/24).

As comemorações do centenário de seu nascimento, em 1961, a que não faltou o apoio das colunas do **Correio do Povo**, permitiram que fosse levantado o véu sombrio que cobria sua glória póstuma. E as irradiações de seu gênio, que tanto ofuscaram as mediocridades de seu tempo, estão aí a refletir-se, soberbas, no reconhecimento da posteridade.

Em 1960, Ernani Fornari erigiu-lhe um monumento com as páginas vibrantes e seguras de **O Incrível Padre Landell de Moura**. Agora, um jovem pesquisador, o paulista B. Hamilton Almeida, com um metucioso trabalho intitulado **O outro lado das telecomunicações: a saga do Padre Landell de Moura**, acende-lhe uma chama votiva, a que sempre fazem jús os espíritos superiores como Bartolomeu Lourenço de Gusmão, Irineu Evangelista de Souza e Roberto Landell de Moura.

(De Letras & Livros, supl. do “Correio do Povo”, Porto Alegre, 22-10-1983).

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Bastos, Wilson de Lima — *Revolução no Vale Encantado*. São Paulo, Roswitha Kempf, 1985. 114 p.

Ao acenar, em seu livro, com a “mensagem de esperança na restauração da dignidade espiritual do homem”, o autor dá a tônica de seu interessantíssimo trabalho. Ninguém melhor que o Professor José Luiz Pasin soube sentir a mensagem refletida em suas páginas, escrevendo, no prefácio, o trecho que não nos furtamos ao prazer de transcrever: “Wilson de Lima Bastos, mineiro de Juiz de Fora, intelectual e pensador de sólida formação moral, defensor intransigente dos movimentos culturais caracteristicamente brasileiros, há muito vem despertando a nossa admiração e o nosso aplauso pelos livros que vem escrevendo e publicando, trazendo sua contribuição aos estudos renovadores do pensamento espiritual e sociológico, capazes de levar os leitores a uma reflexão mais profunda em torno das perspectivas e indagações que aborda com brilhantismo invulgar. Ao escrever *Revolução no Vale Encantado*, participa decididamente do movimento em defesa da natureza e sobretudo fala, a exemplo de *La Fontaine*, pelos animais, nossos irmãos, perseguidos e mutilados pela sanha opressiva do homem (animal). Ao reunir os animais para uma tomada de posição contra a situação de exploração e indiferença, vítimas da incompreensão humana, ele mostra, uma vez mais, que a união faz a força e se todos os homens se dessem as mãos, o mundo seria uma realidade palpável e o ‘paraíso perdido’ espriaria suas fronteiras além do Jardim do Eden. Não é um livro para ser lido e guardado — é uma obra para ser lida e meditada. Talvez, uma ficção para as crianças que estão mais próximas da verdade e da pureza, do que para nós adultos, omissos e indiferentes em relação aos nossos próprios desafios. Ao colocar os índios solidários com os animais, Wilson de Lima Bastos chama a nossa atenção para a destruição sistemática das culturas indígenas brasileiras, um crime que se perpetua contra a própria raiz da nacionalidade. Fechando o volume, o poeta fala através da palavra, liberando a sensibilidade, um grito varando a noite tenebrosa da consciência humana, uma esperança maior brotando no coração de todos”. ONM (Cortesia do autor).

Batista, Djalma — *O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Conquista, 1976. 292 p. (Coleção Brasileiros”).

Depois de uma longa interrupção, reapareceu a coleção “Temas Brasileiros”, dirigida por Arthur Cezar Ferreira Reis e publicada pela Editora Conquista, do Rio de Janeiro. E com o interessante volume que aqui se registra. Prefácio do diretor da coleção informa que o livro “pretende propor a Amazônia como uma realidade física sobre que os homens, em especial os brasileiros, vêm realizando a tarefa ousada, difícil, de sua conquista e de sua incorporação ao ecúmeno universal”. E pondera, adiante, que o livro pode dar uma primeira impressão de obra negativa, mas, na verdade deve ser compreendido como o resultado de uma análise realística, que propõe a região no que ela é como expressão material e como resultante de empresa humana. E não se trata simplesmente de apenas mais um livro sobre a Amazônia, a enriquecer a enorme bibliografia que sobre ela já se elaborou, mas de uma “muito lúcida, autêntica e esclarecedora obra”. A primeira parte, “O Espaço e a Humanidade”, consta dos seguintes capítulos: Da Pan-Amazônica; Dos índios e dos brancos; Dos alimentos; dos ares; Dos males; Do homem perante a geografia; Do desenvolvimento. A segunda parte, “O Duelo com a Natureza” encerra os seguintes capítulos: A saga da especiaria; A floresta, um ecossistema a respeitar; A exploração madeireira; O fantasma da borracha; Gaúcho, balata e outras gomas: extrativismo destruidor; Castanhas, cacau e guaraná; Extermínio do pau rosa; A fauna está ameaçada; Riquezas minerais. A terceira e última parte, “O Desafio da Esfinge”, consta de: O Banco da Amazônia trocou apenas de nome; A SPVEA se metamorfoseia em SUDAM; Incentivos fiscais; Perigos da colonização desordenada; A estrada e o rio; Os caminhos da terra firme; Transportes e comunicações escancararam a Amazônia; Manaus, uma nova Hong-Kong?; Rondon, patrono dos novos bandeirantes; Projeto RADAM; Os rumos do futuro. ONM

Cunha, Manuela Carneiro da — Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo, Brasiliense, 1985. 232 p.

“Arrancado de sua terra de origem e permanentemente alheio à comunidade que dele se apropria, o escravo é um estrangeiro: sem raízes, o senhor é a sua única mediação com a sociedade. Neste ensaio, a autora estuda as perseguições políticas sofridas pelos escravos libertos na sociedade brasileira do século XIX, as dimensões ideológicas da alforria e, principalmente, o caso dos grupos de libertos que voltaram à África. Lá, constituíram-se voluntariamente numa comunidade de estrangeiros: eram os **brasileiros**. Surpreendentemente, transformaram-se num dos principais representantes da burguesia de Lagos, na atual Nigéria, e aderiram ao

catolicismo. Qual a identidade dessa gente e o sentido dessa história? Como entender o retorno às raízes juntamente com a aparência ocidentalizada desse grupo? Nesse jogo multifacetado em que as coisas nunca são o que parecem, colocam-se novamente em questão, sob uma nova perspectiva, as noções de identidade e nacionalidade”. Bastariam estas palavras de apresentação, da própria editora, para fazer o leitor compreender que se encontra diante de pesquisa originalíssima, que pela primeira vez se faz na historiografia brasileira. A autora pesquisou demoradamente na própria Nigéria e a indicação precisa das fontes utilizadas dá ao seu trabalho um caráter de seriedade e autenticidade, sem os quais livros desta natureza teriam pequena significação. “A demora da pesquisa, sua extensão descabida quanto ao período — mais de meio século — e ao espaço — dois países separados por um oceano — fazia deste trabalho uma empresa particularmente difícil”. A autora não recuou ante a reconhecida dificuldade e, como resultado, produziu uma obra deveras significativa, a estimular, talvez, trabalhos similares com relação a outras regiões da África para onde teriam voltado os antigos escravos. ONM (Cortesia da editora).

Demoner, Sonia Maria — História da Polícia Militar do Espírito Santo. Vitória, 1985. 294 p.

Elaborado com o objetivo de comemorar o sesquicentenário da Polícia Militar do Espírito Santo, o presente volume reúne valiosa documentação relativa às principais ocorrências da vida da corporação, desde a sua fundação em 1835. Consta a obra de três partes: 1. A Força Pública Provincial; 2. A participação da Polícia Militar na defesa da integridade nacional e estadual; e 3. A Polícia Militar no contexto atual. Registre-se que a obra foi classificada em primeiro lugar em concurso de monografias para comemorar a efeméride; visou-se, antes de tudo, à publicação de uma obra, que “se não completa, seria o embrião de uma obra perfeita, digna da magnitude deste nosso sesquicentenário”. Assim se expressou o comandante geral da corporação e é assim, de fato, que sentimos o trabalho da autora capixaba: uma valiosa contribuição a essa “obra perfeita”, ou pelo menos que atenda mais às exigências metodológicas, separando o que, de fato, é história daquilo que seria apenas matéria de anuário, embora (como é o caso) com todo o valor que possa representar. ONM (Cortesia do dr. Nelson Abel de Almeida, de Vitória).

Goulart, Maria do Carmo Ramos Krieger — A imigração polonesa nas colônias Itajahy e Príncipe Dom Pedro. Blumenau, Fundação Casa Dr. Blumenau, 1984. 85 p.

Os estudos da autora, reconstituindo aspectos da história catarinense, na qual ganha vulto a contribuição do elemento polonês, “costumam apresentar duas características: o estilo caloroso de quem tem amor à sua terra e a seriedade e minúcia no tratamento dos dados, qualidades necessárias para dar valor científico à obra”. Isto dito pela prefaciadora, parece-nos mais que suficiente para ressaltar o mérito deste pequeno volume. Mais ainda: “procura apresentar fidelidade aos fatos, sem a sujeição prévia, encontrada em tantos pesquisadores, a esquemas teóricos que limitam a realidade e subtraem a vivência aos acontecimentos. O trabalho tem a sensibilidade para retratar a epopéia da imigração polonesa. Os fatos encontrados em sua pesquisa recompõem, por sua vez, o quadro da colonização do Vale do Itajaí, mostrando que seu sucesso se efetivou com a industrialização pioneira desta região em Santa Catarina, graças à contribuição de elementos étnicos vários, entre os quais o polonês”. A vivência da autora responde, em boa parte, pela qualidade de seu trabalho. Fontes precisas, quadros, dados informativos hauridos principalmente em documentário da própria região. ONM (Cortesia do dr. Edison Mueller, de Blumenau)

Mendonça, Sônia Regina de — O mundo carolíngio. São Paulo, Brasiliense, 1985. 92 p. (Col. “Tudo é História”, 99).

Bem elaborado estudo sobre um dos períodos mais significativos da Idade Média. Apenas com um século de duração, o chamado Império Carolíngio deixou um saldo de repercussões marcantes para a posterior história da Europa. É o que resume a autora, de maneira feliz, nas suas conclusões: “Sob o prisma intelectual e artístico, a renovação da escrita e o fomento da cultura eclesiástica foram fundamentais para a preservação da herança da Antigüidade clássica, assim como para a multiplicação das fontes sobre o período. Do ponto de vista da teoria política, o mundo carolíngio contribuiu para a perpetuação do princípio monárquico, além de introduzir a sagração como fundamento do poder real, o que perdurou até a Revolução Francesa. A própria geografia da Europa contemporânea teve origem nessa época, configurando-se alguns dos seus países a partir do Tratado de Verdum. Por fim, cabe ressaltar que a regionalização do poder, que então se acelerou teve seu lado positivo. Os comandos locais, favorecendo a agilização da defesa, reduziram o impacto destruidor das invasões do século IX, ao contrário do que ocorrera com o Império Romano”. ONM (Cortesia da editora).

Nunes, Maria Thetis — História da Educação em Sergipe. Rio de Janeiro, Paz e Terra/Aracaju, Governo do Estado de Sergipe e Universidade

Federal de Sergipe, 1984. 320 p. (Col. “Educação e Comunicação”, v. 13).

“A educação brasileira, historicamente, tem sido descuidada pelo poder público e o livro da consagrada historiadora que é Maria Thetis Nunes, ao analisar o que se passou na vida sergipana, traz à luz uma infinidade de dados que mostram como eram tratados os problemas educacionais desde os primórdios da Colônia até o final da chamada “República Velha, em 1930”. Isto posto, lamenta o prefaciador, Professor José Sebastião Witter, que a autora tenha feito corte de sua obra quando se iniciou o governo de Vargas, pois lhe parece (e com razão) extremamente desafiador o período que se inicia com o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, de 1932. “Com a advertência dos educadores que o assinaram, alertando para que a nova educação deveria ser ‘uma reação categórica intencional e sistemática contra a estrutura do serviço educacional, artificial e verbalista, montada por uma concepção vencida’, Thetis Nunes interrompe o seu trabalho, pois não posso aceitar que o encerre”. Pois, “a questão que fica deve estar desafiando seu espírito inquieto e a sua capacidade de pesquisadora para trazer novos elementos para a compreensão da História da Educação em Sergipe”. Fazemos votos, é claro, para que a autora atenda às sugestões de seu ilustre prefaciador; mas, ainda que o não faça, mesmo com este seu livro terá contribuído de maneira significativa para o desenvolvimento do tema que se propôs, pois ele traz elementos substanciais para o estudo da História da Educação no Brasil, uma vez que muitas de suas proposições transcendem os limites impostos pela natureza do trabalho. A indicação correta das fontes e o uso inteligente delas revela-nos, mais uma vez, a pesquisadora de história que já nos habituamos em ver outros trabalhos. ONM (Cortesia da autora).

Ribeiro, Hécio Pupo – Artes industriais: do rococó ao funcionalismo industrial. Bauru, Jalovi, 1985. 138 p.

Deste livro escreveu Murilo César Soares, no prefácio, que é uma obra com duplo interesse: “uma agradável introdução ao tema da evolução da estética dos objetos no período contemporâneo e, simultaneamente, verdadeira obra de consulta, dada a extensa relação de referências sobre autores, períodos e movimentos”. E ao acentuar algumas das características do autor, recorda que seu trabalho resulta de sua grande dedicação, sem contar com qualquer tipo de apoio ou facilidade institucionais: “Trabalhando em seu tempo livre, realizando por conta própria suas viagens de estudos, nas quais documenta fotograficamente as obras, montando seu

inventário pessoal da 'arte implicada' ou movendo-se através de extensa bibliografia que domina, o autor produz motivado pela sensibilidade e entusiasmo, que transparecem na sua linguagem vibrante. Títulos dos capítulos: "Um processo de ordenação: o decorativo rococó"; "A Revolução Industrial, uma poderosa convulsão"; "O 'Art Nouveau' e a elegância de uma época"; "Bauhaus, ascensão e queda"; "A experiência da Bauhaus"; "Resumo histórico e cronológico da Bauhaus; "Nascimento artístico da Vanguarda Russa"; "Art Déco (1920 - 1940)"; "Estética e desenho industrial"; "O desenho industrial no Brasil". Encerra o volume um "im memoriam" sobre Aloísio Magalhães (1927 - 1982), a quem tanto deve o Brasil em matéria de preservação de sua memória histórica e artística. ONM (Cortesia do autor).

Ribeiro Júnior, João — Grécia mitológica. Campinas, Papirus, 1984. 224 p.

"A Grécia entrou na História vestida com a roupagem simbólica do mito. Assim, a nossa compreensão do mundo helênico só é possível graças a um melhor conhecimento de sua mitologia. Os mitos, estranhamente sugestivos, ocupam um ponto central na cultura e na civilização gregas e as explicam". Com este pensamento, o autor realizou em seu livro "uma tentativa de ouvir, uma vez mais, a voz mitológica da Grécia; desde as suas origens até o triunfo do milagre grego". E com isto, elaborou nosso preclaro colega da Puccamp uma legítima história grega, que há de interessar tanto ao estudioso de arte, de mitologia, de história propriamente dita e mesmo ao leitor comum que tenha preocupação de alargar seus horizontes culturais. Linguagem fluente, escorreita, sem rebuscamentos ou artifícios, e ainda com sugestões para leitura. Se o autor escreveu o livro, como afirma no prefácio, para exprimir e acentuar sua admiração por esse povo excepcional, pode crer que seu livro conduzirá igualmente o leitor a idênticos sentimentos. ONM (Cortesia do autor).

*

PERIÓDICOS

Anais do Museu Paulista, tomos 32 e 33, São Paulo, 1983/1984. **Conteúdo:** O Tomo 32 é todo ocupado com o livro póstumo de Mário Neme, **O Brasil holandês no tempo de Nassau**, com prefácio de Ernani Silva Bruno. **Tomo 33:** A marcha para o azul (Alcir Lenharo); A Igreja no Brasil colonial: agentes da Inquisição (Anita Novinsky); Política e Imprensa: alguns exemplos em 1928 (Carlos

Alberto Vesentini); A vida política no Estado do Amazonas, 1910/1924 (Eloina Monteiro dos Santos); O Mediterrâneo de Braudel (José Jobson de Andrade Arruda); As devassas eclesiásticas da Arquidiocese de Mariana: fonte primária para a história das mentalidades (Laura de Mello e Souza); Alguns aspectos da ocupação do solo agrário do município de Presidente Wenceslau (Maria Antonieta de Toledo Ribeiro Bastos); No interior da moradia operária (Maria A. Guzzo Decca); Depoimento de interesse para a geografia histórica de São Paulo (Olga Tulik); Movimentos nativistas (Rogério Forastieri da Silva); Processos criminosos: o universo das relações pessoais (Sílvia Hunold Lara); Uma gazeta manuscrita no Brasil colonial? (Vera Lúcia Amaral Ferlini).

Anais do V Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa, RS, 1983,

Conteúdo: O modelo político das missões jesuítas (Arno Alvarez Kern); O socialismo do tipo missionário (Décio Freitas); A colonização espanhola e as missões jesuítas (Moacyr Flores); O espaço missionário e a geopolítica missionária (Heloisa L. Bellotto); La población guaraní del antiguo Guairá e na historia primera (Bartolomeu Meliá, SJ); Algumas informações sobre as missões entre os primitivos habitantes da antiga Banda Oriental do Uruguai (Itala Irene Basile Becker); O povo de São Borja entre os anos de 1750-1757 (Arthur Rabuske, SJ); As festas reais de São Borja, em 1760 (Moacir Mateus Sempé); Los últimos pueblos de los indios guaraníes: Loreto y San Miguel (Ernesto Maeder); Informação etnográfica e histórica sobre os kaingang do Rio Grande do Sul (Bartolomeu Meliá, SJ); Las bellas artes en lo espacio misionero (Clement McNaspy, SJ); O tupiguarani no vale do Rio Pardo e a influência missionária (Pedro Augusto Mentz Ribeiro); A arqueologia nas Missões e uma perspectiva futura (Fernando La Salvia); Notas sobre o povoamento e incorporações do espaço missionário no século XX: uma aproximação histórica (Jane Elizabeth Prates Aita); La expulsión de los jesuitas en las diez misiones occidentales del Rio Uruguay (Laura Susana Boni e Myriam R. Villar); La medicina en las reducciones jesuíticas (Nora Inês Echenique e Miriam Mabel Ferreira). Contatos: Faculdade de Filosofia Dom Bosco, Santa Rosa, RS.

Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. vols. 41 e 42.

Curitiba, 1984. **Conteúdo:** vol. 41 – O pai da história paranaense: Antônio Vieira dos Santos (Mauro Bernardo Camargo da Veiga); Vieira dos Santos e a sua contribuição do estudo do folclore do Paraná (Julio Estrella Moreira); Antônio Vieira dos Santos e os múltiplos aspectos de sua eficiência (Valfrido Piloto); Expressões culturais do Paraná: Ubaldino do Amaral (Benedito Nicolau dos Santos Filho); Duas crônicas (Lúcio Leocádio Pereira); Contribuição dos intelectuais italianos no Brasil (Beatriz Pellizzetti); Um paranaense na Europa em 1983 (João Augusto Strasser). Vol. 42 – Reconquista pacífica do Contestado (Luiz Carlos Pereira Tourinho); Geógrafos e cartógrafos demarcadores (Djalma Polli Coelho); O comércio da madeira e a atuação da Brasil Railway no sul do Brasil (Ruy C. Wachowicz); Ação do Interventor Federal no Paraná, general Mário Tourinho, contra a Empresa Mate Larangeira; Um caso de mudança sócio-econômica e tecnológica: o Paraná, do café à agricultura moderna (Belmiro Valverde Jobim Castor); A capitalização da agricultura na história recente do Paraná (Tania Navarro Swain); Coletânea de documentos referentes à conduta do Regimento de Segurança, hoje Força Policial do Estado, no combate do Irani, em outubro de

1912); Crítica de Pierre Villar ao trabalho de Beatriz Pellizzetti; resenha bibliográfica, noticiário, etc.

Reflexão n.º 30. Instituto de Filosofia da PUCAMP, set/dez 1984.

Volume consagrado à Filosofia Latino-americana: Cultura latinoamericana y Filosofía de la Liberación (Enrique Dussel); Filosofía na América Latina (Constança Marcondes Cesar); Vocação filosófica da América Latina (José Dettoni); El mito, la Política y el Pueblo: la trinidad inseparable en la cultura latinoamericana (Angela Botero de Estrada); Acotaciones para una simbólica latinoamericana (Artur Andrés Roig); La invención del Nuevo Mundo (Rogelio Tobón Franco); O pensamento filosófico na formação brasileira do Brasil Colônia (Gisela Anna Büttner Lermer); La mujer en la cultura iberoamericana (Celina Ana Lertora Mendoza); El conocimiento histórico en la concepción marxista de Antonio Labriola (Carlos Kohn); Entre polémicas e radicalismos: a esquecida possibilidade de filosofar (Hermeliza M. Postali); Digresion sobre humanista y humanitario (Abel Naranjo Villegas); Resenhas; Bibliografía latino-americana de Filosofía.

Revista do ICHL, vol. 2, Jul/dez 1982. Goiânia, Universidade Federal de Goiás.

Conteúdo: A sombra do ouro (Sérgio Paulo Moreyra); Política pombalina em Goiás: contrastes (Luís Palacin); O despertar dos dormentes: a penetração da Estrada de Ferro em Goiás (Barsanufio Gomides Borges); Um plural espúrio na língua portuguesa (Augustinus Staub); Pelo Caiapó Velho (Darcy França Denófrío); Opção pelo ensino fundamental: conseqüências previsíveis (Lena Castelo Branco Ferreira Costa).

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 3ª fase, n.º 4, 1984.

Conteúdo: Um capítulo da história recente do Estado de Santa Catarina (Redação); O Integralismo em Santa Catarina (René E. Gertz); Algumas fontes para a história da revolução de 1893 em Santa Catarina (Jali Meirinho); Alfredo de Carvalho, contribuinte da bibliografia catarinense (Theobaldo Costa Jamundá); Os diários de Dom José de Camargo Barros e as suas visitas pastorais ao território catarinense (Walter F. Piazza); Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva; algo de sua vida e obra, máxime no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina (Arthur Rabuske, SJ); Relato de uma marcha revolucinária em 1930 (Marcílio Cardoso de Oliveira); Escorço biográfico-genealógico de um tronco ilhéu: a família Falcão (Manuel Ferreira de Melo); Vultos históricos da freguesia de Enseada de Brito (Wilson Francisco de Farias); A greve operária de 1933 e a formação sindical em Brusque (Aloisius Carlos Lauth); Uma parada no Desterro (Paschoal Apóstolo); Crônica político-administrativa de Rio do Oeste (Orlando Bertoli); Artigos e crônicas de conteúdo histórico (Dante Martorano); A identidade catarinense (Victor A. Peluso Júnior). Resenhas; noticiário; necrológicos, etc.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 79, São Paulo, 1984.

Conteúdo: 25 de Janeiro (Duílio Crispim Farina); Vida, paixão e morte de Lobato; História e Jornalismo (Silveira Peixoto); Antônio Pereira Lima, o idealista (Antônio Baldijão Seixas); Macedo Soares e o IBGE; Macedo Soares, o escritor, o conferencista e o historiador; O Instituto Histórico e Geográfico

Brasileiro e José Carlos de Macedo Soares (Virgílio Corrêa Filho); O Gapuiador (Francisco Brasileiro); À memória de D^{ca} Maria Joaquina de Almeida (Pedro Chaves); Lembrança de Brito Broca (Roberto de Paula Leite); O historiador do litoral paulista (Odilon Nogueira de Matos); Cultos devocionais católicos na cidade de São Paulo (Maria Amália Corrêa Giffoni); Euclides da Cunha e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; Centenário de Bastos Tigre (Moisés Gicovate); Monteiro Lobato, ainda e sempre atual (Mário Pires); Centenário de nascimento do Cardeal Dom Leme (D. Martinho Johnson, OSB); O ideal sagrado de 1932 (Hermann Moraes Barros); Diogo de Mendonça Pinto e a fundação do Colégio São Luís, de Itu (Antônio D'Ávila); Gauquin e o paraíso impossível (Fernando Whitaker da Cunha); Olímpio de Sousa Andrade (Márcio J. Lauria); Triaga Brasflica (Lycurgo de Castro Santos Filho); Borges e Oliveira na fundação de Ribeirão Preto (Ibiapaba Martins); Homenagem aos sócios falecidos em 1982 (Vinício Stein Campos); A Faculdade de Direito, a Poesia e a História (Brasil Bandecchi); O povoamento do Alta Mogiana: velhas famílias de Ituverava (José Geraldo Evangelista); Posse de Brasil Bandecchi, Lycurgo Santos Filho e Raul de Andrada e Silva no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Veritas. Revista trimestral da PUC do Rio de Grande do Sul. Nºs 118 e 119, junho e setembro de 1985. Artigos de interesse para os estudos históricos: Moacyr Flores e a historiografia renovada (Dante de Laytano); O reconhecimento da independência do Brasil pela Espanha (Earle Diniz Macarthy Moreira); Historiografia da Revolução Farroupilha (Moacyr Flores).

NOTICIÁRIO

GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA REGIONAL

Criado em 9 de novembro de 1984, por professores do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, o GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA REGIONAL teve a sua origem na simples verificação daqueles que o idealizaram, de que particularmente na UNICAMP, ao mesmo tempo que se multiplicava o número de estudiosos da realidade histórica — passado, presente e projeção para o futuro da cidade de Campinas e da região por ela polarizada, crescia também em quantidade e qualidade o conhecimento científico, literário e artístico que provinha ou se dirigia para essa mesma realidade.

Portanto, um objeto de estudo comum que devia aproximar historiadores de economistas, cientistas sociais de arquitetos, administradores de políticos.

Com objetivos mais imediatos de gerar a massa crítica para montagem de uma linha de pesquisa — História Regional — a ser implantada, em 1986, na Pós-Graduação — Mestrado e Doutorado — de História da UNICAMP, esses seus professores notaram também, desde logo, que se reclamava dimensionar essas finalidades de maneira a contemplar os diferentes interesses que hoje, em Campinas, na região e no país, convergem para a preservação do patrimônio cultural e para a própria discussão da cultura e sua prática, que se constroem ao embalo das propostas e expectativas do processo de redemocratização do Brasil.

Dessa maneira, o Grupo foi constituído, por consenso dos que dele participaram desde a primeira hora, inovando a prática acadêmica de nossa Universidade e transpondo as compartimentações atuais que muitas vezes a sua estrutura apresenta.

Nesse sentido, o GEHR estruturou-se dentro de determinados princípios que lhe são inerentes e postos em prática desde o seu primeiro momento: 1) deselitizar o processo de produção do conhecimento científico que comumente pratica-se na Pós-Graduação da Universidade brasileira; 2) superar o distanciamento entre os alunos e professores dos cursos de Graduação e Pós-Graduação; e) vencer a compartimentação “intra-muros” da Universidade, através da integração de interessados de fora, vinculados ou não a instituições públicas e privadas, e finalmente, 4) capitalizar e socializar o concurso pluridisciplinar.

A resposta que tivemos foi a mais imediata e estimulante, pois sem qualquer promoção acorreram ao nosso convívio economistas, antropólogos, sociólogos, arquitetos e arquivistas, numa população que ao que tudo indica crescerá em variedade, quantidade e qualidade.

À convergência de interesses que apontamos em termos de cultura que se apresenta aqui e agora, junta-se a representatividade histórica da cidade de Campinas e sua região, i. e., o chamado “Oeste de São Paulo”, que assistiu uma das mais altas concentrações de mão-de-obra escrava e um fluxo dos mais expressivos de imigrantes, engajou-se durante pelo menos um século nos setores de ponta da economia colonial através do cultivo e exportação do açúcar, ao que se seguiria o café em grande escala, definindo sua estrutura fundiária e projetando suas forças políticas que contribuiriam decisivamente para a mudança do regime, formando por outro lado uma tradição de cultura que atravessou toda a “era do café” e avançou na fase industrial que marca este século.

A produção que os membros do GEHR já apresenta como suporte, os diferentes projetos em curso, o programa de exposição e debates que vem desenvolvendo, criaram desde logo, dentro da UNICAMP, um espaço privilegiado para o enfrentamento, questionamento e propostas de soluções que a cidade e a região oferecem.

O intercâmbio de experiências de pesquisa e estudo, a crítica e a problematização das colocações que se fazem em suas sessões de estudo, dentro do programa pré-estabelecido, identificou desde logo todos os membros, independente do seu grau de ensino, de sua titulação acadêmica, de sua origem intelectual. Todos estão nivelados por uma preocupação comum: conhecer a cidade e a região da qual e para a qual vivem. Essa é a sua vocação e o seu destino.

Agora, com a histórica decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo de confiar à guarda da UNICAMP os seus arquivos cartoriais da cidade e da região, bem como a consequente e também histórica decisão da Reitoria da UNICAMP de criar um **Centro de Memória Nacional**, que tem nesses acervos e no arquivo Paulo Duarte os principais fundos, o GEHR sente aumentadas as suas responsabilidades, as suas linhas de força e a riqueza das fontes primárias que poderá investigar.

Estamos portanto convictos que representamos um centro gerador e reproduzidor de conhecimentos que tem o seu fórum mais imediato na UNICAMP, mas cujo raio de ação é bem mais vasto, integrando a Universidade à comunidade.

Nessa linha, identificamo-nos como um grupo aberto, pluralista, que respeitando a unidade metodológica, teórica e técnica de cada ciência ou arte, postula ao mesmo tempo superar as fronteiras que seccionam essas áreas do conhecimento.

Compõem o GEHR os seguintes professores e pesquisadores: José Roberto do Amaral Lapa, Héctor Bruit, Ademir Gebara, Luiz Cláudio Bittencourt, Peter L. Eisenberg, Maria Carolina Boverio Galzerani; Marcia Regina Bazanelli, Robert Slenes, Marisa Marques Zanatta, Andrea Morizot, Elaine Marques Zanatta, Lilia de Medrano, Eva de Avila Rossi, Ema Elisabete Camillo, Jaime Pinsky, Antonio da Costa Santos, Maria Christina Peixoto Pippa, Maria Tereza de França Roland, Leila K. Bussab, Plinio Guimarães Moraes, Anicleide Zequini Rossi, Teresinha A. Del Fiorentino, Jorge Colli, Sidney Chanhoub, Mario D'Agostino, Gustavo Zimmermann, Maria Emilia Marques Zimmermann, Fernando Figueira de Mello, Maria Silvia Bassanezi, Maria Coleta de Oliveira e Irene M. Ferreira Barbosa.

(Nota do Prof. José Roberto do Amaral Lapa)

UM POUCO DE MÚSICA

O PITORESCO E O MUSICAL NO RIO DE JANEIRO

O **Jornal**, do Rio de Janeiro, do dia 20 de agosto de 1856, anunciou, na seção “Gazetilha”, a publicação de um **Album Pittoresco Musical**, recomendado aos amadores de piano. E acrescentava a notícia que o álbum era enriquecido com lindas estampas, desenhadas por Martinet, com vistas de Botafogo, Glória, Jardim Botânico, Boa Viagem, São Cristóvão, Tijuca e Petrópolis. Vendia-se a dez mil réis, à rua dos Ourives, 60. Constava o álbum de sete peças para piano, bem ao estilo da música de salão da época, cada uma tendo por título as localidades indicadas e das quais o litógrafo Martinet compôs as belíssimas ilustrações: **Botafogo** (quadrilha), por Demétrio Rivero; **Glória** (polca), por Eduardo Ribas; **Jardim Botânico** (valsa), por Salvador Fabregas; **Boa Viagem** (redowa), por Geraldo Horta; **São Cristóvão** (xote ou “schottisch”, como se escrevia na época), por Quintino dos Santos; **Tijuca** (polca-mazurca), de J. J. Goyano; e, por último, **Petrópolis** (quadrilha), por A. Campos. A colaboração de Alfred Martinet, artista francês que vivia no Rio de Janeiro desde 1845 e que deixou obras importantíssimas na sua especialidade, valorizou consideravelmente o álbum, que teve ter alcançado imenso sucesso, pois o anúncio logo desapareceu dos jornais e tornou-se peça extremamente rara de nossa “documenta” musical.

Há alguns anos, um colecionador encontrou num antiquário de Londres um exemplar do álbum, cuja existência era praticamente desconhecida e ainda hoje não se sabe da existência de outro exemplar. A conhecida Livraria Kosmos promoveu não apenas a reedição facsimilar do álbum (incluindo todas as estampas de Martinet), como, ainda, promoveu a gravação em disco das sete peças musicais dele constantes, interpretadas pelo pianista austríaco Friedrich Egger. Um prefácio de Francisco Marques dos Santos, então diretor do Museu Imperial de Petrópolis, ao qual o raríssimo álbum foi oferecido, encarregou-se das “duas palavras” de apresentação, mostrando não só a curiosidade da descoberta, como inserindo o álbum no contexto da vida social e musical do Rio de Janeiro de então, da qual vem a ser um dos mais preciosos documentos.

A primorosa reedição da Livraria Kosmos não traz data, mas parece ser de 1958, ano em que tive o privilégio de adquiri-la e naquela época, em parte do dever de ofício, andava bem em dia com a produção discográfica brasileira. Hoje se tornou peça bastante rara, muito prezada pelos seus felizes possuidores. Há pouco, a importante livraria lançou o

álbum com as partituras e as estampas, mas sem o disco. Cumpre informar aos eventuais interessados nesse precioso documento da música brasileira que as sete pequenas peças foram recentemente gravadas pela pianista Clara Sverner, mas infelizmente sem o álbum com as belíssimas estampas de Martinet e sem as partituras. ONM

*

O ÁLBUM DE MÚSICA DE ROSSINI

Com a grande ópera **Guilherme Tell**, de 1829, Rossini praticamente encerrou sua carreira de compositor. E no entanto viveu ainda quarenta anos! Muita tinta tem sido gasta para explicar o “misterioso silêncio” do grande compositor. Não há mistério algum. Rossini — sabem-no todos os que têm algum conhecimento da história da ópera — foi um dos mais prolíficos autores daquele período de transição do classicismo para o romantismo, representado pelos últimos anos do século XVIII e pelos primeiros do XIX. Era a época em que predominava a ópera **buffa** (cômica), campo em que Rossini sentia-se bem à vontade, por estar bem de acordo com o seu temperamento. De fato, ao compor **O Barbeiro de Servilha**, em 1816, (certamente a mais perfeita de quantas óperas cômicas foram escritas), tinha já Rossini em sua bagagem mais de dez óperas no gênero “buffo”, destacando-se, dentre elas, **La Cambiale di Matrimonio**, **L'inganno felice**, **La Scala di Seta**, **Il Signor Bruschino**, **Il Cambio della Valigia**, **L'Italiana in Algeri** e **Il Turco in Italia**.

Com o advento do romantismo, a ópera cômica foi perdendo terreno para a ópera séria, aquela que explorava os sentimentos e as emoções, chegando ao drama e até à tragédia. Que Rossini era capaz de compor óperas no gênero “sério”, provam-no, entre outras, **Semiramis**, **Moisés**, **Tancredi** e **Guilherme Tell**, que veio a ser, de fato, sua última ópera. Mas a ópera séria não era o seu forte. E antes que sua obra redundasse nos dramalhões que freqüentemente surgiam na época romântica, preferiu retirar-se, antes que decaísse. Soube, portanto, retirar-se na hora propícia, o que, infelizmente, nem todos sabem fazer. E viveu, como já se disse, mais quarenta anos, sempre em Paris, participando ativamente da vida artística e social da capital francesa. Dessa época datam apenas algumas peças para piano, poucas e imprecisas, algumas sonatas para cordas, bonitas mas sem originalidade e a “missa solene”, realmente sua última composição, mas que traduz pequena vivência, nada convincente, com a música sacra.

Em março de 1835, teve Rossini um gesto de extrema delicadeza: ofereceu a uma distinta jovem da sociedade parisiense, Mademoiselle Louise Carlier, um álbum com dezessete canções,

especialmente compostas para esta finalidade, por alguns dos mais expressivos compositores que então viviam na capital francesa, e que foram convidados por Rossini para colaborarem nesse delicado mimo oferecido à filha de conhecido empresário, a quem o compositor, provavelmente, devia favores. A suposição é minha. O fato é que o rico álbum com lindos cursivos caligraficamente desenhados na capa, deve ter constituído motivo de orgulho para a jovem mimoseada com tão excepcional presente.

Além do próprio Rossini, que compareceu com uma “arietta” sobre texto de Metastasio (*Mi lagnerò tacendo*) colaboraram no álbum: Bellini, com a cavatina *Dolente imagine*; Ferdinando Paer, com *Romance*; Edouard Bruguère, com a “ronde villageoise” intitulada *Le printemps arrive*; Auguste Panseron, com a romança *Il n’aurait pas dû venir*; Tadolini, com a pequena ária *Como è soave a l’anima*; Michele Costa, com *Trova um sol, mia bella Clori*; excerto de um poema de Metastasio; Marco Aurélio Marliani, com a baracarola *La gita in gondola*; Saverio Mercadante, com *Aure amiche*; Francesco Morlacchi, com *La rosa appasita*; romança em forma de elegia; Meyerbeer, com a ária *Soave l’istante*; Henri Berton, com *Air de trois notes*; a compositora (coisa rara!) Louise Angélique Bertin, com uma canção de ninar; Cherubini, com uma “arietta”, também de Metastasio; Spontini, com a balada *L’adieu*; o inglês Onslow (que vivia em Paris), com *Le Dante dans le Paradis*; Gordigliani, com uma canção popular toscana; e, encerrando, Antonio Bazzini, com uma canção, também de inspiração popular. Muitos destes nomes estão hoje completamente esquecidos. Deles, talvez apenas Bellini, Cherubini e o próprio Rossini são lembrados, com obras freqüentes nos “cartelloni” dos teatros líricos europeus; alguns outros são conhecidos apenas dos discófilos, pois algumas de suas obras fizeram jús a gravações; e de outros, nem isto se poderá dizer.

Certa ocasião, creio que lá por 1950, um colecionador de curiosidades musicais, Natale Gallini, de Milão, adquiriu num antiquário o famoso álbum de Rossini e consentiu em divulgá-lo. Foi quando a Columbia Broadcasting System, através da etiqueta *Epic*, procedeu à gravação integral do álbum oferecido à Mlle. Carlier. Da interpretação das canções, incumbiu-se o grande soprano Suzanne Danco, acompanhada ao piano por Molinari-Pradelli. Disco hoje de extrema raridade, que seus felizes possuidores guardam ciosamente e que me apráz recordá-lo neste ano em que se comemora o sesquicentenário da bela iniciativa de Rossini.

ONM

MEMÓRIA CAMPINEIRA (25)

PRELADOS DE CAMPINAS

(Preleção de **Lycurgo de Castro Santos Filho** aos alunos das quatro turmas da quinta série do Colégio Notre Dame, de Campinas, nos dias 13 e 14 de maio de 1985).

1. DOM JOÃO BATISTA CORRÊA NERY

Nasceu em Campinas à rua Formosa (hoje Conceição) a 6 de outubro de 1863. Estudou no Colégio Culto à Ciência, onde, com 17 anos, escreveu e fez representar no Teatro São Carlos o drama intitulado **Pai e Filho**. Coursou o Seminário de São Paulo, onde se fez notar pela facilidade e elegância no discursar. Ordenou-se sacerdote em 21 de fevereiro de 1886, em São Paulo. Professor por alguns meses do Seminário de São Paulo. Vigário da Matriz de Santa Cruz (chamada depois Matriz Velha e hoje Basílica de Nossa Senhora do Carmo) em 1887. Vigário da Matriz Nova, chamada Igreja de Nossa Senhora da Conceição e catedral de Campinas, em 1894.

Por ocasião das epidemias de febre amarela que castigaram Campinas a partir de 1889, auxiliou a população e depois, com o patrocínio de dona Maria Umbelina Alves Couto fundou o “Liceu de Artes e Ofícios” (Liceu Nossa Senhora Auxiliadora), que entregou aos salesianos e ali colocou órfãos das epidemias, para serem educados. O povo fez que se desse a uma das ruas da cidade, nas proximidades do Liceu, o nome de “Cônego Nery”.

Fundou o jornal “A Verdade” e pregava sermões admiráveis, como também escrevia “Pastorais” (depois de se tornar bispo).

Em 1896 foi nomeado primeiro bispo de Vitória, no Espírito Santo, tornando-se o mais jovem bispo do mundo, pois contava apenas 33 anos. Em Vitória, criou a sede do bispado, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (hoje Escola Normal do Estado), e mandou catequizar os indígenas botocudos. Era seu secretário o padre Claro Monteiro de Melo, que, mais tarde, ao tentar catequizar índios no oeste de São Paulo, foi por eles morto (1901).

Publicou uma “Pastoral” descrevendo a história do Espírito Santo e foi eleito membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Em 1901, foi transferido para a nova diocese de Pouso Alegre, no sul de Minas, tornando-se o seu primeiro bispo. Ali construiu o palácio, o Seminário, e, com ajuda de outros religiosos, o Ginásio Diocesano. Fez representar em Pouso Alegre o drama de sua autoria **A Vitória da Fé**. Fundou jornais religiosos.

Em 1908 tornou-se o primeiro bispo de Campinas, cuja diocese fora criada em 7 de junho de 1908. Em Campinas instalou o Seminário e o Ginásio Diocesano, onde estudaram protegidos seus, futuros bispos e professores, como o acadêmico Ataliba Nogueira e o também acadêmico monsenhor José Bueno de Castro Nery, que adotou este sobrenome em gratidão ao seu protetor. Em Campinas, promoveu um Congresso Católico, instalou a Escola Agrícola junto ao Liceu Salesiano e fundou “O Mensageiro”, jornal católico.

Na epidemia da “gripe espanhola” transformou o Seminário, então instalado no Palácio Episcopal (antigo solar do barão de Anhumas) em hospital.

Seu grande auxiliar e amigo, que o acompanhava desde Vitória, onde fora por ele ordenado sacerdote em 1900, era o bispo auxiliar, Dom Joaquim Mamede da Silva Leite, nascido em Campinas em 1876 e falecido em Petrópolis em 1947 e que possuía o título de bispo de Sebaste de Laodicéa.

Dom Nery foi Prelado Doméstico do Papa e conde papalino. Relacionava-se com o presidente da República, Wenceslau Brás, que o ouvia. Faleceu em Campinas a 19 de fevereiro de 1920, e está sepultado na Catedral. A cidade erigiu-lhe um monumento, fronteiro à Catedral, obra do escultor Fernando Frick, inaugurado a 19 de novembro de 1924. Publicou dramas, comédias, cartas pastorais e crônicas históricas.

2. DOM FRANCISCO DE CAMPOS BARRETO

Nasceu no distrito de Sousas, em Campinas, a 28 de março de 1877, sendo sua família descendente do fundador de Campinas, Francisco Barreto Leme. Estudou em Campinas, cursando depois o Seminário de São Paulo, onde se ordenou sacerdote a 22 de dezembro de 1900.

Vigário da freguesia de Santo Antônio de Vila Americana (atual cidade de Americana), em 5 de fevereiro de 1901, ali instalou o Apostolado da Oração e criou um centro de religiosidade. Vigário da Igreja de Sant’Ana, em Sousas, de 1903 a 1904; reformou o templo, construiu um escritório paroquial, escreveu um catecismo. Vigário da paróquia de Santa Cruz em Campinas, onde permaneceu de 1905 a 1911. Na Igreja do Carmo (hoje Basílica) ergueu as duas torres, com os relógios. Criou a Liga do Menino Jesus, para o preparo de crianças à primeira comunhão, instalou

a Associação de Santa Mônica, para mães cristãs, a União de Santo Agostinho, para homens e fundou a Ordem Terceira do Carmo. Fez vir oradores sacros do país. Promoveu a vinda das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário, que sob sua orientação, fundaram o Colégio Sagrado Coração de Jesus, para meninas (dezembro de 1908). Sob o patrocínio do bispo Dom Nery lançou a folha “Mensageiro Paroquial” e publicou o livro “A Igreja Católica e o Protestantismo”.

Trabalhou com monsenhor Manuel Ribas d’Avila, padre Pedro dos Santos e uma Comissão Pró-Bispado, composta dos srs. Antônio Carlos do Amaral Lapa, Júlio Frank de Arruda, Orozimbo Maia, João de Assis Lopes Martins, Roque de Marco, Vicente de Almeida Ferrão e Antônio Rodrigues de Melo, que conseguiram a criação do bispado de Campinas. O bispo de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo e Silva, obteve da Santa Sé a elevação de São Paulo a arcebispado e a criação das dioceses de Campinas, Botucatu, Taubaté, São Carlos e Ribeirão Preto, a 7 de junho de 1908, pela bula “Diocesium nimiam amplitudinem”, de Pio X.

Monsenhor camareiro secreto do Papa (9-3-1908), Procurador da Mitra, cônego arcipreste do Cabido Diocesano. Na pastoral que escreveu quando tomou posse do bispado em 1º de novembro de 1908, disse Dom Nery que monsenhor Barreto tinha sido a alma da criação da diocese de Campinas.

Nomeado a 12 de maio de 1911 primeiro bispo da nova diocese de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Foi combatido por muitos gaúchos, mas lá ficou até 1920. Construiu o Palácio Episcopal, a Igreja do Sagrado Coração de Jesus e o convento de São José, fundou jornais católicos, promoveu a vinda de três congregações que se instalaram na diocese de Pelotas.

Nomeado segundo bispo de Campinas (14-11-1920) para colocar em ordem as finanças da diocese, que estavam precárias. Metade da população de Campinas não o recebeu bem, porque todos queriam que o sucessor de Dom Nery fosse seu auxiliar Dom Mamede. Este renunciara à diocese de Caratinga, em Minas Gerais, para ficar com Dom Nery e fora escolhido vigário capitular do bispado vago. Os “mamedistas” jamais aceitaram Dom Barreto. Por outro lado, os “barretistas” não se arrependeram, porquanto Dom Barreto levantou a diocese que ficou em ótima situação financeira e com um grande surto de religiosidade.

Em Campinas, Dom Barreto construiu o Palácio Episcopal, os edifícios para os Seminários Maior e Menor, ampliou o Ginásio Diocesano, fundou o Patronato São Francisco para meninas necessitadas, doou o “Lar Sacerdotal”, que construiu às suas expensas, para abrigar padres inválidos. Criou em 1941, entregando-a à direção do monsenhor Emílio Salim, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, marco inicial da atual Pontifícia

Universidade Católica. Instalou a Academia de Comércio São Luís, o Pensionato Virgem de Lourdes (para moças estudantes) e com o legado de Ana Pinto Freire construiu o Asilo Sant'Ana, para meninas órfãs. Patrocinou a fundação do Colégio Ave Maria e do Carmelo Santa Teresinha e em cidades de sua diocese fez instalar Escolas Apostólicas a cargo de congregações religiosas. Fez publicar os jornais "O Amigo do Clero", a "Revista das Missionárias de Jesus Crucificado" e o órgão da diocese, que chamou de "A Tribuna". Reformou templos e com o seu crédito pessoal construiu dezenas de prédios residenciais que passaram a render para a diocese, restaurando a economia do bispado e cumprindo a missão que lhe fora designada pela Santa Sé. Velou pela propagação da fé católica, organizando em 1928 um "Sínodo" que ficou marcado pela publicação de dois volumes que são "o mais completo repositório de legislação canônica diocesana". Regulamentou as semanas eucarísticas e publicou pastorais que ficaram famosas, como aquela que censurou o antigo vice-presidente da República, Fernando de Melo Viana, por ter escolhido Campinas para aí se casar com uma senhora desquitada, procedimento não aceito na época.

Dom Barreto teve dissabores sem conta. O legado de Ana Pinto Freire foi contestado judicialmente por parentes e o bispo teve que defender a diocese. Venceu. E por haver rezado uma missa campal em intenção dos soldados legalistas dias antes da queda do governo constitucional do presidente Washington Luís, na madrugada de 25 de outubro de 1930 populares embriagados chefiados por políticos desclassificados, invadiram o Palácio Episcopal e depredaram e reduziram a destroços os móveis e tudo o que lá havia. Dom Barreto foi retirado momentos antes do saque pelo seu amigo, o médico João Penido Burnier, que o levou para o seu Instituto. O novo governo revolucionário reprovou o atentado e uma comissão de militares e secretários de Estado veio a Campinas especialmente para pedir desculpas pelo que acontecera.

Assistente ao Sóló Pontifício, conde papalino, comendador da Coroa da Itália, Dom Barreto pregava uma teologia, a da Redenção, segundo a qual era necessário que se libertasse a humanidade do pecado, para que se completasse a missão de Cristo. Se Jesus resgatou o homem do pecado pela paixão e morte, cabe ao homem completar a obra de Cristo pela reparação e pelo culto ao Senhor Deus. Era **espiritual** a sua concepção da religião católica. Não se pode criticá-lo segundo o ponto de vista de qualquer nova teologia. Ele foi apenas um sacerdote do seu tempo.

Fundador, em Campinas, de uma congregação religiosa, o Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado (3 de maio de 1928). Com numerosas casas espalhadas pelo Brasil, esse Instituto é a grande realização de Dom Barreto, seu título de glória.

Faleceu em Campinas a 22 de agosto de 1941, sendo enterrado na Catedral. Ao embalsamarem o seu corpo, os médicos, segundo se

afirma, encontraram marcas de uso de cilícios. Anos mais tarde, a pedido das Missionárias, seu corpo foi trasladado para a Capela da Casa Generalícia da congregação por ele fundada. A 20 de outubro de 1953 inaugurou-se a sua estátua em bronze, obra do escultor Lélío Coluccini, na praça Dom Barreto, junto à Avenida da Saudade, em frente à casa do Instituto das Missionárias.

3. DOM PAULO DE TARSO DE CAMPOS (1º arcebispo)

Nasceu em Jaú, SP, a 24 de agosto de 1895. Estudou em sua cidade, em Itu e no Seminário Menor de Pirapora. Ordenou-se sacerdote no Seminário de São Paulo a 15 de agosto de 1920. Coadjutor do vigário de Bragança. De 1923 a 1928 foi professor no Seminário de São Paulo, havendo por algum tempo estudado ciências sociais na Universidade de Lovaina, Bélgica. Vigário de Santa Cecília, na Capital, de 1932 a 1935. Em 1º de junho de 1935 foi nomeado segundo bispo da diocese de Santos. Ali construiu a Catedral de Nossa Senhora do Rosário e organizou o Congresso Eucarístico Diocesano de 1941. Fundou, em 1939, a ALA — Assistência Litoral Anchieta —, uma organização social destinada “ao levantamento do nível espiritual do povo do litoral pela alfabetização, educação cívica, física, higiene do corpo e da habitação e combate à mortalidade infantil e ao alcoolismo”.

Em 17 de dezembro de 1941 foi nomeado terceiro bispo da diocese de Campinas. Aí organizou congressos eucarísticos em diversas cidades de sua diocese e um em Campinas, que teve repercussão nacional. Efetuou também em Campinas em 1947 um Congresso de Ação Católica.

Construiu um Palácio Episcopal no bairro de Nova Campinas e uma casa residencial para hóspedes, que depois de renunciar ocupou até morrer, na rua Emílio Ribas. Construiu também novos edifícios para o Seminário e para a Cúria. Reitor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Grão-Chanceler da Universidade Católica de Campinas, que entregou à direção de Monsenhor Emílio José Salim.

Escritor primoroso, publicou cartas pastorais de relevo pelo conteúdo, como a que dedicou à organização da família e à educação dos filhos. Dedicou-se à história, e no “Anuário da Diocese de Santos” discorreu sobre os vigários das povoações do litoral paulista. Publicou também trabalhos sobre os vigários de Mogi-Mirim e Piracicaba e sobre a diocese de Campinas. Foi, então, eleito membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e também da Academia Campinense de Letras. Orador de grandes recursos, quando tinha saúde, pois no fim da vida sofreu de bronquite; foi quem fez o elogio fúnebre do Arcebispo de São Paulo, Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, falecido em desastre de aviação no Rio de

Janeiro em 28 de agosto de 1943. Primeiro arcebispo de Campinas, em 1958, renunciou dez anos depois, recebendo da Santa Sé o título de Arcebispo de Garba.

Faleceu em Campinas a 2 de março de 1970, estando sepultado na cripta da Catedral. Uma sua herma de bronze celebra-lhe a memória no vestíbulo do edifício do Seminário de Campinas, hoje desativado.

4. DOM ANTÔNIO MARIA ALVES DE SIQUEIRA (2º arcebispo)

Nasceu em São Paulo a 14 de novembro de 1906. Estudou na Casa Pia São Vicente de Paulo, em São Paulo, de 1911 a 1917. Coursou o Seminário Menor de Pirapora de 1918 a 1923 e o Seminário de São Paulo de 1924 a 1930. Tornou-se sacerdote a 13 de março de 1930. Professor, no Seminário de São Paulo, das cadeiras de Filosofia, Pedagogia, Arte Sacra, Literatura, História da Filosofia e Teologia Dogmática. Vice-Reitor do Seminário. Membro do Cabido Metropolitano de São Paulo. Censor Diocesano e Juiz pro-Sinodal em São Paulo. Bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo. Bispo titular de Aricanda. Bispo da diocese de Jundiá. Arcebispo coadjutor de Campinas.

Arcebispo Metropolitano de Campinas, de 1968 a 1980, quando renunciou. Em nossa cidade ainda reside, no "Lar dos Velhinhos". Membro honorário da Academia Campinense de Letras. Autor de traduções de livros religiosos e de *Gólgota* (São Paulo, 1946), *Filosofia da Educação* (Petrópolis, 1945), *Nossa Senhora Aparecida* (São Paulo, 1955), *Consolando os que sofrem* (São Paulo, 1959), *Itinerário* (São Paulo, 1959), *Palavras de direção* (São Paulo, 1960), *A Serviço da Rainha* (São Paulo, 1961), etc.

5. DOM GILBERTO PEREIRA LOPES (3º arcebispo)

Nasceu em Santa Luzia, Bahia, a 14 de fevereiro de 1927. Coursou o Seminário Menor de Petrolina e o Maior, em Olinda, Pernambuco. Ordenou-se sacerdote a 4 de dezembro de 1949, em Petrolina. Vigário cooperador da Catedral de Ribeirão Preto. Cura desta mesma catedral e cônego teologal do Cabido Metropolitano de Ribeirão Preto. Reitor do Seminário Maria Imaculada, em Brodosqui, SP.

Sagrado bispo a 3 de dezembro de 1966, em Ribeirão Preto, sendo designado para a diocese de Ipameri, Goiás, onde permaneceu até dezembro de 1975, quando foi nomeado Arcebispo coadjutor de Campinas, tomando posse a 6 de março de 1976. Arcebispo titular de Aurussuliana. Administrador apostólico do Arcebispado de Campinas em 1980 e Arcebispo Metropolitano a 12 de fevereiro de 1982, em virtude da renúncia de Dom Antônio Maria Alves de Siqueira. Publicou artigos em jornais de Ribeirão Preto.

TEXTOS
(Sugestões para seminários)

TRATAMENTO DE ESCRAVOS NO BRASIL
(A. W. Sellin)

O tratamento dos escravos no Brasil pode em geral considerar-se humano, embora se dêem casos particulares de abusos. inauditos contra esta classe infeliz. A sorte do escravo depende muito da individualidade do seu senhor e do trabalho em que é empregado. Assim, por exemplo, o escravo do pequeno lavrador tem-na melhor muitas vezes que um trabalhador livre em outras terras, pois seu senhor reparte com ele a casa, a comida e a bebida, considera-o como membro da família e mesmo por causa do valor que ele representa cura muito do seu bem estar. Esta situação é muitas vezes correspondida, pois o escravo, em parte por afeição real, em parte para impedir que o vendam, tudo faz para se tornar indispensável. Quando o senhor não pode mais trabalhar, ele ainda trabalha mais; e se acaso invalida, ainda vai esmolar para ainda assim sustentar o senhor.

Também os escravos domésticos da gente rica muitas vezes são bem tratados como criados livres; mas outras vezes têm de sofrer muito do humor dos senhores. Isto se dá ainda mais com os escravos que trabalham nas grandes fazendas e fábricas sob as vistas dos feitores. Ainda hoje lêem-se com frequência nas folhas brasileiras notícias dos castigos cruentes que são infligidos nestes infelizes; não admira, pois, que os escravos achando ensejo vinguem-se de seus carrascos e os trucidem. Têm-se dado batalhas formais entre a polícia e os escravos levantados, em que estes são geralmente vencidos, mas por vezes conseguem escapar à perseguição, fugindo para as brenhas, onde fundam aldeias toscamente fortificadas chamadas quilombos. Para pegar os fugitivos e reconduzi-los à escravidão o governo português criou no século passado a instituição dos capitães de mato, que ainda agora existem. Para tais postos são escolhidos sempre pessoas que unem a astúcia com a coragem e força física, pois, se quiserem ser bem sucedidos e ganhar os prêmios oferecidos para a condução de escravos fugidos, não devem recuar ante o ataque de muitos, e devem prever a hipótese de caírem nas mãos dos perseguidos e de terem de pagar a sua traição com os mais horríveis tormentos.

É característico da raça negra que ela trata os parceiros pior que qualquer outra. Como o príncipe africano vende desapiedado os súditos ao negreiro, assim também quase exclusivamente são negros os que se entregam à perigosa profissão de capitão do mato e em geral a

desempenham melhor que os brancos. Se, por acaso, um negro alforriado por dinheirc ou liberto pelo dono consegue pela diligência e economia tornar-se senhor de escravos, em regra trata-os com maior dureza e crueldade que qualquer outro. Só quando se trata do bem estar de parentes, mostra o negro feições de alta abnegação, e se acaso se liberta, seu maior esforço visa antes de tudo a libertar dos grilhões do cativoiro os membros de sua família com os resultados do seu labor.

(Sellin, A. W., *Geographia geral do Brasil*, 101/102. Trad. de J. Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro, Alves & Cia. 1889).

*

A IRLANDA E A AMÉRICA LATINA (JOÃO XXIII)

Como se sabe, desde que a mensagem do Evangelho chegou ao seu país (Irlanda), sacerdotes e religiosos irlandeses, estimulados pelo esplêndido exemplo de S. Patrício, vosso ilustre pai e apóstolo, expatriaram-se e percorreram numerosos países da Europa para lhes levar a chama da fé e o seu ardor invencível em conquistar almas para Cristo.

Esse gênio da vossa nação valeu à Igreja da Irlanda uma fama imperecível e a admiração de numerosos povos, que devem a origem e o desenvolvimento de sua vida cristã, ao amor ardente dos apóstolos irlandeses e ao seu ativo ministério sacerdotal. Esses povos católicos constituem por si mesmos um eloquente e manifesto testemunho do caráter missionário da católica Irlanda; proclamam-lhe os louvores no mundo inteiro e aumentam-lhe o brilho dos seus títulos de glória.

Se quiséssemos investigar a fonte dessa grande tradição que herdastes, achá-la-íamos no cumprimento dos deveres que emanam do fato de pertencerdes ao corpo místico de Cristo. Que a gratidão do mundo católico e especialmente desta Sé Apostólica, seja pois para vós, uma recompensa bem merecida.

Sabemos que as sociedades e as ordens religiosas da Irlanda sempre rivalizaram em generosidade, em dedicação e em caridade exemplar, para corresponderem às necessidades de grande número de países, a ponto de em toda parte se apelar para o ministério dos vossos sacerdotes.

Empreendimentos apostólicos tão grandes e tão variados proporcionam-nos consolação e alegria especiais em meio à nossa solicitude cotidiana por todas as Igrejas. Confortado por este pensamento, desejamos, por esta carta, confiar-vos a aflição e a inquietação que nos causa a

situação excepcionalmente grave e difícil do ministério sacerdotal na América Latina, e pedir-vos vos preocupardes com ela e lhe levardes o vosso auxílio.

Bem conheceis as numerosas e diversas causas que fazem com que, apesar da larga difusão da fé católica, e do seu profundo arraigamento nos países daquele continente, a estrutura da vida eclesiástica seja ali insuficiente para corresponder às necessidades apostólicas de hoje em dia. Conheceis particularmente a grave falta, ali, de sacerdotes para o ministério dos fiéis.

Todos estes fatos são conhecidos de todos. Mas é preciso pensar no aumento da população devido a uma taxa de nascimento elevada e a uma imigração crescente. Os problemas suscitados por esse rápido aumento da população e pela evolução a que se assiste dia após dia, são evidentes. Mister se faz levar-lhes uma resposta sem demora, do contrário tornar-se-á impossível socorrer tais multidões de fiéis.

No meio dessas ansiedades e dessas dificuldades, somos grandemente confortado por um pensamento consolador que, semelhante à aurora, pode trazer o anúncio de tempos melhores. Gostamos, com efeito, de pensar na fonte de energia e de progresso que certamente seria para a Igreja universal o desenvolvimento dos recursos que abundam nesses países católicos e são a segura promessa de uma rica messe.

Estas razões explicam a atenção constante e excepcional que, do mesmo modo que o nosso predecessor de imortal memória, Pio XII, dedicamos às necessidades religiosas da América Latina. Como testemunho dessa solicitude, podemos mencionar a criação do Conselho Episcopal Latino-Americano, e o estabelecimento, em Roma, de uma Comissão especialmente encarregada de promover, desenvolver e regulamentar as medidas destinadas a trazerem uma solução rápida a esse problema.

As repetidas exortações da Santa Sé em cartas e discursos, receberam uma resposta filial, leal e generosa, não somente por parte das sociedades e ordens religiosas como também por parte da hierarquia, de países em condições de fornecerem auxílio, tais como a Espanha, a Bélgica, o Canadá e os Estados Unidos.

A este propósito, aprez-nos pensar na generosa Sociedade de São Columbano, que, estabelecida com o incentivo e a cooperação ativa dos bispos da Irlanda, desabrochou, qual flor de delicioso perfume, do seminário nacional de Maynooth e da sua ardente caridade. Estende ela, com efeito, sua solicitude espiritual igualmente aos diferentes países da América Latina, tais como a Argentina, o Peru e o Chile, aonde seus membros levam seu auxílio aos bispos e aos sacerdotes do país, para o grande bem das almas.

Temos tal estima pela obra dessa sociedade, que nutrimos o mais vivo desejo de ver suas atividades aumentarem, e de vê-la

enriquecer-se do contributo de novas forças. Isso pode fazer-se pelo aumento do número de estudantes que ingressam na sociedade, e pelo oferecimento voluntário de sacerdotes diocesanos irlandeses para irem trabalhar, sob a direção dela, naqueles países, por tempo determinado ou por toda a vida.

Pensamos, pois, que seria mui proveitoso dar a essa sociedade os poderes e as faculdades para recrutar, enviar à América Latina e ajudar de todas as formas os sacerdotes devidamente autorizados, a um tempo pelo seu próprio bispo e pelo bispo da diocese para onde vão.

Veneráveis Irmãos da hierarquia irlandesa, que sempre sobressaístes em fazer progredir as causas sagradas, e que certamente vos preocupais com a grave necessidade de que vos falei, é por isto que temos confiança de que favorecereis plenamente os sacerdotes que desejam dar-se a esse trabalho, e lhes dareis as permissões requeridas.

Se houver outros métodos e medidas, que, na vossa sabedoria, achardes convir melhor para corresponderdes ao nosso urgente apelo, não duvidamos de que sabereis descobri-los e fazê-los produzir felizes frutos.

(Carta de 14 de dezembro de 1960, em *Os ensinamentos de João XXIII*. São Paulo, Melhoramentos, 1965. Cortesia de Marcelo Barreto Fernandes, do curso de História, da Pucamp.).

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES (1883-1968)

Nascido em São Paulo (capital) a 6 de outubro de 1883, filho do dr. José Eduardo de Macedo Soares e de d. Cândida Sodré de Macedo Soares, realizou na própria cidade natal todos os seus estudos, diplomando-se pela Faculdade de Direito, em 1905. Quando estudante do quinto desta Faculdade, foi eleito presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, no qual teve destacada atuação e do qual se tornou, depois, presidente honorário. Lecionou na Escola de Comércio “Alvares Penteado” e dirigiu o Colégio “Macedo Soares”, fundado por seu genitor, e que muito renome grangeou na capital paulista. Teve atuação proeminente durante a revolução de 1924, época em que presidia a Associação Comercial de São Paulo. Diretor do antigo Banco de São Paulo e de diversas outras empresas, tornou-se uma das figuras de maior destaque na vida social e empresarial de São Paulo. Em 1930, fazendo parte da “Aliança Liberal”, apoiou a revolução que eclodiu naquele ano e, vitoriosa esta, passou a integrar o governo provisório que se instituiu em São Paulo. Foi, então, que se iniciou sua brilhante carreira política que o levou a importantes cargos na administração estadual e federal: Ministro da Justiça, Ministro das Relações Exteriores, Interventor Federal e, depois, Governador de São Paulo. À frente do Itamarati, teve atuação destacada em diversas questões diplomáticas na América do Sul, o que lhe valeu os cognomes de “Embaixador da Paz” e “Chanceler das Américas”.

Teve atenção voltada, desde moço, para os estudos históricos e nunca os abandonou, mesmo quando em atividades políticas e diplomáticas. Presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a partir de 1941; membro das Academias Brasileiras e Paulista de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e de inúmeras outras entidades culturais do país, a todas emprestou o brilho de sua inteligência e de sua capacidade de trabalho. Presidiu por muitos anos ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dando-lhe sólida estrutura e organização.

Deixou vasta bibliografia, na qual se insere grande quantidade de trabalhos circunstanciais — discursos, pareceres, relatórios, pronunciamentos — em decorrência das numerosas funções que exerceu. Uma relação provavelmente completa do que publicou, o leitor poderá encontrar às páginas 159 a 268 do livro que, por ocasião de seu centenário,

dedicou-lhe o historiador e acadêmico Antônio Barreto do Amaral (edição da “São Paulo: Companhia Nacional de Seguros”). Dada a natureza desta publicação, arrolaremos, aqui, apenas os trabalhos de maior interesse para os estudos históricos. Aliás, sua contribuição à historiografia brasileira já tem sido apreciada por diversos autores e, ainda recentemente, a **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, em seu último volume (79), inseriu matéria atinente, da lavra do historiador e geógrafo Virgílio Corrêa Filho, que com Macedo Soares muito conviveu, tanto no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Falsos troféus de Ituaingó. 1920.

Justiça. 1925.

Acontecimentos de julho de 1924. 1925

O Brasil e a Sociedade das Nações. 1927.

A política financeira do presidente Washington Lufs. 1927.

A Borracha. 1927.

As eleições presidenciais nos Estados Unidos (a propósito da eleição de Herbert Hoover). 1928.

A Questão Romana. 1929.

O Cardinalato. 1930.

Quarenta dias de Governo Provisório em São Paulo. 1930.

Rumos da Diplomacia Brasileira. 1937.

Fronteiras do Brasil no regime colonial. 1939.

Deodoro, Rui e a proclamação da República. 1939.

São Francisco de Assis, precursor da “Rerum Novarum”. 1942.

São Antônio de Lisboa, militar no Brasil. 1942.

A eloquência e a sabedoria de Santo Antônio de Lisboa. 1943

D. Leonor e as Casas de Misericórdia. 1944.

José Bonifácio, economista. 1944.

Cervantes no Brasil. 1949.

Fontes da História da Igreja Católica no Brasil. 1954.

O teatro jesuítico. 1954.

Três biografias: Machado de Oliveira, Brasílio Machado e Alcântara Machado. 1955.

Conceito de solidariedade continental. 1959.

Creemos merecer destaque seu estudo sobre as fronteiras do Brasil, originalmente apresentado como “tese” ao Terceiro Congresso de História Nacional, promovido em 1938 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e em cujos “Anais” foi inserido (volume IX, pp. 3 a 237). Todavia, ao ser publicado nos “Anais” — dado o atraso com que safu esta publicação — já se encontrava a obra editada em livro por José Olympio, na preciosa e prestigiosa coleção “Documentos Brasileiros”, vol. 19, (1939).

De fato, o volume dos “Anais” do Congresso de 1938 só apareceu em 1944.

Em **Fronteiras do Brasil no Regime Colonial**, José Carlos de Macedo Soares reúne riquíssima documentação sobre o assunto, desde a

Bula Inter Cetera, de Alexandre VI, de 4 de maio de 1493, até o Tratado de 29 de agosto de 1825, pelo qual o Reino de Portugal reconheceu a independência do Brasil. Todos os documentos encontram-se transcritos na íntegra e com judiciosos e eruditos comentários de Macedo Soares. Deve-se louvar, neste livro, tanto o cuidado na transcrição dos textos, como a precisão na indicação das fontes e ainda a documentação cartográfica que o ilustra. Deste livro, é a “seleta” que, a seguir, oferecemos aos leitores.

SELETA

O RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA

José Carlos de Macedo Soares

Quando o Príncipe Regente Dom Pedro proclamou a independência do reino — 7 de setembro de 1822 — ficou pertencendo ao Brasil todo o território da América do Sul que se achava sob o domínio da antiga Metrópole. Entretanto, a linha de fronteiras da Colônia portuguesa estava juridicamente, quase toda, por ser traçada. O Meridiano de Tordesilhas, jamais demarcado, fora revogado expressamente pelo Tratado de Madrid, de 1750, por sua vez anulado pelo do Pardo, de 1761. Sobreveio a guerra de 1762 que terminou com o Tratado de Paris, de 10 de fevereiro de 1763, o qual nada decidiu sobre limites. O Tratado Preliminar de S. Ildefonso, de 1777, também não foi executado, nem seguido do Tratado definitivo de limites, anunciado no artigo 30º do acordo secreto da mesma data. A Paz de Badajoz, de 1801, que pôs termo à guerra entre Espanha e Portugal, não restaurou nenhum dos acordos anteriores, nem mandou que as coisas tornassem ao estado anterior à guerra —**statu quo ante bellum**. “Pode afirmar-se”, lembra Hildebrando Accioly, “que ao se tornarem independentes as antigas colônias de Espanha e Portugal na América do Sul, não havia nenhum ato internacional vigente que definisse os limites entre o Brasil e os países vizinhos”.¹

Cabia, portanto, ao Império nascente fixar as suas fronteiras. Na ausência de textos jurídicos, qual o critério a seguir? Já estávamos distantes da época em que as bulas pontifícias eram para os Estados cristãos maneira de adquirir territórios. Já não bastava também a aquisição **occulis et effectu**, quer dizer a simples descoberta, sem a exploração da terra mal percebida. Já não se admitia, igualmente, como título, que o descobridor desse nome à terra descoberta, e com ela entrasse em contato colocando uma cruz, um marco ou outro qualquer sinal exterior. Desde o século XVIII a mera ocupação nominal já não criava direitos; tornou-se corrente a necessidade de uma posse real, efetiva, que obrigava “a presença na região descoberta, durante um tempo mais ou menos prolongado, ou a intervalos mais ou menos repetidos, de representantes da nação, encarregados de realizar atos implicando de sua parte um certo exercício da soberania”.²

(1) Hildebrando Accioly — O Brasil e a doutrina do *Uti possidetis*, no “Anuário da Sociedade Brasileira de Direito Internacional”, 1934/35, p. 134.

(2) Paul Fauchille — *Le conflit des limites entre le Brésil et la Grand-Bretagne et la sentence arbitrale du Roi d'Italie*. Paris, 1905, p. 28.

Passaram assim a ter aplicação nas aquisições territoriais por parte dos Estados, as normas oriundas das instituições do **Corpus Juris Civilis** em matérias de posse e propriedade. “A tradição, o uso, o interesse, a evolução jurídica, a necessidade acabaram por submeter as nacionalidades independentes, no tocante à soberania sobre o território, aos mesmos princípios que o Direito Romano formulou e generalizou a respeito de propriedade e de posse”.³ Chegamos assim à consagração do **uti possidetis** dos romanos nas “questões de territórios entre soberanias”.⁴ **Uti possidetis, ita possideatis**: como possuís, assim continueis possuindo.⁵ O admirável princípio do **uti possidetis**, lembra o Conselheiro Barradas, que os romanos criaram com tanta sabedoria nas relações de direito privado, veio, por uma fatalidade inevitável, a ter aplicação na esfera do direito público, como um critério justo e razoável, muitas vezes o único, para diminuir as questões de limites entre as diversas nações.⁶

O notável internacionalista brasileiro Hildebrando Accioly assim definiu o **uti possidetis**: “Era a posse mansa e pacífica, independentemente de qualquer outro título”.⁷ Neste mesmo sentido manifestou-se o jurista venezuelano Dr. André Bello, quando disse: “O **uti possidetis** da época da emancipação das colônias espanholas era a posse natural da Espanha; o que a Espanha possuía real e efetivamente com qualquer título ou sem ele, não o que a Espanha tinha direito de possuir e não possuía”⁸.

Os dois grandes tratados de limites do Brasil firmados no século XVIII entre Portugal e Espanha, consagraram expressamente o princípio do **uti possidetis** como única regra razoável e segura para a determinação das fronteiras.⁹ O Tratado de 1750 rezava expressamente no preâmbulo: “cada parte há de ficar com o que atualmente possui”. O de 1777 teve a preocupação de atribuir a cada um dos Estados compactuantes “os territórios que possui” (art. 3º).

As repúblicas sul-americanas de origem espanhola entenderam fazer uma distinção entre “**uti possidetis**” de hecho e “**uti possidetis**” de derecho.” Procuraram assim criar o que neles também chamavam “**uti**

(3) Rui Barbosa — Limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro, 1904, p. 440.

(4) Idem — O direito do Amazonas ao Acre setentrional. Rio de Janeiro, 1910, vol. 1, p. 471.

(5) Fórmula das Institutas: *Ut nunc possidetis, quominus ita possideatis vim fieri veto*.

(6) Conselheiro Barradas — Limites entre o Paraná e Santa Catarina, p. 79.

(7) Hildebrando Accioly — Comunicação feita à Sociedade Brasileira de Direito Internacional, Anuário 1934/35, p. 134.

(8) Anexo ao Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, de 13 de maio de 1870. Rio de Janeiro, 1870, p. 28.

(9) Rio Branco — Exposição que os Estados Unidos do Brasil apresentou ao Presidente dos Estados Unidos da América. New York, 1894, m 7/13.

possidetis” de jure e “**uti possidetis**” de 1810, consistia no reconhecimento dos limites em vigor no ano de 1810, consoante a legislação da metrópole comum. A denominação **uti possidetis juris** é evidentemente imprópria. Accioly, depois de citar o esclarecido professor de Paris, P. de Lapradelle, lembrou que o **uti possidetis juris** repousa sobre uma afirmação contraditória: baseia-se num título e não no fato de posse; e acrescenta o ilustre internacionalista pátrio que o **uti possidetis** na sua verdadeira acepção significa a posse imemorial, mansa e pacífica, independentemente de qualquer outro título.¹⁰

O professor argentino Ruiz Moreno aceita a distinção entre **uti possidetis** de direito e **uti possidetis** de fato, dizendo: “el primer es el derecho, el titulo e la posesion; el segundo la posesion misma, el hecho, com independencia del derecho originário”. É que as antigas colônias espanholas estavam naturalmente obrigadas a acatar a legislação da metrópole comum, reconhecendo assim os limites já traçados das “grandes divisiones administrativas em 1810, en el momento en que se insurreccionavam contra España, pues eram los de los virreynatos, capitanias generales, presidencias o intendencias que luego formaran aquellas.”¹¹

O Brasil, quando em 1833 se tornou independente, para traçar as suas fronteiras, só dispunha do princípio geral do **uti possidetis**, quer dizer, da “posse real e efetiva, herdada ao tempo da sua emancipação política.”¹²

Para ganhar a opinião pública européia e norte-americana a favor do reconhecimento do Império do Brasil, Dom Pedro I despachou para **Londres** o General Felisberto Caldeira Brant Pontes, depois Marquês de Barbacena; para **Paris**, Manuel Rodrigues Gameiro Passos, mais tarde Barão de Itabaiana, e para substituí-lo quando Gameiro foi para Londres, Domingos Borges de Barros, o futuro Visconde de Pedra Branca; para **Viena**, Antônio Teles da Silva Caminha e Menezes; José Silvestre Rebelo para os **Estados Unidos**, e Monsenhor Vidigal para junto da **Santa Sé**¹³. Foi sem dúvida bastante eficiente a ação dos representantes do Imperador, notadamente de Teles da Silva, mais tarde agraciado com os títulos de Visconde e Marquês de Rezende¹⁴, e de Silvestre Rebelo, que conseguiu que os Estados Unidos reconhecessem a nossa independência cinquenta e

(10) Hildebrando Accioly — *Tratado de Direito Internacional Público*, Rio de Janeiro, 1934, tomo II, p. 13 e 14.

(11) Dr. I. Ruiz Moreno — *Lecciones de Derecho Internacional Publico*. Buenos Aires, 1934, tomo II, p. 18.

(12) *Memorandum de Nascentes de Azambuja*. Anexo ao relatório do Barão de Coetjipe, 1870, p. 17.

(13) Hildebrando Accioly — *O reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América*. Arquivo Diplomático da Independência, vol. III, p. 55 e seguintes.

(14) A. Antônio Teles da Silva — referindo-se ao fato de D. Pedro I na cerimônia da abertura da Assembléia Constituinte ter entrado com a coroa na cabeça, tirando-a ao defrontar os Deputados, disse o Príncipe de Metternich: “Le Souverain que une fois a mis la Couronne sur la tête, ne la doit ôter jamais”.

nove dias após a sua chegada àquele país.¹⁵ Ante a retardada negativa do governo da Áustria ao pedido de mediação formulado por Portugal¹⁶, as negociações para o reconhecimento do Império foram iniciadas em Londres, em junho de 1824, sob as vistas de Canning e assistência de Neumann, encarregado dos negócios da Áustria na Inglaterra. Representavam Portugal o Embaixador Conde de Vila Real, e o Brasil o General Brant e Gameiro Pessoa.¹⁷ As negociações foram perturbadas por acontecimentos da política interna de Portugal, pelas notícias que chegavam do Brasil, e sobretudo pela ação dúbia da chancelaria portuguesa que negociava em Londres e ao mesmo tempo enviava Gomes Leal para tratar diretamente com D. Pedro I, e ainda mandava cópias dos documentos trocados, aos governos da França, da Rússia, da Prússia e da Espanha, alheios às combinações de Londres.

A demora nas negociações levou D. João VI a concordar em mandar ao Rio de Janeiro, como seu plenipotenciário, o diplomata inglês, Sir Charles Stuart que trouxe a famosa carta patente de 13 de maio.^{18 e 19} Recebendo o representante do Rei de Portugal, o Imperador nomeou logo plenipotenciários do Brasil: Luís José de Carvalho e Melo, ministro dos Estrangeiros, mais tarde Visconde de Cachoeira, José Egidio Álvares de Aencar, Barão de Santo Amaro e Francisco Vilela Barbosa, depois Marquês de Barbacena.* Iniciadas as conferências em 25 de julho, terminaram com a assinatura do Tratado de Paz e Aliança que reconheceu a independência do Império do Brasil e de uma convenção adicional. Em 7 de setembro foi o Tratado tornado público no Rio de Janeiro, antes mesmo de ter sido ratificado por D. João VI, o que só se verificou em 15 de novembro do mesmo ano.

Foi na festa realizada em 7 de setembro de 1825, em comemoração da Independência, que Dom Pedro I arrancou do braço a célebre divisa "Independência ou Morte", que sempre usara desde os primeiros dias da emancipação do Brasil.

(*Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, pp. 205 - 212. Rio de Janeiro, José Olympio, 1939. Coleção "Documentos Brasileiros", v. 19. Na edição dos "Anais do Terceiro Congresso de História Nacional", o trecho aqui transcrito ocorre às págs. 209 a 216 do nono volume, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944).

(15) Zacarias de Góis Carvalho — *Silvestre Rebelo em Washington*, Arquivo Diplomático da Independência, vol. V, p. 47.

(16) Heitor Lira — *A Missão de Luiz Paulino do Rio-Maior*, no vol. VI do "Arquivo Diplomático da Independência", p. X.

(17) Sobre toda esta negociação começada em Londres e terminada em 1825, no Rio de Janeiro, deve ser consultado o cap. XI da *Vida de Jorge Canning*, escrita pelo secretário particular deste estadista, Stapleton. Na "Revista do Inst. Hist. Brasil." tomo 23, p. 241 e 243 foi publicada uma tradução pelo Cons. Miguel Maria Lisboa (depois Barão do Japurá) e anotada pelo Cons. Barão de Cairu, antigo oficial-maior da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Nota do Barão do Rio Branco à p. 326 da *História da Independência do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen.

(18) Hildebrando Accioly — *A Missão Stuart*, no vol. VI do "Arquivo Diplomático da Independência".

(19) Conta-se que o Rei da Inglaterra dizia que Charles Stuart era um diplomata "good for nothing". Max Fleiuss — *O Tratado de 29 de agosto de 1825*, p. 10.

(*) Aqui, houve evidente lapso do autor: o título conferido a Vilela Barbosa foi Marquês de Paranaguá e não de Barbacena. (N. da R.)

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nessa seção reproduzimos algumas das crônicas germanais publicadas pelo responsável por esta revista às quartas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram divulgadas).

124. A PROPÓSITO DA "CABANAGEM"

Uma indagação de simples curiosidade bibliográfica levou-me, há pouco, a consultar o excelente estudo de Basílio de Magalhães sobre a "Cabanagem", movimento sedicioso que agitou a província do Pará na época da Regência. Depois de estudar, com toda a erudição que lhe era peculiar, o movimento paraense, o historiador mineiro (tão vinculado a Campinas, como se sabe) comenta a bibliografia existente sobre o assunto, aliás, até pequena, pois, no seu próprio dizer, "se há episódio sobre o qual pouco dizem os nossos compêndios, grandes e pequenos, é precisamente o da Cabanagem". Arrola, contudo, quatro "pequenas mas inesquecíveis monografias", todas elas publicadas no século passado, e da autoria de Isidoro Francisco Guimarães (testemunha ocular do movimento), Felipe José Pereira Leal, Domingos Soares Ferreira Pena e Bento de Aranha, e ainda menciona mais dois ou três livros onde a "Cabanagem" vem estudada.

Feitos pequenos mas suficientes comentários a cada um dos livros citados em seu trabalho (originalmente uma conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicada na revista do Instituto e depois reunida a outros trabalhos para formar o volume **Estudos de História do Brasil**, publicado em 1940), refere-se Basílio de Magalhães a três autores estrangeiros que escreveram sobre o movimento paraense: o francês Emile Carrey, o norte-americano Daniel Kidder e o alemão Samuel Gottfried Kerst. Respeitando a Kidder e tratando com benevolência a von Kerst, diz o diabo do escritor francês, "fecundo, mas de pouco ou nenhum fulgor intelectual que, na segunda metade do século passado, perpetrou quatro volumes sobre a Amazônia, dois dos quais especialmente consagrados à guerra civil ali desencadeada". Na realidade, os livros de Carrey não são propriamente de história, mas romances de ambientação histórica. Contudo, Basílio não os poupa: "Além da mancheia de insultos e ridículos, vomitados sobre a nossa pátria por esses grosseiros romances, tudo mais que deles consta é de todo imprestável a quaisquer respigas de dilucidação histórica".

O historiador nada informa quanto ao autor francês, além da violenta (e provavelmente justa) apreciação de seus livros sobre a Amazônia. Os que trataram da bibliografia francesa sobre o Brasil (Garraux, Raeders, Alfredo de Carvalho) apenas enumeram seus livros, sem qualquer comentário. O velho Larousse informa que ele nasceu em Paris em 1820, foi bibliotecário da Câmara dos Pares, realizou viagens aos Estados Unidos e à América do Sul, publicou um documentário sobre o governo provisório francês de 1848, um livro sobre os Estados Unidos, outro sobre o Peru, além dos três que dedicou ao Amazonas. Era deputado, quando faleceu em 1880. Suas obras, informa o grande dicionário, "oferecem interesse, mas pecam pela excessiva prolixidade". (23-1-1985).

*

125. O DEVER DA VERDADE

Os que se interessam pela história contemporânea do Brasil têm na coleção "Brasil-Século 20", da Editora Nova Fronteira, uma já bem numerosa série de livros sobre os mais diversos assuntos, preenchendo sensível lacuna em nossa bibliografia histórica. A coleção dá mais ênfase ao período que se seguiu à Revolução de 1930, inclusive com a reedição de obras que já se haviam tornado raras, de acesso difícil aos leitores interessados. A coleção tem se mostrado bastante eclética, refletindo, em seus volumes, todos de bela apresentação, as mais diversas tendências. Desta maneira, preenche melhor sua finalidade.

Um dos últimos volumes da coleção — **Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade** — constitui, segundo as palavras da apresentação, "um levantamento completo da vida e da ação política de um dos homens públicos brasileiros mais importantes deste século". Seus autores, Mauro Renault Leite e Novelli Júnior, genros do ilustre militar e presidente da República, dispuseram dos arquivos da família, divulgando, assim, inúmeras informações, muitas delas confidenciais, a respeito dos movimentos revolucionários de 1930 e 1932, do tenentismo, do Estado Novo, da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e de numerosos outros momentos da vida nacional nos quais o Marechal Dutra foi presente e atuante. Seus capítulos, todos subdivididos em tópicos, facilitando assim a leitura, tomam como referência a carreira e a função exercida pelo biografado, desde sua infância em Cuiabá MT, onde nasceu a 18 de maio de 1883, até a posse na presidência da República, aos 31 de janeiro de 1946. O tópico final do volumoso livro (quase oitenta páginas) é precisamente o discurso com que se empossou na chefia do governo federal, como primeiro presidente eleito, diretamente pelo povo, após a Revolução de 1930. Parece ser

intenção dos autores publicar um segundo volume, compreendendo os governo de Dutra e os finais de sua vida.

Publicado ao ensejo do transcurso do centenário de Eurico Gaspar Dutra, o belo volume insere-se entre as grandes contribuições à “compreensão integral do nosso passado recente”. A seriedade com que Mauro Renault Leite e Novelli Júnior elaboraram esta obra isenta-a do caráter encomiástico e panegírico, tão freqüentes em livro desta natureza. Bem: é preciso ter em mente que um dos autores é historiador e pesquisador dos fastos de sua velha Itu, e ainda autor de um dos mais importantes livros sobre o grande Feijó, livro que bem merecia ser reeditado quando, no ano passado, comemorou-se o bicentenário do grande paulista. Se se pode esperar por um segundo volume de **O Dever da Verdade**, podem crer os autores que ele será muito bem esperado. (17-4-1985)

*

126. NÍSIA FLORESTA

Transcorreu, há cerca de duas semanas, o centenário do falecimento daquela que Oliveira Lima considerou “a mais notável mulher de letras do Brasil”: Nísia Floresta Brasileira Augusta, nome literário de Dionísia Gonçalves Pinto Lisboa, nascida numa pequena vila do Rio Grande do Norte, hoje cidade com o seu nome, em 1809 e falecida em Rouen, França, em 1885. Seu curioso pseudônimo tem sido explicado da seguinte forma: **Nísia** é o final de seu prenome; **Floresta**, o nome do sítio onde nasceu; **Brasileira**, uma afirmação nacionalista; **Augusta**, uma referência a Augusto de Faria Rocha, seu segundo marido, ou, ainda, segundo alguns, uma referência a Augusto Comte, o fundador do Positivismo, que ela bem conheceu em Paris e de quem se tornou adepta. Na realidade, poucos sabem o seu nome, pois foi com o pseudônimo que se impôs na vida literária, especialmente na forma abreviada, isto é, simplesmente Nísia Floresta.

Talvez tenha sido a pioneira dos movimentos feministas no Brasil, pois em 1832, vivendo no Recife, traduziu e publicou famoso opúsculo inglês, **Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens**, bastante revolucionário para a época. Ao fundar, no Rio de Janeiro, um estabelecimento de ensino, procurou nele desenvolver programa igualmente revolucionário em matéria de educação feminina. E é importante observar que muitos de seus escritos foram divulgados na Europa, em traduções para o francês e o italiano.

Depois de diversas viagens à Europa, fixou-se definitivamente em Paris, onde teve oportunidade de relacionar-se com expressivas figuras

das letras francesas, como, entre outros, Lamartine, George Sand, Victor Hugo e, ainda, os italianos Manzoni e Massimo D'Azeglio, que viviam na capital francesa. Foi em Paris que teve oportunidade de relacionar-se com Augusto Comte, acompanhando, inclusive, um curso que o mestre ministrou sobre História da Civilização.

Suas tendências liberais levaram-na, ainda no Brasil, a lutar pela Abolição e pela República e a escrever em defesa dos "praiheiros" de 1848, em Pernambuco. Da mesma forma que se interessou pelo ideal da unificação italiana, correspondendo-se com Mazzini e Garibaldi.

A exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, Campinas teve a feliz idéia de homenageá-la dando seu nome a uma via pública. Só que, ao contrário dessas cidades, onde as vias públicas em sua homenagem chamam-se apenas **Rua Nísia Floresta**, a Prefeitura de Campinas, seguindo péssimo hábito, entendeu de dar à rua o seu nome completo, isto é **Rua Nísia Floresta Brasileira Augusta**. Para quê ? a resposta só pode ser uma: vontade de complicar... (8-5-1985).

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I – INSTITUTOS

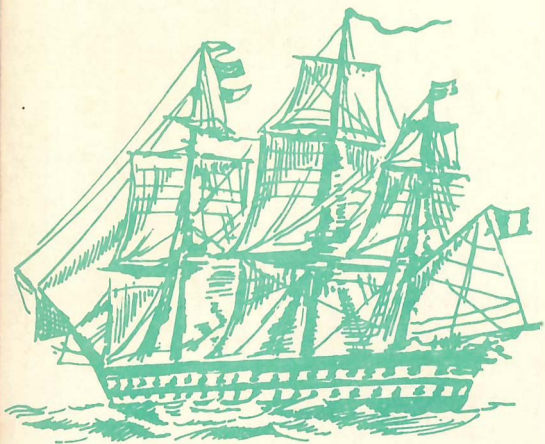
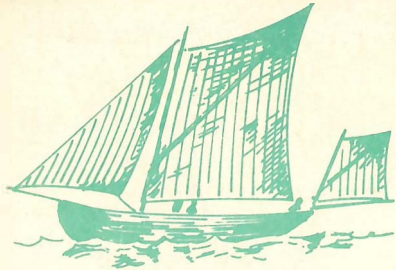
1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Letras
7. Instituto de Psicologia
8. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II – FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

